



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**

**Regido** pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nº 4.611/2011 e 4.770/2012, pelo Decreto Distrital nº 44.430/2023, e pelas demais legislações aplicáveis.

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada para realização de reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

**SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME**

**DATA:** 14.05.2024

**HORÁRIO DE BRASÍLIA:** 14h30min

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**PROCESSO:**

00600-00002395/2024-92

**ESTIMATIVA:**

**R\$ 614.658,77**

**REGIME:**

**EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

**TIPO**

**MENOR PREÇO**

**UASG:**

**974003**

**AGENTE DE CONTRATAÇÃO:**

Wildson Prado Oliveira

**EQUIPE DE APOIO:**

Clarissa Silva Rodrigues de Oliveira

Bruno Rodrigues Duarte

**ENDEREÇO:** Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, CEP 70075-901, Brasília, DF.

**CNPJ:** 00.534.560/0001-26.

**TELEFONE:** (61) 3314-2742/3314-2202

**EMAIL:** [selic@tc.df.gov.br](mailto:selic@tc.df.gov.br)

**OBSERVAÇÃO:** O Edital ficará disponível nos sítios [www.tc.df.gov.br/web/site/licitacoes](http://www.tc.df.gov.br/web/site/licitacoes) ou [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao TCDF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio.



## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados por despacho de 17.04.2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá, até as **14h30min do dia 14.05.2024 (horário de Brasília)**, **PROPOSTAS** para **realização de reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)**, conforme especificações deste Edital e seus anexos. A licitação será do tipo **MENOR PREÇO**, modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica. Os procedimentos desta licitação serão regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nºs 4.611/2011 e 4.770/2012, pelo Decreto Distrital nº 44.430/2023, e pelas demais legislações aplicáveis.

### CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 A presente Concorrência tem por objeto a contratação de empresa para **realização de reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)**, conforme especificações deste Edital e seus anexos.

1.2 Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Sistema de Compras do Governo Federal (*Compras.gov.br*) e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

### CAPÍTULO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 614.658,77** (seiscentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos), que será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do **CONTRATANTE**, com o seguinte enquadramento:



Programa de Trabalho		Natureza da Despesa		FT
Código Subatividade	Descrição			
01.032.8231.3903.9702	Reforma de Prédios e Próprios - TCDF	4.4.90.51.01	Obras e Instalações (Item 1)	100
		4.4.90.51.02	Obras e Instalações (Demais itens)	

e nos exercícios seguintes ficará vinculada ao orçamento correspondente.

### CAPÍTULO III – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

3.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório da concorrência ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, mediante petição a ser enviada exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço de e-mail [selic@tc.df.gov.br](mailto:selic@tc.df.gov.br).

3.2. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação ou responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

3.2.1. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgadas pelo sistema no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e vincularão os participantes e a administração, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



3.4. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

3.5. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

3.5.1 O não atendimento ao disposto neste item terá como consequência o recebimento da impugnação como pedido de esclarecimento, caso encaminhada no prazo previsto no item 3.1 deste Edital.

3.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

#### **CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1 Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o Sistema Eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

4.2 Para ter acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados em participar desta Concorrência deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas quando do credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

4.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCDF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



4.4 Não poderão disputar desta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

4.4.1 As empresas que:

I. não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

II. estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

III. nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, estejam impedidas de licitar ou contratar com o Distrito Federal (inc. III c/c §4º), ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (inc. IV c/c §5º).

4.4.2 As pessoas físicas e/ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 ou naquelas previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

## **CAPÍTULO V – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá encaminhar proposta, preferencialmente preenchida na forma do Anexo VII (Modelo das Planilhas Orçamentárias de Discriminação dos Serviços para a proposta de Preços) contendo: a) a especificação dos serviços, unidades, quantidades, preços unitários e preços totais; b) o cronograma físico – financeiro provisório (Anexo VI); c) a composição analítica das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas - BDI, bem como a composição dos encargos sociais sobre os preços da mão de obra (Anexo VIII); d) o detalhamento da composição dos custos unitários referentes às composições próprias (criadas) (Anexo V); e) o prazo de até 90 (noventa) dias corridos para a execução dos serviços, contados do recebimento da ordem de serviço; f) a indicação do regime de tributação adotado pela licitante, bem como, eventual opção ou não pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), de que trata a Lei nº 12.546/2011; e g) Indicação das entidades preferenciais e dos serviços a serem subcontratados compulsoriamente (se aplicável ao caso concreto – Anexo VIII); exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.



5.1.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no Sistema Eletrônico, o **VALOR TOTAL OFERTADO**, considerando e incluindo todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto

5.1.1.1 Os preços unitários e totais da proposta a ser encaminhada por meio do Sistema de Compras do Governo Federal: *Compras.gov.br* não poderão exceder a 2 (duas) casas decimais. Havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor.

5.1.2. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital.

5.1.3. Nessa fase não haverá ordem de classificação das propostas, observado o disposto no Capítulo VII deste Edital (DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES).

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. As propostas ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico e a existência de qualquer elemento que possa identificar o licitante importará a sua desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.2 As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, sendo que os licitantes ficam liberados dos compromissos caso não sejam convocados para contratação dentro do prazo de validade ofertado.

5.2.1. Caso a proposta seja omissa quanto ao prazo de validade, este será considerado como aceito pelo licitante para todos os efeitos.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:



5.3.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Concorrência Eletrônica e seus anexos;

5.3.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.3.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4. O licitante enquadrado como uma das entidades preferenciais, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei.

5.4.1. O tratamento diferenciado, no âmbito deste Edital, concedido às microempresas e às empresas de pequeno porte, estende-se também, como entidades preferenciais, ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município, que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite supracitado, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

5.5. A falsidade de quaisquer das declarações de que tratam os itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação.

5.6. Essa fase será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.



## **CAPÍTULO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

- 6.1 A sessão pública desta Concorrência será aberta automaticamente pelo Sistema Eletrônico na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <http://www.gov.br/compras>.
- 6.2 Durante a sessão pública, somente será considerada oficial a comunicação entre o Agente de Contratação e os licitantes ocorrida exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico.
- 6.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **CAPÍTULO VII – DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. Para este certame será adotado, para o envio de lances, o modo de disputa aberto, na conformidade com o inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021 c/c o artigo 124 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, observados os critérios a seguir.
- 7.2 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 7.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.5 Observado o disposto no item 7.4, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.





7.6. No caso de lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

7.8. A etapa de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 7.8 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratarem de lances intermediários.

7.8.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.8 e 7.8.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.8.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.8.2, o agente de contratação poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.8.4. Atendendo ao disposto ao art. 57 da Lei Federal nº 14.133/2021, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de:

7.8.4.1. R\$1.000,00 (mil reais) para o item 1;

7.9. Na hipótese de o Sistema Eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão da concorrência na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.



7.11. Encerrada a fase de lances sem que tenha havido disputa, ocorrendo empate entre 2 (dois) ou mais licitantes, mesmo após a aplicação do disposto nos capítulos VIII e IX deste Edital, conforme art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, a qual será mensurada a partir das anotações realizadas no SICAF, tendo como parâmetros preferencialmente a ser utilizados os registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
  - a. em primeira instância, a empresa que tiver o menor número de sanções de multa; e
  - b. permanecendo o empate, a empresa que tiver o menor número de sanções de advertência.
- III. desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- IV. desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, em conformidade com a Lei Federal nº 12.846/2013.

7.11.1. Permanecendo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no Distrito Federal;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



## **CAPÍTULO VIII - DO EMPATE FICTO**

8.1 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, observada a declaração de que trata o Item 5.5 deste Edital.

8.1.1 Nos termos do disposto no art. 4º §2º da Lei nº 14.133/2021, as entidades preferenciais, microempresa ou empresa de pequeno porte, que desejarem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar declaração específica de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública, nos quais os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.2 Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

8.3 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1 a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada, pelo sistema, para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do certame, sob pena de preclusão. Caso apresente preço inferior àquela considerada vencedora, será convocada para encaminhar proposta nos termos do Item 7.2 deste Edital;

8.3.2 não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da



Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.4 na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, a empresa ofertante da proposta originalmente vencedora do certame será convocada para encaminhar proposta nos termos do Item 10.4 deste Edital; e

8.3.5 o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

## **CAPÍTULO IX – DO DIREITO DE PREFERÊNCIA**

9.1 Neste certame não se aplica o direito de preferência previsto no Decreto Federal nº 7.174/2010, que dispõe sobre o regulamento da contratação de bens e serviços de informática e automação no âmbito da Administração Pública Federal.

## **CAPÍTULO X – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

10.1. Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, do art. 1º da Lei Distrital nº 5.525/2015 e do art. 251 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, serão desclassificadas as propostas que:

10.1.1. contiverem vícios insanáveis;

10.1.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

10.1.3. não estiverem em conformidade com quaisquer outras exigências contidas neste ato convocatório, desde que insanável;

10.1.4. apresentarem, após a fase de disputa, valores unitários e/ou global superiores aos estimados no Anexo III (Planilha Orçamentária) ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração (Art. 59, §4º da Lei nº 14.133/2021).



10.1.4.1. Caso seja apresentada proposta com valores unitários superiores ao definido na condição prevista no subitem 10.1.4, o licitante poderá ajustar o valor proposto ao estabelecido, após solicitação do Agente de Contratação, por meio de diligência, mediante apresentação da proposta ajustada em sessão pública eletrônica, desde que não eleve outros itens como forma de compensação.

10.1.4.2. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza hipótese de desclassificação da proposta.

10.1.4.3 Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor, cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com este Edital.

10.2. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.3. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances.

10.4 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para o respectivo lote, deverá encaminhar, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável nos termos do §2º do art. 130 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, contado da solicitação do Agente de Contratação, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema ComprasNet, a proposta de preço adequada ao último lance, preferencialmente preenchida na forma do Anexo VII (Modelos de Planilhas de Discriminação dos Serviços para a Propostas de Preços), juntamente com:

10.4.1 a declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, se for o caso;



10.4.2 a declaração de que atende à exigência de reserva de vagas em seus cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, referida no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, caso a licitante possua 100 (cem) ou mais empregados, e/ou esteja referida em normas específicas a que estiver submetida (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021);

10.4.3. a documentação complementar relativa à habilitação (Capítulo XII);

observando-se, ainda, o disposto no item 5.1.1.1 deste Instrumento.

10.5. O Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme as disposições do Edital.

10.6. Havendo necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, esses deverão ser encaminhados na forma do item 10.4.

10.7. Para efeito do julgamento da proposta, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas relativas aos documentos, desde que não alterem suas substâncias e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Agente de Contratação, ao Serviço de Licitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, localizado no 2º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Edifício Palácio Costa e Silva, CEP 70075-901, Brasília/DF.

10.9. Havendo a necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.7 ou o recebimento dos documentos solicitados na forma do item 10.8, a sessão pública somente será reiniciada após aviso prévio no Sistema Eletrônico com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, com registro em ata.

10.10. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.



10.11. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

10.12. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda a este Edital e seus anexos.

10.13. O Agente de Contratação encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas no Edital.

10.14. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante com proposta de **MENOR PREÇO TOTAL** será declarado vencedor, ressalvada a eventual necessidade de apresentação de amostra, restando pendente, ainda, a verificação dos documentos de habilitação.

## **CAPÍTULO XI – DA AMOSTRA**

11.1 Não se exigirá demonstração dos serviços/produtos ofertados.

## **CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO**

12.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

12.2. O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que as supram.

12.3. O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:



- I. certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. III do art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF.
- II. registro comercial**, no caso de empresário individual; ou **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
- III. certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial** expedida por distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição ou revalidação nos últimos 30 (trinta) dias que antecedem à sessão de abertura da licitação, caso o documento não consigne o seu prazo de validade;
- III.1. Será aceita certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, desde que acompanhada de comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.
- IV. atestado(s) de capacidade técnico-operacional** ou Certidões, expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, por empresas privadas, relativo(s) à qualificação técnico-operacional, que comprove(m) ter a licitante executado:
- IV.1. obra de reforço estrutural em estruturas metálicas de galpões ou outras edificações;
- IV.2. obra de impermeabilização com manta de PVC reforçada em uma área de, no mínimo, 219 m<sup>2</sup> (duzentos e dezenove metros quadrados);
- IV.2.1 Nos termos do disposto no art. 67, § 9º da Lei nº 14.133/2021, será admitido que a demonstração da qualificação técnica, de que trata o item IV.2, possa ser feita também por meio de apresentação de atestado relativo a potencial subcontratado.





IV.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito da(s) atividade(s) econômica(s) principal ou secundária(s), especificada(s) no contrato social vigente ou no comprovante de inscrição e de situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil (cartão CNPJ) da licitante.

IV.4. Deverá(ão) constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) ou certidão(ões), os seguintes dados:

IV.4.1. Data de início e término;

IV.4.2. local de execução;

IV.4.3. nome do CONTRATANTE e CONTRATADA;

IV.4.4. especificações técnicas dos serviços; e

IV.4.5. quantitativos executados;

IV.5. Será aceito o somatório de atestado(s) e/ou certidão(ões) para comprovar a capacidade técnica – operacional, desde que se refiram a períodos concomitantes.

**V.** declaração de vistoria ao local dos serviços emitida pelo próprio licitante ou de que assume os riscos da contratação sem a sua realização. A vistoria deverá ser feita no horário das 13h00 às 18h30, com agendamento prévio pelo telefone (61) 3314-2146 (Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio - SESAP);

**V.1.** Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria ao local dos serviços, a ausência de apresentação da declaração supracitada não implicará a desclassificação do licitante vencedor, entretanto ele não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, para eximir-se das obrigações assumidas;

**VI. Balanço Patrimonial** do último exercício social e demonstrações contábeis do último exercício social, devidamente assinado por profissional habilitado, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, de acordo com os

critérios estabelecidos nos itens 15.2 a 15.5 seguintes, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Será considerado o dia **01/08** do presente exercício como data a partir da qual será obrigatória a apresentação do balanço e demonstrações do exercício imediatamente anterior ao do presente certame.

VI.1. Com fundamento no art. 16 da Lei nº 9.779/1999, art. 2º do Decreto nº 6.022/2007 e art. 4º IN RFB nº 1252/2012, as empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real deverão ainda observar o disposto no item 9.3.11 do Anexo I e Anexo XI do presente edital;

VI.2. Com fundamento nas Leis nºs: 10.637/2020 e 10.833/2003 e nas Decisões TCDF nºs: 4081/2018 e 371/2018, as licitantes que formularem suas propostas utilizando o regime de tributação pelo Lucro Real deverão ainda observar o disposto no item 9.3.12 do Anexo I do presente edital.

VI.3. Com fundamento na Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes optantes pelo regime de tributação pelo Simples Nacional deverão ainda observar o disposto nos itens 9.3.15 e 9.3.16 do Anexo I do presente edital.

**VII.** declaração, nos termos do disposto no art. 67, inciso I da Lei nº 14.133/2021, de que a licitante, quando da efetiva contratação, disporá em seu quadro permanente de profissional(is) com capacitação **técnica-profissional** para execução dos serviços, profissional(is) de nível superior, ENGENHEIRO e/ou ARQUITETO, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnico-profissional, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada, serviço(s) relativo(s) a:

VII.1. obra de reforço estrutural em estruturas metálicas de galpões ou outras edificações;

VII.2. obra de impermeabilização com manta de PVC reforçada;



VII.3. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa de que trata esta alínea deverá ser feita na forma do disposto no item 12.19. A licitante poderá ainda optar por substituir a presente declaração pela respectiva comprovação mencionada nessa alínea.

**VIII. Prova de inscrição ou registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU),** da localidade da sede da licitante. No caso de a licitante vencedora possuir registro no CREA ou CAU de outra localidade, deverá apresentar visto do Conselho respectivo do Distrito Federal, previamente à contratação.

12.3.1 A não apresentação do documento constante do inciso I não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de sua consulta via Internet.

12.4. O licitante que deixar de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.5 Somente serão habilitadas as empresas em boa situação financeira, e esta será mensurada por intermédio da obtenção dos seguintes índices extraídos do balanço patrimonial, os quais deverão ser calculados na forma abaixo descrita, e cujo resultado terá no máximo duas casas decimais, sendo as demais desprezadas:

**12.5.1. Índice Liquidez Geral (LG):**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

**12.5.2. Índice de Solvência Geral (SG):**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$



### 12.5.3. Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.6. O licitante deverá apresentar memorial de cálculo específico dos índices econômicos - financeiros em referência, que deverá ser elaborado e assinado por profissional habilitado. Reserva-se ao Agente de Contratação o direito de rever os cálculos, com auxílio do Serviço de Contabilidade do TCDF.

12.6.1. Poderão ser considerados, para fins de aferição dos índices de que trata o item 12.5, aqueles apresentados na qualificação econômico-financeira do SICAF, desde que esta não se apresente vencida na data de abertura do certame. Essa faculdade não dispensa a apresentação da documentação constante do inciso VI do item 12.3.

12.7. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices constantes do item 12.5, quando de suas habilitações, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma do § 4º do artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, como exigência imprescindível para sua Classificação.

12.8. O licitante que deixar de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.9 O Agente de Contratação poderá, ainda, consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

12.10 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando documentos comprobatórios da execução dos serviços, tais como: cópias do contrato que deu suporte à contratação ou de sua nota fiscal, endereço atual do emissor do atestado, local em que foram prestados os serviços / fornecimento etc., não se configurando o presente rol como taxativo, mas apenas exemplificativo



12.11. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos na data de abertura da licitação, deverão ser remetidos pelo licitante, no mesmo prazo estipulado no item 10.4, contados da solicitação do Agente de Contratação.

12.11.1 No relatório de consulta ao SICAF, emitido para cumprimento do item 12.1, deverá constar, no mínimo, a regularidade com os seguintes entes, em plena validade:

12.11.1.1 Receita Federal e PGFN;

12.11.1.2 Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS);

12.11.1.3 Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT); e

12.11.1.4 Receita Estadual/Municipal/Distrital.

12.12. Em caráter de diligência, o Agente de Contratação poderá solicitar, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema de Compras do Governo Federal: *Compras.gov.br*, bem como correções ou omissões na proposta e documentação remetidas.

12.13. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.14. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.15. As exigências de habilitação de licitante estrangeiro serão atendidas mediante documentos equivalentes, os quais poderão inicialmente ser entregues traduzidos para língua portuguesa por tradução livre.

12.15.1. Caso o licitante vencedor seja estrangeiro, para fins de assinatura do contrato, os documentos de que trata esse item deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos dispostos no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



12.16. Tratando-se de entidades preferenciais, nos termos do item 5.5, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, observada a declaração de que trata o item 5.5 deste Edital.

12.17. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.18. Para a assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.

12.18.1. Caso o vencedor da licitação não comprove as condições de habilitação consignadas no edital ou se recuse a assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares, assinar o contrato.

12.18.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.18.1, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

12.18.2.1 convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

12.18.2.2 adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.



12.19. A comprovação de vinculação do profissional detentor do acervo técnico deverá ocorrer **previamente à contratação** e atender aos seguintes requisitos:

- I. Sócio - cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;
- II. Diretor - cópia autenticada do contrato social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- III. Empregado - cópia autenticada da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- IV. Autônomo prestador de serviço - cópia autenticada do contrato de prestação de serviços compatíveis com o objeto desta licitação;

### **CAPÍTULO XIII – DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA E DA COTA RESERVADA**

13.1. É permitida a subcontratação de parte dos serviços do presente objeto, mediante prévia e expressa anuência do TCDF, cujo montante a ser subcontratado pode totalizar até **30% (trinta por cento) do valor total contratado**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da CONTRATADA perante o TCDF.

13.2. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a **licitante vencedora DEVERÁ subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para execução de, no mínimo, 5% (cinco por cento) e de, no máximo, 15% (quinze por cento) do valor do objeto contratado.**



**13.3. O licitante deverá indicar a(s) entidade(s) preferencial(ais), mencionada(s) no item 13.2, que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores.**

13.4. Do percentual de que trata o item 13.1 será deduzido o percentual de subcontratação compulsória de que trata o item 13.2.

13.5 A CONTRATADA ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do CONTRATANTE, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

13.6. Assinado o contrato, serão emitidas as Notas de Empenho em favor da CONTRATADA **e, no caso da(s) entidade(s) preferencial(is), subcontratadas compulsoriamente, também empenho direto em favor dessa(s).**

13.7. No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da(s) subcontratada(s) em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

13.8. No caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s), será concedido, se necessário, o direito de saneamento a que se refere a Lei Distrital nº 4.611/2011.

13.9. A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrar a inviabilidade da substituição.

13.10. A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

13.11. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao CONTRATANTE, justificadamente, suspensão ou glosa de pagamentos.

**13.12. Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante for entidade preferencial.**





13.13. Tendo em vista a necessidade de compatibilização e uniformidade dos itens que compõem a presente licitação, não é aplicável cota reservada para as entidades preferenciais, conforme previsto no art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011.

#### **CAPÍTULO XIV – DO RECURSO**

14.1 Declarado o vencedor, o Agente de Contratação abrirá prazo de 10 (dez) minutos, após o julgamento das propostas de preços e da habilitação, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade competente a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

14.1.2 O licitante que registrar intenção de recurso deverá apresentar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

14.2 Para fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar, a partir do encerramento da fase de lances, vista dos autos, que permanecerão franqueados aos recorrentes no Serviço de Licitação do TCDF, bem como no sistema de processo eletrônico do TCDF, no sítio <http://www.tc.df.gov.br/>, link “Consulta Processual”, “Consulta Rápida”, por meio do número do processo indicado na capa deste Edital.

14.3 Os recursos rejeitados pelo Agente de Contratação serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da adjudicação do objeto e homologação do procedimento.

14.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### **CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do certame, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.



## **CAPÍTULO XVI – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

16.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade resultante de fato superveniente devidamente comprovado e deverá anulá-la, de ofício ou mediante provocação de terceiros, por ilegalidade insanável

16.1.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **CAPÍTULO XVII – DA CONTRATAÇÃO**

17.1 A contratação será regida, especialmente, pelos itens constantes do Anexo I do Edital (Termo de Referência) e do [Anexo XI](#) do Edital (Minuta do Contrato), a seguir elencados:

<b>Anexo I do Edital – Termo de Referência</b>	
17.1.1. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE	Item 4.3
17.1.1.1. DO CONTRATO	Anexo XI
17.1.2. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE	Item 5.2
17.1.3. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	Item 5.3
17.1.4. DA GARANTIA CONTRATUAL	Item 5.9
17.1.5. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO	Item 5.10
17.1.6. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS	Item 8
<b>Anexo XI do Edital – Minuta do Contrato</b>	
17.1.7. DO REAJUSTE DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS	Cláusula 6ª
17.1.8. DA GARANTIA CONTRATUAL	Cláusula 7ª
17.1.9. DO PAGAMENTO	Cláusula 8ª
17.1.10. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES	Cláusula 9ª
17.1.11. DAS PENALIDADES	Cláusula 12ª
17.1.13. DA FISCALIZAÇÃO	Cláusula 15ª
17.1.14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO	Cláusula 16ª

17.2 Além do disposto no item 17.1, a contratação deverá obedecer às demais cláusulas do Anexo I do Edital – Termo de Referência.



## **CAPÍTULO XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 São partes integrantes deste Edital o Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (Especificações Técnicas), Anexo III (Planilha Estimativa dos Preços dos Serviços), Anexo IV (Memória de Cálculo do BDI e dos Encargos Sociais), Anexo V (Detalhamento dos custos unitários referentes às composições próprias/criadas), Anexo VI (Cronograma Físico-Financeiro Provisório), Anexo VII (Modelo das Planilhas Orçamentárias de Discriminação dos Serviços para a Proposta de Preços); Anexo VIII (Modelo de Indicação das entidades preferenciais e dos serviços a serem subcontratados compulsoriamente); Anexo IX (Modelo de Declaração de Vistoria), Anexo X (Estrutura Analítica do Projeto – EAP – Provisória e Memória de Cálculo do Reforço da Estrutura Metálica da Cobertura do Edifício Garagem); Anexo XI (Minuta do Contrato) e Anexo XII (Metodologia de Conferência de Dados de Empresas Tributadas pelo Lucro Real ou Lucro Presumido).

18.2 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Edital e seus anexos e submissão total às normas nele contidas.

18.3 É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

18.4 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Concorrência.

18.5 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

18.6 Em caso de divergência entre as disposições contidas em normas infralegais e aquelas contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.



18.7 Esta Concorrência poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TCDF, sem prejuízo do disposto no art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

18.8 Nos termos do artigo 1º da Lei Distrital nº 5.061/2013, c/c o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, é estritamente vedado o uso de mão de obra infantil.

18.8.1 O uso ou o emprego da mão de obra infantil poderá constituir motivo para a rescisão do ajuste e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

18.9 Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017, é estritamente proibido o uso ou o emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do ajuste e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

18.10 Sem prejuízo do disposto no Item 3.2.1:

18.10.1 o esclarecimento de dúvidas de ordem técnica (Anexos I a XII) poderá ser realizado junto a Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP), por meio do telefone (61) 3314-2146, no horário de 13h00 a 18h30.

18.10.2 O esclarecimento de dúvidas sobre o Edital poderá ser realizado junto ao Serviço de Licitação (SELIC), por meio dos telefones (61) 3314-2742 e 3314-2202, no horário de 13h00 a 18h30.

18.11 Para todos os atos praticados em decorrência deste Edital, deverá sempre ser observado o horário de Brasília/DF

18.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, quando definidos em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

18.12.1. Somente se iniciam ou vencem os prazos em dias que haja expediente neste Tribunal de Contas do Distrito Federal.

18.12.2. Para os fins do item 18.12, serão considerados dias úteis aqueles definidos no calendário oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, salvo aqueles envolvendo prazos definidos automaticamente pelo Sistema de Compras do Governo Federal: *Compras.gov.br*.



## **CAPÍTULO XIX – DO FORO**

19.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas à presente Concorrência.

Brasília - DF, em 23 de abril de 2024.

***ASSINADO DIGITALMENTE***

***Wildson Prado Oliveira***  
**Chefe do Serviço de Licitação**



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024**  
**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO Nº 1/2024**

<b>OBJETO</b>	1.1. Contratação de empresa especializada para realização de reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).
---------------	---

<b>PROCESSO</b>	00600-00002395/2024-92
<b>ESTIMATIVA</b>	R\$ 614.658,77
<b>DATA DA ESTIMATIVA</b>	02/04/2024
<b>REGIME</b>	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
<b>FORMA DE EXECUÇÃO</b>	INDIRETA
<b>JULGAMENTO</b>	MENOR PREÇO

**RESPONSÁVEIS PELO PROJETO BÁSICO**

<b>EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:</b> Leonardo José Alves Leal Neri	<b>TELEFONE:</b> (61) 3314-2870 <b>EMAIL:</b> <a href="mailto:spc@tc.df.gov.br">spc@tc.df.gov.br</a>
<b>EQUIPE TÉCNICA:</b> Bruno Rodrigues Duarte Clarissa Silva Rodrigues de Oliveira Valter Formiga Albuquerque	<b>TELEFONE:</b> (61) 3314-2140 <b>EMAIL:</b> <a href="mailto:bruno.duarte@tc.df.gov.br">bruno.duarte@tc.df.gov.br</a> <a href="mailto:clary.sro@tc.df.gov.br">clary.sro@tc.df.gov.br</a> <a href="mailto:valterfa@tc.df.gov.br">valterfa@tc.df.gov.br</a>



## **1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

1.1. Contratação de empresa especializada para realização de obra e serviço de engenharia, com vistas ao reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

### **2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. Preservação do patrimônio público pertencente ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, por intermédio de ações de obras e serviços de engenharia no Edifício Garagem, para recuperação e reforço da cobertura visando a instalação de uma usina geradora de energia fotovoltaica.

### **2.2. MOTIVAÇÃO**

#### **2.2.1. Razões de Direito**

2.2.1.1. Em vista do contido no art. 71, inciso I, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273/2014, é atribuição do Serviço de Obras e Projetos (SEPROJ), subordinado à Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP), elaborar diretamente ou promover a elaboração de estudos e projetos de engenharia e arquitetura, com vistas à construção, ampliação, reforma e manutenção de imóveis e de instalações prediais.

2.2.1.2. Além disso, nos termos do art. 77, inciso X, desse mesmo Regulamento, incumbem aos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção, chefia e supervisão, as atribuições de explicitar a necessidade, a motivação, os resultados a serem alcançados, a especificação técnica, as quantidades e o orçamento de contratação de bens e serviços pertinentes a sua área de atuação.

2.2.1.3. Segundo a Orientação Técnica nº 2/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria em

Obras Públicas (IBRAOP), enquadra como Obras de Engenharia os seguintes procedimentos relacionados às edificações, com a seguinte definição:

2.2.1.3.1. **Reformar**: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

2.2.1.4. Ainda segundo a mesma a Orientação Técnica nº 2/2009, enquadra como Serviços de Engenharia os seguintes procedimentos relacionados às edificações, com a seguintes definições:

2.2.1.4.1. **Consertar**: colocar em bom estado de uso ou funcionamento o objeto danificado; corrigir defeito ou falha.

2.2.1.5. Destaca-se que OT-IBR 002/2009 traz a definição de Obras e Serviços de Engenharia e foi elaborada com base em debates de âmbito nacional, por técnicos envolvidos diretamente com Auditoria de Obras Públicas e em consonância com a legislação e normas pertinentes aplicáveis ao caso em questão.

## 2.2.2. Razões de Fato:

2.2.2.1. Por meio do processo nº 00600-00014112/2023-74-e, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) está promovendo a instalação de uma usina de geração de energia fotovoltaica na cobertura do edifício garagem. Para viabilizar tal intento, é necessária a execução de um reforço da estrutura metálica da cobertura, que garanta o suporte necessário à sobrecarga advinda das placas e equipamentos a serem instalados.

2.2.2.2. Além disso, é necessária uma recuperação de toda a cobertura, com substituição de telhas danificadas, nova impermeabilização das calhas de águas pluviais e instalação de uma passarela de manutenção.

## 2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. Adequação da estrutura metálica e da cobertura para recebimento da nova usina de geração de energia fotovoltaica do Tribunal de Contas do Distrito Federal





2.3.2. Preservação do patrimônio público pertencente ao acerto do Tribunal de Contas do Distrito Federal, com ações de recuperação da cobertura do Edifício Garagem.

## 2.4. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

2.4.1. Conforme discutido no Estudo Técnico Preliminar, propõe-se a presente contratação por meio de execução indireta, pois a execução deste serviço por meios próprios (modo direto) não é viável, haja vista ser necessário o emprego de materiais, equipamentos e de mão de obra capacitada, as quais não se dispõe neste Tribunal.

## 3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

3.1. Contratação de empresa especializada para realização de obra e serviço de engenharia, com vistas ao reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

## 3.2. DESCRIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

3.2.1. As especificações técnicas, o detalhamento e as ilustrações referentes ao objeto da presente contratação constam do Anexo II (Especificações Técnicas).

## 3.3. PLANEJAMENTO DA OBRA

3.3.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar, em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, o planejamento detalhado da obra, baseado no cronograma físico-financeiro definitivo, tendo como referência o Cronograma Físico-Financeiro Provisório (Anexo VI).

3.3.2. É da máxima importância que o planejamento apresente uma previsão realista do calendário de recebimento de materiais e equipamentos, de forma a promover a melhor sincronização entre equipes de execução, subempreiteiros e fornecedores especializados.

3.3.3. A coordenação, a cargo do responsável técnico e do encarregado de obras, deverá ser precisa, enfatizando-se a importância do planejamento e da previsão. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam à melhor técnica preconizada para os



serviços objeto da licitação.

### 3.4. INTRODUÇÃO

3.4.1. As considerações dessa introdução deverão ser seguidas pelos licitantes.

3.4.2. A execução dos serviços far-se-á sob a fiscalização técnica do TCDF, por meio de servidores designados.

3.4.3. Para perfeito entendimento das Especificações Técnicas, o termo CONTRATADA define o proponente vencedor do certame licitatório e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará o TCDF perante a CONTRATADA.

3.4.4. Os serviços a serem executados, bem como os materiais a serem utilizados obedecerão às plantas, aos desenhos, às especificações técnicas, às Normas da ABNT, às disposições legais da União e do Governo do DF, resoluções do CREA-DF, CONFEA e do Ministério do Trabalho, aos regulamentos das empresas concessionárias, às prescrições e recomendações dos fabricantes, bem como às normas internacionais consagradas, na falta das da ABNT.

3.4.5. As divergências que, por acaso surgirem entre as especificações, os desenhos e as plantas durante a execução dos serviços, deverão ser solucionadas mediante prévia consulta junto à Fiscalização.

3.4.6. No caso de omissões ou dúvidas de cotas, medidas e especificações nos desenhos e plantas, o licitante deverá saná-las junto à Fiscalização.

3.4.7. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar os projetos, consultar as especificações e vistoriar o local da obra, executando todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços unitários.

3.4.8. Os projetos, bem como as presentes especificações, foram elaborados sob a responsabilidade direta do Tribunal. A CONTRATADA, ao aceitá-los, assumirá de forma única e irrecusável a responsabilidade pela sua correta e completa execução, salvo se comunicar por



escrito sua inexecutabilidade parcial ou total. Nesta hipótese, deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO sua proposta de alteração, que deverá ser aprovada antes da sua implementação.

3.4.9. Deverão ser levadas propostas de solução à Fiscalização para os casos de omissões de acessórios, cuja necessidade não esteja implícita para o perfeito funcionamento das instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos previstos nos projetos.

3.4.10. A CONTRATADA fornecerá as máquinas, os equipamentos, os materiais, a mão-de-obra, o transporte e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão e a manutenção das obras, sejam elas definitivas ou temporárias. Os custos relativos a esses insumos deverão estar embutidos nos respectivos custos unitários.

3.4.11. A presença da fiscalização na obra não diminuirá a responsabilidade da empresa CONTRATADA em quaisquer ocorrências, atos, erros ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a ele relacionados.

3.4.12. Quando se fizer necessária qualquer mudança nas especificações ou substituição de algum material por outro equivalente, por iniciativa da CONTRATADA, esta deverá apresentar solicitação escrita à fiscalização da obra, minuciosamente justificada, além dos catálogos e ensaios técnicos emitidos por laboratórios qualificados. Entende-se por equivalentes os materiais ou equipamentos que tenham a mesma função, o mesmo desempenho técnico e padrão de acabamento. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venham a prejudicar o andamento dos serviços e não darem causa a possíveis prorrogações de prazos. Ao TCDF compete decidir a respeito da substituição.

3.4.13. A substituição de qualquer empregado da CONTRATADA por solicitação da fiscalização deverá ser atendida com presteza e eficiência, no prazo máximo de 48h.

3.4.14. A CONTRATADA manterá no canteiro de obras um Diário de Obras para o registro de todas as ocorrências de serviço e troca de comunicações rotineiras entre a CONTRATADA e o TCDF.

3.4.15. Caberá à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento das prescrições



referentes às leis trabalhistas, de previdência social, de segurança contra acidentes de trabalho, **bem como a manutenção de seguro para risco de engenharia com responsabilidade civil, de forma que cubra todo o pessoal do serviço durante o período de execução da obra. A cópia da apólice deverá ser entregue à fiscalização no prazo de 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato.**

3.4.16. A CONTRATADA empregará a boa técnica na execução dos serviços com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no projeto e nas especificações.

3.4.17. Todas as despesas relativas à instalação da obra, execução dos serviços, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, óleos lubrificantes, combustíveis e fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais etc. bem como possíveis providências quanto a legalização da obra perante os órgãos municipais, distritais ou federais, correrão por conta da CONTRATADA.

3.4.18. A CONTRATADA ficará responsável por quaisquer danos que venham causar a terceiros ou ao patrimônio do TCDF, reparando-os às suas custas, durante ou após a execução dos serviços contratados, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte do TCDF.

3.4.19. Os serviços serão pagos pelo regime de empreitada por preço unitário, bem como de acordo com o cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, aprovada pelo TCDF, através da fiscalização da obra. O primeiro pagamento de serviços só poderá ser autorizado após o devido registro da obra junto ao CREA-DF.

3.4.20. Os serviços rejeitados pela fiscalização devido ao uso de materiais diferentes dos especificados e/ou materiais que não sejam qualificados como de primeira qualidade ou serviços considerados como mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o emprego de materiais aprovados pela fiscalização e com a devida mão-de-obra qualificada, em tempo hábil para que não venham a prejudicar o cronograma global dos serviços, às custas da CONTRATADA.

3.4.21. No caso de dúvidas, erros, incoerências ou divergências que possam ser levantadas por meio do caderno de encargos e especificações ou pelos projetos, a fiscalização deverá ser obrigatoriamente consultada para que tome as devidas providências.



3.4.22. Todos os serviços e recomposições, não explícitos neste caderno ou nas plantas, mas inerentes à execução dos serviços programados e ao perfeito acabamento das áreas existentes, de forma a resultar num todo único e acabado, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

3.4.23. Durante o desenvolvimento das obras, a empresa CONTRATADA deverá observar e anotar as alterações dos serviços que tiveram que ser executados de forma diferente do que foi proposto nos projetos discriminados neste caderno de encargos.

3.4.24. Após o término das obras, a empresa CONTRATADA deverá atualizar todos os projetos de arquitetura e engenharia, com as alterações anotadas, efetuando as correções conforme o que foi executado (“As Built”). As referidas alterações deverão ser feitas em arquivos de desenho digital com a utilização do software AutoCAD, na versão acordada pela Fiscalização.

3.4.25. Os locais afetados pelos serviços deverão ser mantidos pela CONTRATADA em perfeito estado de limpeza no decorrer do serviço.

3.4.26. Deverá ser realizada pelas licitantes uma minuciosa vistoria aos locais onde serão desenvolvidos os serviços, para que tenham conhecimento das condições ambientais e técnicas em que se desenvolverão os trabalhos.

### **3.5. SERVIÇOS AUXILIARES E ADMINISTRATIVO**

3.5.1. A CONTRATADA manterá uma estrutura no canteiro de obras para o acompanhamento dos serviços, composta, no mínimo, de um encarregado de obras que deverá permanecer na obra durante todas as horas de trabalho, além de pessoal qualificado e/ou especializado de comprovada competência. Deverá manter equipe para limpeza permanente, além de alimentação e transporte para todos os componentes das equipes que estejam em atividades.

3.5.2. A substituição de qualquer empregado da CONTRATADA por solicitação da fiscalização deverá ser atendida com presteza e eficiência, no prazo máximo de 48h.

#### **3.5.3. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

3.5.3.1. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todas as ferramentas e equipamentos



necessários à execução dos serviços.

#### 3.5.4. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

3.5.4.1. Caberá à CONTRATADA zelar pela proteção individual e coletiva dos empregados e de terceiros, durante a execução das obras, fornecendo todos os equipamentos de segurança previstos na execução dos serviços.

3.5.4.2. A CONTRATADA deverá seguir as recomendações expressas na Lei nº 6.514 de 22/12/77 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, em especial as NRs (NR-4, NR-7 e NR-18) que entraram em vigor em julho de 1995, bem como suas alterações ou novas normas que digam respeito à Segurança do Trabalho, inerentes ao serviço em questão.

#### 3.6. ENTREGA DA OBRA

3.6.1. Na conclusão parcial ou final da obra a CONTRATADA com a devida autorização do CONTRATANTE, deverá remover do local todo o equipamento utilizado e o material excedente, entulhos e as construções provisórias de qualquer espécie, entregando o local e as áreas contíguas em boas condições de limpeza e uso imediato.

3.6.2. Para a entrega da obra a área deverá estar livre de qualquer entulho e limpa. Todos os locais degradados por conta do canteiro de obras deverão ser recuperados após o término dos serviços.

3.6.3. Todas as instalações deverão ser testadas pela CONTRATADA, perante a FISCALIZAÇÃO, com aparelhagem própria fornecida pela primeira, na eventualidade da ausência de água, luz ou esgoto, caberá à CONTRATADA providenciar, no momento oportuno, os meios e aparelhagens necessárias à sua realização.

3.6.4. A CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverão, juntamente, fazer uma vistoria geral observando:

3.6.4.1. todas as partes aparentes que constituem o acabamento final da obra;



3.6.4.2. as instalações, fazendo provas de isolamento e queda de tensão dos circuitos, segundo a NB-3;

3.6.4.3. a existência de possíveis vazamentos, por meio da utilização de aparelhos; e

3.6.4.4. as instalações mecânicas existentes.

3.6.5. A CONTRATADA, nos termos do artigo 618 do Código Civil, responderá por 5 (cinco) anos, a partir do recebimento da obra por sua solidez e segurança.

3.6.6. Até 1 (um) ano após a conclusão dos serviços, a contar do recebimento definitivo da obra, a CONTRATADA, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, responderá pelos reparos que se venham a fazer necessários, em decorrência da execução imperfeita dos serviços.

3.6.7. A responsabilidade civil, citada nos dois subitens anteriores, não se transferirá a terceiros, sendo única e exclusivamente da CONTRATADA.

#### **4. DO REGIME DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO INSTRUMENTO DE AJUSTE**

##### **4.1. DO REGIME DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1.1. Na execução dos serviços deverão ser observadas: as especificações técnicas aqui estabelecidas e as Normas Técnicas competentes relativas ao objeto, em especial às expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

##### **4.2. DO REGIME DE EMPREITADA**

4.2.1. Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço UNITÁRIO.

4.2.2. No regime de empreitada por preço unitário, mede-se cada unidade de serviço e os pagamentos far-se-ão mediante a multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários.



4.2.3. Nos termos do Acórdão nº 1977/2013 – TCU – Plenário “*a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras*”.

#### 4.3. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.3.1. Sem prejuízo do disposto no Título III da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento, seu(s) anexo(s) e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do contrato a ser assinado.

4.3.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.3.3. O prazo de que trata o item 4.3.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, de acordo com o § 1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.4. As disposições relativas à subcontratação e subcontratação compulsória constam do Capítulo XIII do Edital de Licitação e da Minuta de Contrato ([Anexo XI](#)).

4.3.5. Previamente à assinatura do Instrumento Contratual, a CONTRATADA deverá comprovar documentalmente o cumprimento da exigência de equidade salarial em seu quadro de funcionários no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do resultado da licitação, prorrogável, justificadamente, por igual período e uma única vez, em conformidade com o art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020.

4.3.5.1. Caso a empresa não conte com mecanismos de garantia de equidade salarial, poderá apresentar, no mesmo prazo estabelecido no item 4.2.5, plano para adoção das ações elencadas no inciso II do art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020, ou outras que visem ao alcance do mesmo objetivo, com prazo para implantação de no máximo 90 dias.

4.3.6. A empresa vencedora de processo licitatório que não aceite as condições impostas no





item 4.2.5 ficará impedida de assinar o respectivo termo de contrato, ficando a Administração Pública autorizada a convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, de acordo com o disposto pela Lei federal nº 14.133/2021.

4.3.7. O licitante vencedor, previamente à assinatura do contrato, deverá comprovar que possui em seu quadro de funcionários, profissional(is), com capacitação técnica para execução dos serviços, engenheiro(s), devidamente reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, consoante o disposto no item 12.3, VII do Capítulo XII do Edital;

4.3.8. A comprovação de vinculação do(s) profissional(is) deverá atender os requisitos previstos no item 12.19 do Capítulo XII do Edital.

#### **4.4. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.4.1. Os serviços objeto deste Instrumento serão executados nas dependências do Edifício Garagem do TCDF - localizado no Setor de Garagens Oficiais Norte (SGON), Quadra 1, Lote 276, Asa Norte, Brasília-DF.

#### **4.5. DA VISTORIA**

4.5.1. A Licitante poderá realizar vistoria prévia para verificar os ambientes relativos aos locais de execução das obras e serviços de engenharia.

4.5.2. A realização da Vistoria Técnica deverá ser agendada, previamente, junto a Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP), situado no terceiro andar do Edifício Anexo do TCDF, Praça do Buriti, Brasília/DF, ou pelo telefone (61) 3314-2146, no horário das 13h00 às 18h30.

4.5.3. Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria ao local dos serviços, a ausência dessa não implicará na desclassificação da licitante, entretanto, esta não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais de execução dos serviços para eximir-se das obrigações assumidas.



#### 4.6. DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DOS SERVIÇOS

4.6.1. Cabe destacar que a presente contratação se caracteriza por um complexo de obras e serviços de engenharia interdependentes entre si, cuja segregação em itens diversos pode comprometer a execução, a segurança ou a qualidade dos serviços. Além disso, a não adjudicação em lote único pode comprometer e diluir eventual responsabilidade civil pela obra.

4.6.2. Verifica-se, ainda, que o agrupamento dos itens do objeto do presente instrumento em lote único tem por objetivo facilitar o gerenciamento do objeto a ser contratado pelo TCDF, bem como obter economia de escala e reduzir custos para a Administração. Pois, o objeto a ser realizado engloba um mesmo ramo de atividade e será demandado de forma única.

4.6.3. A execução isolada de um dos itens constantes do presente certame pode levar a consequências indesejáveis e imprevisíveis na execução dos outros serviços, em face da interdependência entre seus componentes.

4.6.4. Todos os serviços constantes do objeto da obra e serviço de engenharia devem funcionar em perfeita integração e de forma a não trazer risco ao funcionamento e desempenho final de todo o sistema.

4.6.5. Ressalte-se que o gerenciamento de mais de um contrato para os serviços em questão traz ineficiência e aumento de custos na gestão e fiscalização da contratação por parte do CONTRATANTE. Frise-se que a relação contratual com somente uma empresa, vencedora do certame, concentrará os esforços da equipe responsável no acompanhamento dos serviços contratados, permitindo uma maior eficiência no emprego dos recursos públicos.



#### **5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL**

##### **5.1.MÉTODO DE TRABALHO, PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o **CONTRATANTE** como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos serviços executados aos padrões de qualidade exigidos; e a **CONTRATADA** como responsável pela execução dos



serviços e gestão dos recursos humanos necessários. A execução dos serviços contratados, pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

**5.1.2. À CARGO DO CONTRATANTE:**

**5.1.2.1. GESTÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:** refere-se à coordenação das atividades relacionadas à fiscalização do ajuste, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. Para o presente objeto a gestão contratual será exercida pelas seguintes secretarias e serviços do CONTRATANTE: Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP), Serviço de Obras e Projetos (Seproj), Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio (SELIP) e Serviço de Contratos (SERCO);

**5.1.2.2. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA:** é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, conforme o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com as especificações previstas no instrumento convocatório;

**5.1.2.3. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:** é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, e respectiva instrução dos procedimentos de pagamento;

**5.1.2.4. FISCALIZAÇÃO PELO PÚBLICO USUÁRIO:** é o acompanhamento da execução do objeto do ponto de vista do usuário dos serviços contratados, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais, e os procedimentos utilizados pela CONTRATADA, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

**5.1.2.4.1.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, formalmente designados pelo **CONTRATANTE**.



### 5.1.3. À CARGO DA CONTRATADA:

5.1.3.1. **PREPOSTO:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento.

5.1.3.1.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente o(s) preposto(s), por meio de declaração, na qual conste o(s) nome(s) completo(s), número(s) do CPF e do(s) documento(s) de identidade, número(s) telefônico(s) para contato, além dos dados relacionados à respectiva qualificação profissional.

5.1.3.1.2. O PREPOSTO, uma vez indicado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, após a assinatura do Contrato, para realização de reunião inicial com vistas ao início da execução contratual.

5.1.3.1.3. O PREPOSTO deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

5.1.3.1.4. A CONTRATADA orientará o seu PREPOSTO quanto à necessidade de acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.1.3.1.5. É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

### 5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços contratados.

5.2.2. Permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, nas dependências do Tribunal, para execução dos serviços.

5.2.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, qualquer ocorrência considerada irregular, bem como qualquer falha ou imperfeição observada na execução dos serviços.



5.2.4. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, devido pela execução dos serviços, após o "atesto" da fiscalização do Contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, bem como observado o cronograma físico-financeiro estabelecido entre as partes.

5.2.5. Receber o objeto do contrato e atestar a(s) Nota Fiscal(is)/Fatura(s).

5.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;

5.2.7. Designar executor ou comissão para acompanhar e fiscalizar o ajuste, assim como para atestar a execução do objeto.

5.2.8. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos nesse projeto básico, solicitando à CONTRATADA as substituições que se verificarem necessárias.

5.2.9. Exigir o cumprimento de todos os itens descritos no item 3 deste Instrumento e demais anexos deste Edital.

5.2.10. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada;

5.2.11. Solicitar a imediata retirada do local dos serviços de qualquer funcionário da CONTRATADA que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências. Tal fato não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais.

5.2.12. Dirimir as divergências de desenhos (projetos) e especificações porventura existentes, bem como aprovar previamente, orçamento para substituição ou inclusão de materiais e serviços.

### **5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

5.3.1. Executar diretamente os serviços contratados, não sendo admitida a transferência de responsabilidades para terceiros ou subcontratações **não** autorizadas pelo CONTRATANTE.

5.3.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços contratados, utilizando-se de empregados treinados e devidamente habilitados.



5.3.3. Respeitar as normas, regulamentos e procedimentos internos do CONTRATANTE, especialmente as de segurança, disciplina e acesso às dependências do Tribunal.

5.3.4. Acatar as orientações do Gestor/Fiscal do Contrato ou de seu substituto legal, sujeitando - se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.3.5. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando os comprovantes de regularidade fiscal, social e trabalhista.

5.3.6. Executar todos os serviços previstos no presente Instrumento, apresentando a(s) solução(ões) que atendam a demanda do CONTRATANTE.

5.3.7. Responsabilizar-se por todo e qualquer prejuízo causado por sua culpa durante a execução dos serviços, assumindo os ônus decorrentes.

5.3.8. Providenciar as Anotações de Responsabilidade Técnica - A.R.Ts. dos serviços no CREA, e encaminhar cópia à Fiscalização do TCDF, antes do início dos serviços.

5.3.9. Promover diligências junto aos órgãos do GDF para obtenção de documentos que se fizerem necessários à consecução dos serviços, competindo à CONTRATADA, inclusive, o pagamento das respectivas taxas correspondentes.

5.3.10. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE para acompanhamento da execução do Contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.3.11. Reparar e/ou ressarcir o Tribunal por qualquer dano ou estrago causado por seus funcionários em materiais/equipamentos/máquinas de propriedade do TCDF e/ou de terceiros instalados e/ou utilizados nas dependências do Tribunal.

5.3.12. Encaminhar à unidade fiscalizadora todas as faturas dos serviços prestados.

5.3.13. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta



contratação.

5.3.14. Não modificar a forma da prestação dos serviços e suas respectivas especificações sem autorização expressa da fiscalização do Contrato.

5.3.15. Comparecer, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, ao local designado, por meio do(s) preposto(s) para esclarecimentos de quaisquer ocorrências.

5.3.16. Apresentar à fiscalização amostra de todo material e/ou equipamento a ser empregado na obra e nos serviços de engenharia contratados antes de sua utilização, reservando-se à fiscalização o direito de solicitar a substituição daqueles que não estejam em conformidade com o padrão exigido;

5.3.17. Providenciar Livro próprio (diário) para o acompanhamento dos serviços por parte da Fiscalização do TCDF.

5.3.18. Empregar nos serviços materiais e produtos de marca conhecida e consagrada no mercado por sua qualidade;

5.3.19. Propor soluções para todos os problemas enfrentados durante os trabalhos de reforma, mesmo que para isso, outras soluções não previstas nas especificações dos serviços tenham de ser apresentadas para aprovação, sem ônus para o TCDF.

5.3.20. Facilitar o acesso da Fiscalização a todas as dependências da obra, solicitando anuência expressa dessa antes de iniciar qualquer etapa do serviço.

5.3.21. Fica a CONTRATADA obrigada, nos termos do art. 128 da Lei nº 14.133/2021 e da Decisão TCDF nº 2344/2014, a manter, em relação a possíveis aditivos ao contrato decorrente da presente licitação, o desconto inicial de sua proposta, ou seja, deve ser mantida a proporcionalidade da diferença entre o valor total estimado pela Administração e o valor total contratado.

5.3.22. As normas / obrigações constantes destas especificações não desobrigam a CONTRATADA do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, bem como outras normas previstas em acordo, convenção ou dissídio coletivo de



trabalho, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações, movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência no desenvolvimento dos serviços.

#### **5.4. DA FISCALIZAÇÃO**

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO, a ser realizada na prestação dos serviços, constam de cláusula da Minuta do Contrato (Anexo XI).

#### **5.5. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E CONDIÇÕES**

5.5.1. As disposições que tratam sobre VIGÊNCIA, PRAZOS e CONDIÇÕES da prestação dos serviços constam de cláusula da Minuta do Contrato (Anexo XI).

5.5.2. Nos termos do art. 123, da Lei 14133/2021, demais solicitações de prorrogação de prazos, relativas a documentos emitidos pela Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio do TCDF, poderão ser prorrogados pelo Secretário de Licitação, Material e Patrimônio, nos termos da Lei.

#### **5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

5.6.1. As disposições que tratam sobre o RECEBIMENTO, a ser realizado na prestação dos serviços, constam de cláusula da Minuta do Contrato (Anexo XI).

#### **5.7. DO PAGAMENTO**

5.7.1. As disposições que tratam sobre o PAGAMENTO, a ser realizado na prestação dos serviços, constam de cláusula da Minuta do Contrato (Anexo XI).

#### **5.8. DO REAJUSTE DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS**

5.8.1. As disposições que tratam sobre o REAJUSTE DE PREÇOS DOS SERVIÇOS, a ser realizada na prestação dos serviços, constam de cláusula da Minuta do Contrato (Anexo XI).

#### **5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL**

5.9.1. Conhecidos o resultado da licitação e a ordem de classificação dos licitantes, de acordo com os critérios estabelecidos no presente Edital, a primeira colocada prestará garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do instrumento contratual.





5.9.2. A garantia, a critério do licitante vencedor, se fará mediante escolha por uma das seguintes modalidades:

5.9.2.1. caução: em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

5.9.2.2. seguro-garantia; ou

5.9.2.3. fiança bancária.

5.9.3. As demais disposições que tratam sobre a GARANTIA a ser prestada constam de cláusula da Minuta do Contrato (Anexo XI).

#### 5.10. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também poderá ser utilizado para agilizar a comunicação entre as partes.



### **6. ESTIMATIVA DE PREÇOS:**

6.1. Para efeito do disposto nos arts. 59 e 61, §1º da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação está estimada em **R\$ 614.658,77** (seiscentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos), já considerando todos os impostos e taxas, conforme pesquisa de preços, constante dos autos do Processo TCDF nº 00600-00002395/2024-92.

6.2. Nas planilhas constantes do Anexos III:

6.2.1. Foi adotado a incidência cumulativa das alíquotas de PIS e COFINS;

6.2.2. **NÃO** foi considerada a desoneração tributária, em razão da existência da contribuição previdenciária substitutiva (CPRB) para o setor de construção civil e de construção civil de obras de infraestrutura, conforme os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546/2011 (Plano Brasil Maior), devendo as licitantes observarem tal questão quando da elaboração de suas propostas e detalhamento do BDI;

6.2.3. Adotou-se como paradigma para o cálculo do BDI, constante da presente obra de reforma, o teor do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, consoante a Decisão TCDF



nº 1.583/2014;

6.2.4. Os encargos sociais sobre preços da mão de obra de horistas e mensalistas estabelecidos neste Edital e seus Anexos foram definidos com base nas planilhas, vigentes a partir de dezembro de 2023 para o Distrito Federal, constantes dos arquivos relativos ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI **SEM** a desoneração dada pela Lei do Plano Brasil Maior;

6.2.5. Durante a elaboração do orçamento da obra e serviço, na estimativa de custo dos preços unitários, foi utilizado preferencialmente o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), em cumprimento a determinações constantes na jurisprudência dessa Corte de Contas;

6.2.6. Subsidiariamente, quando se mostrou inviável a definição dos custos por meio do SINAPI, devido à limitação do banco de dados do citado sistema, foi utilizado o sistema de custos TCPO-14, da Editora PINI;

6.2.7. Quando se mostrou inviável a utilização dos dois sistemas listados anteriormente, foi realizada pesquisa de preços por meio da Internet e de consulta a fornecedores locais do Distrito Federal;

6.2.8. Os arquivos relativos às pesquisas de preços realizadas, bem como as bases de dados dos sistemas SINAPI e TCPO estão associados ao Processo e os valores consolidados foram juntados nas planilhas anexas ao presente edital.

6.3. A pesquisa de preços foi realizada na fase instrutória da presente contratação e efetivada como data-base no dia **02/04/2024**, conforme estabelecido §7º, do art. 25 da Lei nº 14.133/2023.

6.4. Nos termos do art. 104, do Decreto Distrital nº 44.330/2023, avaliou-se os preços das propostas e preços públicos apresentadas e por se tratar de contratação em lote único, adotou-se os preços constantes nas tabelas oficiais de preços de obras e serviços de engenharia dos apresentados, considerando a necessidade do objeto e a paridade aos preços públicos encontrados.



## **7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos Itens do objeto.

## **8. SANÇÕES APLICÁVEIS**

8.1. O LICITANTE, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, poderá ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor estimado para a contratação, a saber:

8.1.1. - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: multa de 12% (doze por cento);

8.1.2. - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.3. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.4. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

8.1.5. - fraudar a licitação: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

8.1.6. - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);



8.1.7. - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 20% (vinte por cento);

8.1.8. - praticar ato lesivo, previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).

8.2. **Também serão aplicadas** ao responsável pelas infrações administrativas, previstas no Item anterior desta cláusula, as seguintes sanções:

**8.2.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, por até 3 (três) anos**, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.1 ao 8.1.3 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021); e

**8.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos**, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.4 ao 8.1.8 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.1 ao 8.1.3 também desta cláusula, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 8.2.2 (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021).

8.3. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo TCDF, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pelo LICITANTE mediante depósito em conta corrente do TCDF ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

8.4. Para dar efetividade à aplicação à(s) multa(s) administrativa(s) prevista(s) no item 8.1, fica estabelecido que somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quanto for necessária além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas nos itens 8.2.1 e 8.2.2.

8.5. Na aplicação das sanções previstas neste item 8 serão observadas as disposições constantes nos arts. 156 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Outras disposições que tratam sobre SANÇÕES APLICÁVEIS constam de CLÁUSULA do Anexo XI do Edital (Minuta do Contrato).



## **9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR / PRESTADOR DE SERVIÇOS**

### **9.1. DA MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade aqui definidos.

9.1.2. Os serviços a serem contratados são considerados obras e serviços comuns de engenharia (art. 6º, incisos XII e XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021) devendo ser adotado a modalidade de licitação denominada CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, assim prevista no art. 29, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021 para este tipo de objeto.

9.1.3. O preço cotado deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do prestador de serviços, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA dos serviços prestados.

### **9.2. HABILITAÇÃO**

9.2.1. As disposições que tratam sobre a HABILITAÇÃO dos licitantes constam do Capítulo XII do Edital.

### **9.3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

9.3.1. A validade das propostas deverá ser de 60 (sessenta) dias.

9.3.2. De forma a permitir o julgamento objetivo e isonômico das propostas de preços, a licitante deverá preencher sua proposta de preços em conformidade com os modelos de planilhas constantes do Anexo VII (Modelo das Planilhas Orçamentárias de Discriminação dos Serviços e Modelos para Discriminação do BDI e dos Encargos Sociais) do Edital, adaptadas, quando for o caso, ao regime de tributação do licitante,



observado, ainda, o disposto no Capítulo V do Edital.

9.3.3. Os preços unitários a serem propostos pelo licitante deverão englobar, para todos os itens da planilha, os custos relativos ao fornecimento de materiais e mão de obra (postos na obra), aluguel de todas as máquinas, equipamentos e ferramentas necessários à correta execução dos serviços, inclusive de terceiros, ainda que não discriminados, fretes e carretos, mão de obra, incluindo encargos sociais incidentes, bem como quaisquer perdas de material devidas a recortes ou a sobreposições já que as medições serão realizadas pelas quantidades efetivamente executadas (empreita pelo regime de preço unitário). Os materiais cotados deverão seguir rigorosamente as especificações.

9.3.4. Para cada item da planilha, o preço unitário proposto deverá considerar a execução completa do serviço correspondente, de acordo com as normas técnicas pertinentes, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a execução dos serviços de forma parcial ou em desacordo com os projetos ou com as especificações técnicas, sob o argumento de não ter sido considerado o custo relativo a qualquer parcela necessária à completa e à correta execução do item. Também não será admitida reivindicação de alteração dos preços unitários por parte do licitante, ainda que tenha executado correta e completamente os serviços, sob a alegação de não ter considerado a incidência de quaisquer custos além daqueles discriminados na Planilha Orçamentária.

9.3.5. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes sobre todas as etapas dos serviços, ainda que não explicitados na planilha, além do lucro do licitante.

9.3.6. Os custos relativos aos seguintes itens deverão estar considerados nos preços propostos: administração central, serviços gráficos, serviços técnicos complementares, segurança da obra, elaboração do “as built”, segurança e medicina do trabalho, equipamentos de proteção individual e coletiva, inclusive sua manutenção e seu reparo, manutenção do canteiro de obras, transporte horizontal e vertical de materiais e equipamentos dentro e fora do canteiro, transporte de pessoal de supervisão, manutenção, reparo e reposição de peças de equipamentos ou de ferramentas necessários à execução dos serviços, placas de sinalização do canteiro, riscos (imprevistos), lucro (já considerados o imposto sobre a renda e



a contribuição social sobre o lucro líquido), seguros contratualmente exigidos, custos financeiros, além dos demais tributos incidentes. Para efeito do orçamento estimado pelo TCDF, os custos acima foram considerados na Planilha Orçamentária.

9.3.7. As planilhas de custos e formação de preços deverão ser entregues e analisadas no momento da aceitação do lance vencedor, ocasião na qual poderão ser ajustadas, **se possível**, para refletir corretamente os **custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto pelo licitante.**

9.3.7.1. O TCDF procederá a análise das planilhas apresentadas, e no caso da possibilidade de ajuste, determinará as correções a serem feitas. Na hipótese de os ajustes implicarem inevitavelmente na majoração do custo ofertado pelo licitante, a proposta será desclassificada mediante a emissão de parecer fundamentado, sendo facultado ao licitante a interposição de recurso, nos termos do Capítulo XVII do Edital.

9.3.8. Deverão ser observados, quando do preenchimento das planilhas de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente, relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como: INSS, Sesi ou Sesc, Senai ou Senac, INCRa, Salário Educação, FGTS, Riscos Ambientais do Trabalho – RAT ou antigo Seguro Acidente do Trabalho/SAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário, Multa do FGTS, e outros).

9.3.9. As licitantes deverão observar as disposições do Decreto nº 10.410, de 30 de junho de 2020, que altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, bem como da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). Além de outras normas que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta.

9.3.10. Na formulação de sua proposta, **a licitante deverá ainda informar e observar o regime de tributação ao qual está submetida**, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs: 10.637/2002 e 10.833/2003; bem como, quando aplicável, a opção ou não pelo recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), nos termos da Lei



nº 12.546/2011<sup>1</sup>; e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto.

9.3.10.1. Com vistas à comprovação do disposto no item 9.3.10, poderá ser solicitado às empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real, cópia da última Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) disponível.

9.3.11. Com fundamento no art. 16 da Lei nº 9.779/1999, art. 2º do Decreto nº 6.022/2007 e art. 4º IN RFB nº 1252/2012, **as empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real deverão apresentar os recibos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – EFD – Contribuições, relativos aos 12 (doze) meses correspondentes ao Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, de que trata o inciso VI do item 12.3 do Capítulo XII do Edital, sendo que a receita bruta calculada a partir dos recibos, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 9.718/1998 e no art. 12 do Decreto Lei nº 1.598/1977, deverá guardar compatibilidade com as demonstrações apresentadas. Caso não haja a compatibilidade mencionada a licitante deverá apresentar justificativas pertinentes para análise.** (Vide Anexo XII).

9.3.11.1. Para fins do disposto no item anterior considera-se compatível uma variação de até **15%** (positivo ou negativo) entre o montante da receita bruta constante das demonstrações contábeis e o valor da receita bruta apurada com base nos recibos EFD – contribuições.

9.3.11.2. As justificativas, de que trata o item 9.3.11, deverão ser comprovadas por meio da apresentação de laudo exarado pelo responsável técnico pela contabilidade da licitante acompanhado da respectiva documentação pertinente.

9.3.12. As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência **não cumulativa** de PIS e Cofins deverão comprovar que as alíquotas dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, de

---

<sup>1</sup> Nessa hipótese a licitante, caso queira, poderá adiantar a declaração de que trata o art. 11º, §4º da Instrução Normativa RFB nº 2053 / 2021.





forma a garantir que os preços contratados pela administração pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária<sup>2</sup>. A comprovação de que trata este item **poderá ser feita** pelo cálculo da média dessas contribuições dos últimos 12 (doze) meses disponíveis, mediante a apresentação dos recibos de entrega de escrituração fiscal digital (EFD / SPED), **ou**, pelo cálculo da média dos recibos de que trata o item anterior (Vide Anexo XI).

9.3.12.1. Caso a licitante tenha alterado o regime de tributação de incidência cumulativa de PIS e COFINS para a incidência não cumulativa há menos de 12 (doze) meses, a licitante poderá calcular a média das alíquotas dessas contribuições sociais considerando um período inferior, mediante a apresentação dos recibos de entrega de escrituração fiscal digital (EFD/SPED) referente a esse respectivo lapso temporal, que possuam a tributação pelo regime não cumulativo, o que não exime do cumprimento do disposto no item 9.3.12.

9.3.12.2. E para o caso de a totalidade os recibos apresentados demonstrarem o regime de tributação **cumulativa** para o PIS e COFINS, e esse não for exceção prevista pelas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, para a tributação pelo Lucro Real, a licitante deverá considerar as alíquotas cheias para essas contribuições sociais em seu BDI.

9.3.12.2.1. Na hipótese de cumulatividade das alíquotas de PIS e COFINS como exceção no regime de tributação pelo Lucro Real, a licitante deverá indicar os dispositivos legais da(s) Lei(s) nº10.637/2002 e 10.833/2003, que respaldam tais alíquotas em sua tributação.

9.3.12.2.1.1.1. **Para o objeto da presente contratação existe a previsão legal de cumulatividade das alíquotas de PIS e COFINS como exceção no Lucro Real dada pelos arts. 10, inciso XX e 15, inciso V, ambos da Lei nº 10.833/2003<sup>3</sup>.**

<sup>2</sup> A inclusão das alíquotas máximas do PIS/COFINS na elaboração das planilhas de custos e formação de preços ou na análise de revisão contratual, quando cabível, por empresa tributada com base no lucro real deve ser devidamente justificada, já que pode ocorrer variação da alíquota efetivamente suportada pela empresa, em razão da possibilidade da compensação de créditos tributários auferidos em operações anteriores, prevista na Lei nº 9.718/1998. (Fundamento item 9.3.2.4 – Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário, Decisões TCDF nºs: 4081/2018 (Processo nº 4670/2018-e) e 371/2018 (Processo nº 32181/2017-e).

<sup>3</sup> Vide as Soluções de: 43 – Cosit, de 27/05/2020. Consulta da RFB nº 4.0008 -SRRF04/Disit, de 06/06/2016, e de

9.3.13. De modo a assegurar os princípios da isonomia entre os licitantes, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), **não serão aceitas retificações nos documentos de que tratam os itens 9.3.11 e 9.3.12 do Anexo I e do Anexo XI do Edital com data posterior à data de abertura do certame.**

9.3.14. Estará dispensada da apresentação da documentação, citada nos itens 9.3.11 e 9.3.12, a licitante que, no exercício a que se referem esses itens, foi optante pelo regime do Simples Nacional, devendo-se comprovar tal situação, no caso de impossibilidade de consulta da informação no portal do simples nacional.

9.3.15. **Nos termos da Decisão TCDF nº 544/2010 as parcelas referentes à Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e ao Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) devem ser incluídas na rubrica Lucro Bruto.**

9.3.15.1. Nesse sentido, as licitantes, que elaborarem sua proposta utilizando o regime de tributação pelo lucro presumido, tendo em vista que nesse regime as bases de cálculo de incidência do IRPJ e da CSLL são fixadas em lei (Receita Bruta – Faturamento)<sup>4 5</sup>, **deverão assegurar que o valor atribuído ao Lucro Bruto seja suficiente para arcar com as despesas desses tributos.**

9.3.15.2. Já as empresas tributadas pelo Simples Nacional deverão considerar em seu BDI a alíquota efetiva do Simples Nacional, de que trata o art. 18, §1º A e Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006, cuja alíquota integral já contempla percentuais destinados ao IRPJ e a CSLL.

9.3.16. Nos termos do art.18, § 5º C, inciso VI da Lei Complementar nº 123/2006, as empresas que prestam serviços de obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, podem optar pelo regime do Simples Nacional, devendo a licitante, caso adote esse regime de tributação, adaptar as planilhas de custos e composição do BDI à tributação

---

Divergência nº 11 - Cosit, de 27/08/2014.

<sup>4</sup> Nesse regime o IRPJ e a CSLL não possuem caráter personalíssimo, uma vez que incidem sobre o faturamento (base presumida), e não existe possibilidade de dedução de despesas, inclusive operacionais, como ocorre no regime de tributação pelo lucro real.

<sup>5</sup> Leis nºs: 7.689/1988, 9.249/1995 e 9.430/1996, Decreto nº 9.580/2018 e IN SRRF nº 1700/2017.



pelo Simples Nacional.

9.3.16.1. A tributação do BDI, para o caso Simples Nacional, deverá contemplar a alíquota efetiva de que trata o Anexo IV da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a licitante fornecer a documentação que permita a conferência do cálculo previsto no §1º A do art. 18 da citada lei, em especial no que se refere a RBT12: receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração, já exigíveis quando da abertura da presente licitação.

9.3.16.1.1. A documentação, a que se refere o item anterior, poderá ser constituída de:  
a) declaração emitida pela empresa; ou b) extrato retirado do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D2018).

9.3.16.2. As empresas tributadas pelo simples nacional também deverão apresentar a composição de encargos sociais sem a inclusão dos gastos relativos às contribuições sociais que essas empresas estão dispensadas de recolhimento, por força do disposto no art. 13, §3º da referida Lei Complementar (Sesi, Senai, Sebrae e Salário Educação).

9.3.16.3. As empresas tributas pelo simples nacional também deverão indicar no detalhamento de seu BDI se são optantes ou não pelo recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta (CPRB), nos termos da Lei nº 12.546/2011.

9.3.17. O objeto a ser contratado já se encontra adequadamente dimensionado para as necessidades de realização das obras e serviços de engenharia, uma vez que, para o dimensionamento do complexo de itens, foram consideradas: as especificações; as características técnicas reais dos serviços a serem executados; as experiências; e os parâmetros aferidos e resultantes das contratações anteriores desta Corte de Contas. Além disso, para fins de manutenção dos princípios da isonomia e do julgamento objetivo do certame, é expressamente proibida a alteração do quantitativo dos itens previstos neste Termo de Referência e demais anexos.



## **10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

10.1. As disposições constantes deste instrumento foram elaboradas especialmente com base nos seguintes normativos:

- 10.1.1. Lei nº 14.133/2021;
- 10.1.2. Decreto Distrital nº 44.330/2023;
- 10.1.3. Lei Complementar nº 123/2006;
- 10.1.4. Lei Distrital nº 4.611/2011;

## **11. ANEXOS**

- 11.1. ANEXO II – Especificações Técnicas;
- 11.2. ANEXO III – Planilha Estimativa dos Preços dos Serviços;
- 11.3. ANEXO IV – Memória de Cálculo do BDI e dos Encargos Sociais;
- 11.4. ANEXO V – Detalhamento dos custos unitários referentes às composições [próprias/criadas](#);
- 11.5. ANEXO VI – Cronograma Físico-Financeiro Provisório;
- 11.6. ANEXO VII – Modelo das Planilhas Orçamentárias de Discriminação dos Serviços para a Proposta de Preços;
- 11.7. ANEXO VIII - Modelo de Indicação das entidades preferenciais e dos serviços a serem subcontratados compulsoriamente;
- 11.8. ANEXO IX – Modelo de Declaração de Vistoria;
- 11.9. ANEXO X – Estrutura Analítica do Projeto (EAP) Provisória e Memória de Cálculo do Reforço da Estrutura Metálica da Cobertura do Edifício Garagem;
- 11.10. ANEXO XI – Minuta do Contrato;
- 11.11. ANEXO XII – Metodologia de Conferência de Dados de Empresas Tributadas pelo Lucro Real ou Lucro Presumido;



## **12. DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO BÁSICO:**

12.1. São responsáveis pelo Projeto Básico o(s) integrante(s) requisitante(s) e técnico(s) pertencente(s) à(ao): Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP), Serviço de Obras e Projetos (SEPROJ), e Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio (SELIP).

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**  
**ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.**

**1. SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS**

**1.1. ART – ANOTAÇÃO DE REGISTRO TÉCNICA**

1.1.1. A CONTRATADA tomará todas as providências necessárias à legalização da obra perante os órgãos distritais ou federais, correndo por sua conta as despesas, especificamente referentes à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA-DF.

**1.2. PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA METÁLICA DA PASSARELA DE MANUTENÇÃO DA COBERTURA DO ED. GARAGEM**

1.2.1. Caberá à CONTRATADA a elaboração do projeto executivo de da estrutura metálica da passarela de manutenção da cobertura do Ed. Garagem.

1.2.2. O projeto visa garantir a segurança, eficiência e conformidade com as normas vigentes sobre estruturas metálicas.

1.2.3. O projeto executivo de estrutura metálica da passarela deve abranger:

1.2.3.1. Levantamento detalhado das necessidades do local, incluindo locação da passarela, determinação da carga suportada e sistemas de apoio.

1.2.3.2. Dimensionamento e especificação dos componentes da estrutura metálica, perfis, tubos, chapas, pontos de soldagem, entre outros.

1.2.3.3. Elaboração de plantas baixas, cortes e detalhamentos que representem com clareza a disposição de todos os elementos no local.

1.2.3.4. Detalhamento das medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços, incluindo a descrição dos equipamentos de proteção individual (EPIs).

1.2.4. O projeto executivo deve estar em conformidade com as seguintes normas e regulamentações:

- 1.2.4.1. NBR 6123: Forças devidas ao vento em edificações;
- 1.2.4.2. NBR 6355: Perfis estruturais de aço formados a frio - Padronização;
- 1.2.4.3. NBR 8681: Ações e segurança nas estruturas - Procedimento;
- 1.2.4.4. NBR 8800: Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios;
- 1.2.4.5. NBR 14762: Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio;
- 1.2.4.6. NBR 15980: Perfis laminados de aço para uso estrutural - Dimensões e tolerâncias.

## 2. SERVIÇOS PRELIMINARES

### 2.1. CANTEIRO DE OBRAS

#### 2.1.1. CONTEINERS E LIGAÇÕES PROVISÓRIAS

- 2.1.1.1. A CONTRATADA deverá instalar no canteiro de obras contêineres metálicos para administração e depósito, de acordo com as recomendações da NR 18, prevendo as instalações mínimas exigidas pela DRT.
- 2.1.1.2. O projeto do canteiro de obras (incluindo os containers, baias, áreas de carga/descarga, acessos etc) deverá ser fornecido pela CONTRATADA e submetido à aprovação prévia da FISCALIZAÇÃO, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da emissão da ordem de serviço.
- 2.1.1.3. Os containers deverão ser locados de maneira a facilitar o esgotamento sanitário, preferencialmente para o coletor da rede pública, e sempre evitando distúrbio ao fluxo normal de carros e pessoas nas dependências da CONTRATANTE.
- 2.1.1.4. Não poderão ser utilizadas vagas internas do TCDF para as facilidades do canteiro (barracão/container, baias etc), com exceção daquelas liberadas pela FISCALIZAÇÃO.

2.1.1.5. Fica a cargo da CONTRATADA a execução das construções provisórias de apoio à execução dos serviços e daquelas exigidas por Lei em atendimento às regulamentações da legislação trabalhista.

2.1.1.6. Os materiais e equipamentos utilizados na execução do canteiro da obra deverão ser de boa qualidade e serão removidos ao final dos serviços.

2.1.1.7. Serão de responsabilidade da CONTRATADA todas as ligações provisórias necessárias ao canteiro, tais como energia, água, esgoto, telefone, pluvial, entre outras. As instalações provisórias deverão ser feitas de acordo com as normas municipais vigentes.

2.1.1.8. Ao final da obra, caberá à CONTRATADA a retirada das instalações do canteiro.

2.1.1.9. Todas as despesas advindas do consumo de energia elétrica, telefonia, água e esgoto decorrentes da utilização destes serviços no período de execução da obra correrão por conta da CONTRATADA.

## 2.1.2. PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO

### 2.1.2.1. TAPUME

2.1.2.1.1. Caberá à CONTRATADA adotar todas as medidas relativas à Engenharia de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, visando à prevenção de acidentes de qualquer natureza no decorrer da obra.

2.1.2.1.2. A CONTRATADA deverá implantar os elementos de sinalização e proteção atendendo às normas e aos regulamentos relativos à engenharia de segurança e medicina do trabalho, em torno dos locais onde os serviços estiverem sendo executados, de forma a resguardar de acidentes os trabalhadores e transeuntes, sem prejuízo dos serviços em andamento

2.1.2.1.3. Para isolar a área do canteiro de obras, a CONTRATADA instalará tapume em madeira compensada, de acordo com as recomendações da NR 18.





#### 2.1.2.2. PLACA DA OBRA

2.1.2.2.1. A placa indicativa da obra deverá ser em chapa galvanizada montada em estrutura de madeira, pintada com tinta esmalte sintético, contendo as principais características do contrato, como nome da obra, órgão contratante e valor investido, conforme modelo a ser apresentado pela FISCALIZAÇÃO.

2.1.2.2.2. Suas dimensões deverão ser de, no mínimo, 2,5x2,0m (altura x base), em local visível, de acordo com as exigências do CREA/DF e da Administração do Plano Piloto.

2.1.2.3. A CONTRATADA também deverá instalar as suas custas, em local previamente autorizado pela FISCALIZAÇÃO, a placa identificadora da empresa e demais placas exigidas pela legislação.

### 2.2. DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

#### 2.2.1. MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E DESTINAÇÃO

2.2.1.1. Os materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços de demolições e remoções atenderão às prescrições das Normas Brasileiras. Os materiais serão cuidadosamente armazenados em local seco e protegido.

2.2.1.2. O entulho oriundo das demolições deverá ser descartado em containers de lixo fornecidos por empresa cadastrada/autorizada pelas autoridades competentes para o descarte específico desses.

#### 2.2.2. PROCESSO EXECUTIVO

2.2.2.1. Caberá à CONTRATADA a demolição, remoção, retirada e expurgo de todo o material e/ou equipamento demolido, desinstalado e/ou desmontado. A CONTRATADA deverá fornecer, para aprovação da Fiscalização, um programa detalhado, descrevendo sobre a fase de demolição prevista no projeto e estabelecendo os procedimentos a serem adotados na remoção de materiais reaproveitáveis.

2.2.2.2. Existem três tipos de materiais a serem removidos/demolidos e a CONTRATADA deverá ficar atenta à sua classificação:

2.2.2.2.1. Materiais que não serão reaproveitados e serão retirados como entulho, cuja demolição será medida e paga à CONTRATADA.

2.2.2.2.2. Materiais que serão reaproveitados nas novas instalações, cuja retirada deverá ser cuidadosa para evitar danos aos mesmos e cujas retirada e reinstalação serão medidas e pagas à CONTRATADA, a qual ficará responsável por sua guarda.

2.2.2.2.3. Materiais que serão removidos, mas cuja remoção não será medida e paga pois possui valor após a remoção (sucata). As sucatas retiradas serão de propriedade da CONTRATADA como compensação pelos serviços de demolição. Todos os custos com armazenagem, entulho, transporte e remanejamento da sucata ficarão a cargo da CONTRATADA, cujo prazo para desfazimento do material retirado será de 15 dias úteis a contar do término do serviço de demolição.

2.2.2.3. Os materiais a serem reaproveitados e que serão retirados, serão guardados pela CONTRATADA, mediante vistoria prévia pelo CONTRATANTE e registro no Diário de Obra. Esses materiais passarão a ser de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá transportá-los e reinstalá-los no local adequado. As peças porventura avariadas ou extraviadas por culpa da CONTRATADA deverão ser repostas, com as mesmas características físicas e funcionais das peças originais, às expensas exclusivas da CONTRATADA.

2.2.2.4. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá proceder a um detalhado exame e levantamento dos elementos de arquitetura e de instalações a serem demolidos. Deverão ser considerados aspectos importantes, tais como a natureza das peças, os métodos utilizados na construção, as condições das estruturas vizinhas, existência de juntas de dilatação, interferências com as instalações, shafts, entre outros.

2.2.2.5. As demolições deverão ser convencionais, executadas progressivamente, utilizando ferramentas portáteis elétricas ou manuais. A remoção de entulhos deverá ser feita por meio de sacos, ou seja, entulho ensacado para pedaços de demolições e em carrinhos porta-palets para placas e chapas, desde que respeitadas as tolerâncias estipuladas nas normas técnicas aplicáveis. Deve-se evitar o acúmulo de entulho dentro do prédio em quantidade tal que sobrecarregue excessivamente áreas de lajes.

2.2.2.6. A CONTRATADA será responsável pela limpeza de cada uma das áreas de intervenção, durante e ao término dos serviços.

2.2.2.7. Todo e qualquer elemento de arquitetura, de estrutura ou de instalações danificado pelas demolições e/ou retiradas, ou proveniente de seus serviços inerentes, que não estejam no escopo das demolições, será imediatamente reparado e/ou substituído por elemento igual ou melhor em suas características físicas e funcionais, tanto para as áreas privativas quanto para as áreas comuns do edifício.

**OBSERVAÇÃO:** Os custos do transporte vertical e horizontal do entulho, bem como o lançamento em caçamba ou carga em veículo de transporte deverá ser lançado na composição unitária de cada item de serviço de demolição.

2.2.2.8. Os contêineres ou caçambas com entulhos deverão ser periodicamente removidos, cabendo atenção especial da CONTRATADA para evitar acúmulo excessivo de entulho sobre a estrutura do prédio

2.2.2.9. A CONTRATADA cuidará para que todas as áreas da edificação permaneçam sempre limpas e organizadas, com os materiais estocados e empilhados em local apropriado, por tipo e qualidade.

## 2.2.3. REMOÇÃO DE TELHAS METÁLICAS

2.2.3.1. Execução: As telhas metálicas que estiverem danificadas ou furadas deverão ser removidas e descartadas.

2.2.3.2. Local de aplicação: Telhado do Ed. Garagem.

## 2.2.4. DEMOLIÇÃO DE CALHAS E RUFOS

2.2.4.1. Execução: Os rufos existentes na cobertura do Ed. Garagem deverão ser removidos e descartados.

2.2.4.2. Local de aplicação: Telhado do Ed. Garagem.

## 2.2.5. REMOÇÃO DE PROTEÇÃO MECÂNICA

2.2.5.1. Execução: Consiste na remoção da camada de proteção mecânica da impermeabilização da calha de concreto do telhado do Ed. Garagem. Deverá ser removida a proteção mecânica em todos os pontos da calha.

2.2.5.2. Locais: Telhado do Ed. Garagem.

#### 2.2.6. REMOÇÃO DE BASE E HASTES DE SISTEMA SPDA

2.2.6.1. Execução: Deverão ser removidas as hastes e bases do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) para posterior reinstalação.

2.2.6.2. Locais: Telhado do Ed. Garagem.

#### 2.2.7. REMOÇÃO DE CORDOALHA DO SISTEMA SPDA

2.2.7.1. Execução: Deverão ser removidas as cordoalhas de cobre nu do sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) do telhado para posterior reinstalação.

2.2.7.2. Locais: Telhado do Ed. Garagem.

#### 2.2.8. RETIRADA DE TUBULAÇÃO DE ÁGUA FRIA, SEM REAPROVEITAMENTO

2.2.8.1. Execução: Deverá ser retirada a tubulação de água fria instalada na lateral da calha de águas pluviais do edifício, que encontra-se sem uso.

2.2.8.2. Locais: Telhado do Ed. Garagem.

### 2.3. LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

#### 2.3.1. INSTRUÇÕES GERAIS

2.3.1.1. Equipamentos essenciais à execução dos serviços (caçambas para remoção de entulho, andaimes e guinchos para transporte vertical de equipamentos, deverão ser locados pela Contratada e disponibilizados durante a execução do contrato.

#### 2.3.2. ALUGUEL DE CONTAINER PARA REMOÇÃO DE ENTULHO

2.3.2.1. Execução: Deverá ser colocado na obra caçamba para retirada periódica de entulho.

2.3.2.2. Local de aplicação: Térreo do Ed. Garagem.

### 2.3.3. LOCAÇÃO DE ANDAIME METÁLICO TUBULAR

2.3.3.1. Execução: a Contratada deverá locar, e montar andaime metálico tubular para acesso de pessoal e equipamento à cobertura do edifício, onde serão realizados os serviços.

2.3.3.2. Ao término dos serviços, a Contratada deverá desmontar e retirar os equipamentos, às suas custas.

2.3.3.3. Local de aplicação: Telhado do Ed. Garagem.

### 2.3.4. LOCAÇÃO DE GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA

2.3.4.1. Execução: a Contratada deverá locar e instalar na cobertura do edifício uma talha ou guincho elétrico para transporte de material para a cobertura do edifício, nos locais de realização dos serviços.

2.3.4.2. Ao término dos serviços, a Contratada deverá desmontar e retirar o equipamento, às suas custas.

2.3.4.3. Local de aplicação: Telhado do Ed. Garagem.

### 2.3.5. OPERADOR DE GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA

2.3.5.1. Execução: Para operação contínua do guincho de coluna, a Contratada deverá disponibilizar um operador devidamente qualificado.

2.3.5.2. Local de aplicação: Telhado do Ed. Garagem.

## 3. REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA

3.1. As especificações técnicas, o detalhamento e as ilustrações referentes ao reforço da estrutura metálica da cobertura do Ed. Garagem constam do Anexo X.

#### 4. RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO ED. GARAGEM

##### 4.1. COBERTURAS E RUFOS

##### 4.1.1. TELHA EM AÇO ZINCADO ESPESSURA 0,5mm

4.1.1.1. Deverá ser realizada a substituição das telhas danificadas e/ou furadas do telhado existente.

4.1.1.2. Para substituição será usada telha de aço zincado, trapezoidal, e = 0,5 mm, sem pintura, no modelo existente no local.

4.1.1.3. Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança trava-quedas deverão estar acoplados, através de cordas, a terças ou ganchos vinculados à estrutura. Os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas sobre as terças, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento.

4.1.1.4. Antes do início dos serviços de colocação das telhas devem ser conferidas as disposições de tesouras, meia-tesouras, terças, elementos de contraventamento e outros. Deve ainda ser verificado o distanciamento entre terças, de forma a se atender ao recobrimento mínimo estabelecido pelo fabricante das telhas.

4.1.1.5. A colocação deve ser feita por fiadas, com as telhas sempre alinhadas na horizontal (fiadas) e na vertical (faixas). A montagem deve ser iniciada do beiral para a cumeeira, sendo as águas opostas montadas simultaneamente no sentido contrário ao vento predominante (telhas a barlavento recobrem telhas a sotavento).

4.1.1.6. Fixar as telhas em quatro pontos alinhados, sempre na onda alta da telha, utilizando parafuso autoperfurante. Na fixação com parafusos não deve ser dado aperto excessivo, que venha a amassar a telha metálica.

##### 4.1.2. INSTALAÇÃO DE TELHA EM AÇO ZINCADO ESPESSURA 0,5mm

4.1.2.1. Nos locais onde as telhas estiverem em bom estado, a Contratada deverá remover os parafusos de fixação da telha e afastar a mesma para permitir a impermeabilização da calha.

4.1.2.2. Após o término da impermeabilização, a telha deverá ser posicionada no local original e fixada com um novo conjunto de elementos de fixação.

4.1.2.3. Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança trava-quedas deverão estar acoplados, através de cordas, a terças ou ganchos vinculados à estrutura. Os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas sobre as terças, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento.

4.1.2.4. Fixar as telhas em quatro pontos alinhados, sempre na onda alta da telha, utilizando parafuso autoperfurante. Na fixação com parafusos não deve ser dado aperto excessivo, que venha a amassar a telha metálica.

#### 4.1.3. CUMEEIRA EM AÇO ZINCADO ESPESSURA 0,5mm

4.1.3.1. Deverá ser realizada a substituição das cumeeiras danificadas e/ou furadas do telhado existente.

4.1.3.2. Para substituição será usada telha de aço zincado, trapezoidal, e = 0,5 mm, sem pintura, no modelo existente no local.

4.1.3.3. Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança trava-quedas deverão estar acoplados, através de cordas, a terças ou ganchos vinculados à estrutura. Os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas sobre as terças, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento.

4.1.3.4. Antes do início dos serviços de colocação das cumeeiras devem ser conferidas as disposições de tesouras, meia-tesouras, terças, elementos de contraventamento e outros.

4.1.3.5. As peças da cumeeira devem ser montadas no sentido contrário aos ventos dominantes no local da obra, ou seja, peças a barlavento recobrem peças a sotavento; - Dispor as peças da cumeeira e efetuar duas fixações em cada aba com os dispositivos de fixação aplicados nas cristas das ondas, utilizando parafusos de 150mm ou 110mm, ou ganchos com rosca. Não aplicar pressão em excesso nos dispositivos de fixação, o que pode provocar a ocorrência de fissuras nas peças.

4.1.3.6. Fixar as cumeeiras em quatro pontos alinhados, sempre na onda alta da telha, utilizando parafuso autoperfurante. Na fixação com parafusos não deve ser dado aperto excessivo, que venha a amassar a cumeeira metálica.

#### 4.1.4. RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26

4.1.4.1. Deverá ser realizada a substituição de todos os rufos metálicos da cobertura existente.

4.1.4.2. Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança trava-quedas deverão estar acoplados, através de cordas, a terças ou ganchos vinculados à estrutura. Os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas sobre as terças, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento.

4.1.4.3. Observar o fiel cumprimento do projeto da cobertura, atendendo a seção transversal e o posicionamento especificado para os rufos.

4.1.4.4. Promover a união das peças em aço galvanizado mediante fixação com rebites de repuxo e soldagem com filete contínuo, após conveniente limpeza / aplicação de fluxo nas chapas a serem unidas.

4.1.4.5. Colocar cordão de selante em todo o encontro do rufo com a alvenaria.

#### 4.1.5. REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE PARA IMPERMEABILIZAÇÃO DAS PLATIBANDAS

4.1.5.1. Para preparar as platibandas, deverá ser feita uma limpeza das superfícies, com jato de água de alta pressão, além de retirada de toda argamassa que esteja solta.

4.1.5.2. Após a limpeza, a superfície deverá estar limpa, sem a presença de material pulverulento, óleo, graxa, cola, tinta ou produtos químicos.

4.1.5.3. A seguir, regularizar a superfície com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

4.1.5.4. Para a argamassa, deve-se fazer uma mistura inicial a seco de areia e cimento, conforme dosagem indicada. Em seguida, adicionar água aos poucos, misturando com uma enxada até se obter uma massa homogênea e livre de grumos.



4.1.5.5. A regularização deve ter uma espessura média de 20 mm a qual não poderá ser, em nenhum ponto, inferior a 15 mm. O acabamento deverá ser desempenado camurçado.

4.1.5.6. Na execução dos serviços os trabalhadores deverão estar munidos dos EPI's necessários, sendo que os cintos de segurança trava-quedas deverão estar acoplados, através de cordas, a terças ou ganchos vinculados à estrutura. Os montadores deverão caminhar sobre tábuas apoiadas sobre as terças, sendo as tábuas providas de dispositivos que impeçam seu escorregamento.

#### 4.1.6. IMPERMEABILIZAÇÃO DAS PLATIBANDAS COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA

4.1.6.1. Deverá ser aplicada sobre as superfícies internas das platibandas do edifício (fachada e fundo), membrana à base de resina acrílica, em 3 demãos.

4.1.6.2. Será utilizado impermeabilizante à base de resina acrílica, formando sobre as superfícies uma membrana impermeável, elástica e flexível, resistente às intempéries, na cor branca.

4.1.6.3. Para aplicação, a superfície a ser impermeabilizada deverá estar limpa, e perfeitamente regularizada. Os aplicadores deverão utilizar EPI's adequados como luvas e máscara de proteção facial, botas impermeáveis e óculo de segurança.

4.1.6.4. A primeira demão deve ser aplicada com trinchá, rolo de pintura ou vassoura de pelo, diluído de 30% a 40% de água. As demãos subsequentes devem ser aplicadas sem diluição.

4.1.6.5. Observe um intervalo mínimo para a secagem completa entre cada demão antes de aplicar a seguinte. O tempo de secagem entre demãos pode variar de 6 a 12 horas, dependendo da temperatura ambiente, da ventilação do local, da umidade relativa e da espessura da demão aplicada.

4.1.6.6. Caso necessário, intercale uma tela de poliéster de malha de 2x2 mm, entre a 2ª e a 3ª demão, quando as condições da obra e/ou projeto exigirem.

4.1.6.7. Aplique quantas demãos forem necessárias, até atingir o consumo especificado pelo fabricante, mantendo no mínimo 3 demãos. Aguardar a cura do produto por no mínimo 3 dias antes do teste de estanqueidade de 72hs.

#### 4.2. CALHAS

##### 4.2.1. LIMPEZA DAS CALHAS COM JATO DE ALTA PRESSÃO

4.2.1.1. Antes da realização dos serviços de impermeabilização das calhas, todas as superfícies deverão ser limpas com jato de água sob pressão, para retirar todas as sujidades e pedaços de argamassa soltos da superfície.

4.2.1.2. Deve-se jatear a água em todas as superfícies, empurrando as sujeiras para o ponto de escoamento. Retirar o excesso de água do piso com rodo.

##### 4.2.2. REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE PARA IMPERMEABILIZAÇÃO

4.2.2.1. Após a limpeza, a superfície das calhas deve ser regularizada, com as declividades nas áreas horizontais em direção aos tubos de descida.

4.2.2.2. Características: Argamassa de cimento/areia lavada grossa , traço 1:3, com aditivo adesivo liquido para argamassas, lançado diretamente sobre a calha.

4.2.2.3. Dimensões: Espessura média de 20 mm a qual não poderá ser, em nenhum ponto, inferior a 15 mm.

4.2.2.4. Acabamento: Desempenado camurçado.

4.2.2.5. A base deverá estar limpa, sem a presença de material pulverulento, óleo, graxa, cola, tinta ou produtos químicos. Após atendidos todos os pré-requisitos supracitados, os níveis devem ser definidos. Poderá ser utilizado um nível alemão, ou um nível laser ou nível de mangueira para marcação dos níveis.

4.2.2.6. Em seguida, assentar as taliscas sobre a base previamente umedecida. A distância entre as taliscas não deve ser maior do que a régua usada na execução do contrapiso.

4.2.2.7. Ao final, a superfície do substrato deve se encontrar firme, coeso, seco, regular, limpo, isento de corpos estranhos, restos de fôrmas, pontas de ferragem, restos

de produtos desmoldantes ou impregnantes, falhas e ninhos; com declividade nas áreas horizontais de no mínimo 1% em direção aos coletores de água. Para calhas e áreas internas é permitido o mínimo de 0,5%. Cantos devem estar em meia cana e as arestas arredondadas.

4.2.2.8. No caso de superfície irregular onde não seja possível a execução de uma camada de regularização, deve ser utilizado uma camada berço.

#### 4.2.3. CAMADA DE SEPARAÇÃO EM GEOTÊXTIL OP-30

4.2.3.1. Entre o substrato e a primeira camada de manta de PVC será aplicada uma camada amortecedora e de separação em geotêxtil OP-30 – 300g/m<sup>2</sup>. Tal camada tem a função de berço amortecedor.

4.2.3.2. Essa primeira camada será aplicada apenas no fundo da calha.

4.2.3.3. A superfície regularizada deverá estar limpa, sem a presença de material pulverulento, óleo, graxa, cola, tinta ou produtos químicos.

4.2.3.4. Forre todo o fundo da calha, incluindo os encontros com os tubos de descida, com geotêxtil Bidim PO-30, gramatura de 300g/m<sup>2</sup>.

#### 4.2.4. IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA DE PVC REFORÇADA E=1,8 MM

4.2.4.1. Após a aplicação do bidim será aplicada uma nova impermeabilização no fundo da calha da calha de águas pluviais da cobertura com manta de PVC de 1,8mm de espessura.

4.2.4.2. Inicialmente, abrir os rolos ou painéis de mantas de policloreto de vinila (PVC) sobre a calha.

4.2.4.3. A instalação da manta de PVC na base existente devidamente preparada se dará por fixação mecânica e solda com ar quente ao longo da sobreposição lateral e de topo das mantas.

4.2.4.4. Os tipos de fixação (parafusos, pinos ou rebites) são definidos conforme tipo e condições do material da base. A quantidade e espaçamento dos fixadores devem ser calculados e definidos de acordo com projeto e características do local de instalação, posição geográfica, altura, condições da estrutura e efeito de vento.

4.2.4.5. As fixações mecânicas sempre devem ser sobrepostas pela manta de PVC com uma folga para execução da soldagem. Recomenda-se executar testes de arrancamento nas superfícies das bases (telhas metálicas ou laje de concreto).

4.2.4.6. A união entre mantas realiza-se por termofusão com uso de soprador de ar quente manual ou automático. A qualidade da solda é diretamente influenciada pelas condições atmosféricas (temperatura e umidade), temperatura do soprador, velocidade de aplicação, pressão exercida pelo instalador e pelo estado superficial da manta (limpeza e umidade).

4.2.4.7. Para obter uma perfeita termofusão deverá ser ajustado o soprador com a temperatura e velocidade ideal. Antes de iniciar os serviços de soldagem, recomenda-se executar testes de solda para verificar se os ajustes do equipamento estão adequados para uma aplicação conforme recomendações.

4.2.4.8. Nas mudanças de plano e arremates de borda é recomendável a utilização de chapa metálica. As sobreposições deverão ser de no mínimo 10 cm, executando o selamento das emendas através de soldagem química ou 5 cm executando o selamento das emendas através de termofusão.

#### 4.2.5. IMPERMEABILIZAÇÃO COM MANTA DE PVC REFORÇADA E=1,2 MM

4.2.5.1. Sobre toda a extensão da calha de águas pluviais da cobertura (fundo e paredes) será aplicada uma nova impermeabilização com manta de PVC de 1,5mm de espessura.

4.2.5.2. Inicialmente, abrir os rolos ou painéis de mantas de policloreto de vinila (PVC) sobre a calha.

4.2.5.3. A instalação da manta de PVC na base existente devidamente preparada se dará por fixação mecânica e solda com ar quente ao longo da sobreposição lateral e de topo das mantas.

4.2.5.4. Os tipos de fixação (parafusos, pinos ou rebites) são definidos conforme tipo e condições do material da base. A quantidade e espaçamento dos fixadores devem ser calculados e definidos de acordo com projeto e características do local de instalação, posição geográfica, altura, condições da estrutura e efeito de vento.

4.2.5.5. As fixações mecânicas sempre devem ser sobrepostas pela manta de PVC com uma folga para execução da soldagem. Recomenda-se executar testes de arrancamento nas superfícies das bases (telhas metálicas ou laje de concreto).

4.2.5.6. A união entre mantas realiza-se por termofusão com uso de soprador de ar quente manual ou automático. A qualidade da solda é diretamente influenciada pelas condições atmosféricas (temperatura e umidade), temperatura do soprador, velocidade de aplicação, pressão exercida pelo instalador e pelo estado superficial da manta (limpeza e umidade).

4.2.5.7. Para obter uma perfeita termofusão deverá ser ajustado o soprador com a temperatura e velocidade ideal. Antes de iniciar os serviços de soldagem, recomenda-se executar testes de solda para verificar se os ajustes do equipamento estão adequados para uma aplicação conforme recomendações.

4.2.5.8. Nas mudanças de plano e arremates de borda é recomendável a utilização de chapa metálica. As sobreposições deverão ser de no mínimo 10 cm, executando o selamento das emendas através de soldagem química ou 5 cm executando o selamento das emendas através de termofusão.

#### 4.2.6. CAMADA DE SEPARAÇÃO EM GEOTÊXTIL OP-30

4.2.6.1. Após aplicação das mantas de PVC, como preparação para execução da proteção mecânica, será instalada uma camada de proteção amortecedora com geotêxtil com gramatura de 300g/m<sup>2</sup>. Referência: Bidim OP-30.

4.2.6.2. Essa camada de geotêxtil será aplicada sobre toda a extensão da calha (fundo e paredes).

4.2.6.3. A superfície regularizada deverá estar limpa, sem a presença de material pulverulento, óleo, graxa, cola, tinta ou produtos químicos.

4.2.6.4. Forre toda a manta de PVC já aplicada com geotêxtil Bidim PO-30, gramatura de 300g/m<sup>2</sup>.

#### 4.2.7. CAMADA DE PROTEÇÃO. CONTRAPISO, TRAÇO 1:4 – PREPARO MECÂNICO

4.2.7.1. Características: Argamassa de cimento/areia lavada grossa , traço 1:4, com aditivo adesivo liquido para argamassas, lançado diretamente sobre a laje, ou poderá ser executado sobre o solo compactado.

4.2.7.2. Dimensões: Espessura média de 35 mm a qual não poderá ser, em nenhum ponto, inferior a 30 mm.

4.2.7.3. Acabamento: Desempenado camurçado do próprio contrapiso, ainda em estado plástico.

4.2.7.4. A base deverá estar limpa, sem a presença de material pulverulento, óleo, graxa, cola, tinta ou produtos químicos

4.2.7.5. Após atendidos todos os pré-requisitos supracitados, os níveis devem ser definidos. A partir do nível mestre do pavimento, transferir o nível das taliscas para cada ambiente, obedecendo à espessura prevista no projeto executivo. Poderá ser utilizado um nível alemão, ou um nível laser ou nível de mangueira para marcação dos níveis.

4.2.7.6. Em seguida, assentar as taliscas sobre a base previamente umedecida. A distância entre as taliscas não deve ser maior do que a régua usada na execução do contrapiso. Aplicar com vassoura tipo gari uma nata de resina sintética - tipo Bianco ou equivalente - e cimento em toda área que receberá o contrapiso. A nata garantirá a aderência do contrapiso ao substrato.

4.2.7.7. Lançar a argamassa para execução do contrapiso entre as taliscas, formando as mestras. Compactar a argamassa utilizando um soquete de madeira. Sarrafear a camada de argamassa para retirar o excedente, remover as taliscas. Seguir com o espalhamento do restante da argamassa que deverá seguir o nível das mestras. A camada não poderá exceder 30 mm, no caso de espessuras superiores, o espalhamento da argamassa deverá ser feito em duas ou mais operações consecutivas, intercaladas pela compactação das camadas.

4.2.7.8. O acabamento será desempenado, em função da umidade de aplicação da argamassa e do tempo decorrido entre a sua aplicação e o desempenho, será necessário borrifar água sobre a superfície do contrapiso para facilitar a operação de desempenho.

Esse acabamento é indicado nos casos em que serão utilizados revestimentos fixados com dispositivos ou com argamassas colantes e é feito com desempenadeira de madeira.

4.2.7.9. Após a execução, proceder com a cura do contrapiso pelo menos uma vez ao dia e protegê-lo de ações agressivas com isolamento do trânsito no local por três dias.

4.2.7.10. Local de aplicação: Calha de águas pluviais da cobertura do Ed. Garagem.

#### 4.2.8. RALO HEMISFÉRICO TIPO ABACAXI, 75mm

4.2.8.1. Serão substituídos todos os ralos abacaxi existentes no encontro da calha de águas pluviais da cobertura do edifício com os tubos de descida da rede de águas pluviais.

4.2.8.2. Os ralos deverão ser confeccionados em ferro fundido, com 75 mm de diâmetro, para encaixe em tubos de mesma dimensão.

4.2.8.3. Local de aplicação: Calha de águas pluviais da cobertura do Ed. Garagem.

### 4.3. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

#### 4.3.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E RECOMENDAÇÕES

4.3.1.1. O sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) existente na cobertura do edifício deverá ser retirado para realização dos serviços e posteriormente reinstalado no mesmo local.

4.3.1.2. Os captores e a cordoalha de cobre nu deverão ser substituídos.

4.3.1.3. O circuito de iluminação existente na platibanda do telhado também será retirado e substituído por novas luminárias e novas instalações.

4.3.1.4. O CONTRATADO fornecerá os materiais e/ou a mão de obra e todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços de acordo com as Normas Brasileiras, além de outras normas aplicáveis, seguindo fielmente as indicações do projeto.

4.3.1.5. Quando houver necessidade comprovada de modificações, em consequência das condições locais e, após a devida autorização da FISCALIZAÇÃO e do projetista, tais modificações deverão ser indicadas nos desenhos específicos (“as built”), que no final da obra deverão ser entregues ao CONTRATANTE para fins de arquivamento.

4.3.1.6. Quaisquer serviços executados com mão de obra ou materiais inadequados e em desacordo com o projeto deverão ser refeitos pelo CONTRATADO sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

4.3.1.7. As seguintes normas, além das demais normas pertinentes, devem ser seguidas durante a execução da obra:

4.3.1.7.1. NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

4.3.1.7.2. NBR 6148 - Condutores isolados com isolamento extrudada de cloreto de polivinila (PVC) para tensões até 750 V;

4.3.1.7.3. NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

4.3.1.7.4. NBR IEC 60050 - Instalações Elétricas em Edificações;

4.3.1.7.5. NBR-ISO/CIE8995-1 - Iluminação de ambientes de trabalho - Parte 1: Interior;

4.3.1.7.6. NBR 15465: Sistemas de eletrodutos plásticos para instalações elétricas de baixa tensão - requisitos de desempenho;

4.3.1.7.7. NBR-IEC 61537: Encaminhamento de cabos - sistemas de eletrocalhas para cabos e sistemas de leitos para cabos;

4.3.1.8. Deverão ser obedecidas rigorosamente as maneiras de instalação recomendadas pelos fabricantes dos materiais. Particularmente deverá ser observado o seguinte:

4.3.1.9. As tubulações deverão ser fixadas por suportes rígidos, sempre de maneira a não interferir na estética ou funcionalidade do local.

4.3.1.10. A conexão dos eletrodutos com as caixas deverá ser feita com buchas e arruelas, com acabamento absolutamente sem saliências ou rebarbas.



4.3.1.11. Deverá ser observada rigorosamente a continuidade do sistema de tubulação e caixas.

4.3.1.12. A fixação das caixas deverá ser feita pelo fundo, de modo que as tampas possam ser abertas pela frente.

4.3.1.13. O interior das caixas deve ser deixado perfeitamente limpo, sem restos de barramentos, parafusos ou qualquer outro material.

4.3.1.14. Todas as partes metálicas da infraestrutura elétrica, como caixas, luminárias, eletrodutos, etc., deverão ser firmemente ligadas aos condutores de proteção (terra) para que o potencial de todos sejam os mesmos, minimizando, assim, a possibilidade de choque elétrico.

4.3.1.15. Durante a execução todas as junções entre eletrodutos rígidos de PVC ou eletrodutos metálicos flexíveis e caixas deverão ser bem acabadas, não sendo permitido rebarbas nas junções e deverá ser utilizado bucha e arruela em alumínio.

4.3.1.16. Todos os cabos deverão ser identificados através de anilhas ou fitas específicas para este fim, de forma indelével, nas caixas de saída (tomadas) e dentro dos quadros.

4.3.1.17. Todo material e equipamento devem possuir identificação de suas características mínimas e marca do fabricante.

4.3.1.18. O sistema considerado foi de 220V - 60 Hz. A sua implantação deverá respeitar os padrões das normas aplicáveis, garantindo as condições prescritas de segurança e compatibilidade de acabamento com o restante da obra e com o emprego de materiais aceito pelas normas técnicas da ABNT.

#### **4.3.2. ELETRODUTOS E CAIXAS DE PASSAGEM**

##### **4.3.2.1. ORIENTAÇÕES GERAIS**

4.3.2.1.1. As caixas para os pontos de luz no teto serão feitas por caixas 4x2 ou 4x4" (conforme necessidade) no entreferro. Nas paredes, as caixas para interruptores e tomadas serão de 4"x2" ou 4"x4", conforme necessidade. As caixas para as esperas de força serão de 4"x4".

4.3.2.1.2. Os eletrodutos deverão ser todos em PVC rígido, no teto deverá ser feita fixação na laje através de suporte de fixação com barra (tirante) roscada e abraçadeira tipo gota (econômica) de 1,0 em 1,0 metro sem exceção, e ainda a até 10cm de caixas de passagem e condutores conforme mencionado acima.

4.3.2.1.3. Os eletrodutos devem dispor de caixas de passagem para mais de duas mudanças de direção da tubulação ou para dividir o caminhamento em trechos de até 15 metros.

4.3.2.1.4. Nos eletrodutos dos troncos e ramais de distribuição não podem passar outros condutores que não os respectivos alimentadores do barramento parcial ou do centro de medição correspondente. No caso de uso de eletrocalha e leitos, poderá ser utilizado septo divisor para separar os cabos de alimentação dos circuitos terminais.

4.3.2.1.5. As terminações, uniões, luvas, curvas e demais acessórios deverão ser de alumínio fundido, e seu custo deverá estar incluído no custo por metro do eletroduto.

#### **4.3.2.2. ELETRODUTOS DE PVC RIGÍDO ROSCÁVEL, INCLUSIVE ACESSÓRIOS E CONEXÕES**

4.3.2.2.1. Características: Eletroduto fabricado com PVC antichama, fornecidos em peças de 3m com rosca nas duas extremidades, resistente à deformação e de acordo com NBR 15465, incluindo acessórios como curvas, luvas, terminações etc. Fabricante: Wetzel, Cemar, Tigre ou equivalente.

4.3.2.2.2. Execução: Conforme descrito em “Orientações gerais de montagem de Eletrodutos, condutores e caixas” contidos no início desta seção.

4.3.2.2.3. Aplicação: Prover passagem segura de cabos e fios elétricos, telefônicos, de dados etc em entreforço, embutidos em lajes, paredes e pisos e aparentes em instalações internas não sujeitas à intempéries, ligando as caixas e equipamentos conforme indicado em projeto.

4.3.2.2.4. Normas: conforme E-IEL.13 do CGE.

4.3.2.2.5. Os eletrodutos obedecerão ao tamanho nominal em milímetros e terão paredes com espessura da Classe “A”.

4.3.2.2.6. Procedimentos: As luvas deverão ser roscadas de mesmo fabricante dos eletrodutos.

4.3.2.2.7. Os eletrodutos só deverão ser cortados perpendicularmente ao seu eixo, abrindo-se nova rosca na extremidade e retirando-se cuidadosamente todas as rebarbas deixadas nas operações de corte e de abertura de rosca. Os tubos poderão ser cortados com serra sendo, porém, escariados a lima para remoção das rebarbas.

4.3.2.2.8. Não deverão ser empregadas curvas com deflexão maior que 90°. Em cada trecho de tubulação, entre duas caixas, ou entre extremidades ou entre extremidade e caixa, poderão ser empregadas, no máximo, 3 curvas de 90° ou seu equivalente até no máximo 270°.

4.3.2.2.9. A instalação dos eletrodutos será feito por meio de luvas e, as ligações dos mesmos com as caixas através de arruelas, sendo todas as juntas vedadas com o adesivo "não secativo".

#### 4.3.2.3. CAIXA RETANGULAR DE PVC 4X2"

4.3.2.3.1. Características: Caixa de passagem de PVC fabricada em PVC antichama, de dimensões de 4"x2", com bordas reforçadas e entradas para os diâmetros de eletrodutos de 3/4" e 1", para uso sobreposto em alvenaria. Fabricante: Wetzels, Cemar, Tigre, Tramontina ou equivalente.

4.3.2.3.2. Aplicação: caixa de passagem para a instalação de interruptores ou tomadas sobrepostos; nos pontos de emenda ou derivação dos condutores; nos pontos de instalação de aparelhos ou dispositivos; nas divisões dos eletrodutos; em cada trecho contínuo, de quinze metros de eletroduto, para facilitar a passagem ou substituição de condutores

4.3.2.3.3. Procedimentos: As caixas deverão ser fixadas de modo firme e permanente às estruturas, presas as pontas dos condutos por meio de arruelas de fixação e buchas apropriadas, de modo a obter uma ligação perfeita e de boa condutibilidade entre todos os condutos e respectivas caixas;

4.3.2.3.4. Deverão também ser providas de tampas apropriadas, com espaço suficiente para que os condutores e suas emendas caibam folgadoamente dentro das caixas depois de colocadas as tampas.

4.3.2.3.5. As caixas serão cobertas com tampas convenientemente calafetadas, para impedir a entrada d'água e corpos estranhos.

4.3.2.3.6. As caixas terão vinténs ou olhais para assegurar a fixação de eletrodutos, só sendo permitida a abertura dos que se tornarem necessários.

4.3.2.3.7. Observações: Para garantir perfeita continuidade elétrica serão usados rabichos de condutores nas caixas de passagem e acessórios de emenda, os quais deverão ser executados no menor tamanho possível e sem curvas ou espiras.

#### 4.3.3. CABOS

##### 4.3.3.1. ORIENTAÇÕES GERAIS

4.3.3.1.1. Quando instalados em eletrodutos fixados na parede ou teto, os cabos devem ser constituídos por condutores de cobre, isentos de emendas, isolados em composto termoplástico de PVC para 70°C, Classe 5, singelos e classe de tensão 450/750V, nas seções indicadas em plantas.

4.3.3.1.2. Quando usados para instalação subterrânea e em áreas sujeitas a acúmulo de umidade, os cabos devem ser constituídos por condutores de cobre, isentos de emendas, isolados em composto do tipo EPR ou XLPE para 90°C, classe 5 até a bitola de 16mm<sup>2</sup> e a partir desta em classe 2, com isolamento à prova de umidade, singelos e classe de tensão 0,6/1kV, nas seções indicadas em plantas.

4.3.3.1.3. Os cabos devem ser não halogenados e possuir resistência UV

4.3.3.1.4. Os cabos não podem ser excessivamente forçados nem possuir raio de curvatura inferior a dez vezes os seus diâmetros externos.

4.3.3.1.5. Deverão ser obedecidas rigorosamente as maneiras de instalação recomendadas pelos fabricantes dos materiais. Particularmente deverá ser observado o seguinte:

4.3.3.1.5.1 Deverão apresentar, após a enfição, perfeita integridade da isolação que deverá ser confirmada através de teste de resistência de isolamento conforme NBR 6813 e apresentado laudo de medição das resistências de isolamento juntamente com a indicação no mapa de cabos;

4.3.3.1.5.2 Para facilitar a enfição, poderá ser utilizada parafina ou talco industrial apropriado, não é permitido o uso de vaselina, graxa ou qualquer outro produto que não sejam os listados anteriormente.

4.3.3.1.5.3 Não serão admitidas emendas desnecessárias, bem como fora das caixas de passagem.

4.3.3.1.5.4 Todas as pontas de ligação em tomadas, luminárias e interruptores deverão ser estanhadas, sem exceção.

4.3.3.1.5.5 Código de cores a observar (no caso dos circuitos terminais):

- 4.3.3.1.5.5.1. Fase: preto, vermelho e branco
- 4.3.3.1.5.5.2. Neutro: azul-claro
- 4.3.3.1.5.5.3. Retorno: amarelo
- 4.3.3.1.5.5.4. Terra: verde

4.3.3.1.6. As emendas deverão ser soldadas com estanho e isoladas com fita tipo autofusão e fita isolante. As emendas só poderão ocorrer em caixas de passagem. O fabricante deverá possuir certificação de qualidade do INMETRO.

4.3.3.1.7. Todos os cabos deverão possuir indicações do circuito e quadro a que pertencem, essa identificação será feita com anilhas plásticas em porta marcadores plásticos. Essa identificação é um acessório dos cabos e deve compor seu custo unitário.

4.3.3.1.8. Não será permitido o uso de cabo de bitola inferior a 1,5mm<sup>2</sup> nas instalações elétricas em qualquer hipótese.

#### 4.3.3.2. CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, ANTI CHAMA, 0,6/1,0kV

4.3.3.2.1. Características: Condutor de cobre formado por fios de cobre nu, têmpera mole, encordoamento classe 5, isolamento termoplástico em dupla camada, baixa

emissão de gases tóxicos e antichama para tensão de operação de 0,6/1kV, faixas de temperatura de 90°C em serviço contínuo, 130°C em sobrecarga e 250°C em curto circuito e que atendam as normas NBR 13248 e NBR NM 280, bitola de acordo com o projeto. Referência: Linha Afumex 0,6/1kV do fabricante Prysmian ou equivalente.

4.3.3.2.2. Aplicação: utilizado nos circuitos elétricos em geral conforme indicação em projeto (quadro de cargas).

#### 4.3.4. ILUMINAÇÃO E TOMADAS

##### 4.3.4.1. ORIENTAÇÕES GERAIS

4.3.4.1.1. Em todos os itens relativos às luminárias, tomadas e interruptores, deverão estar inclusos nos preços, além da instalação, o fornecimento das peças complementares, tais como lâmpadas, reatores, drivers, conectores, etc, de forma que sejam entregues prontas para testes da FISCALIZAÇÃO e para uso final.

##### 4.3.4.2. LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA, DE SOBREPOR, 15W

4.3.4.2.1. Arandela tipo tartaruga de sobrepor com grade, confeccionada em alumínio. Corpo e dissipador em alumínio, pintado por processo eletrostático em pó. Difusor em vidro transparente. Temperatura de cor 4.000K neutra, IP 67. Soquete E27 para lâmpada fluorescente compacta de 15W.

4.3.4.2.2. Encaixa-se a lâmpada ao soquete da luminária. Coloca-se o vidro da luminária. Com os cabos da rede elétrica já instalados, eles são conectados à arandela. Fixa-se a luminária à parede através de parafusos.

4.3.4.2.3. Consumo total: 15W. Lâmpadas Brilia, Osram, Phillips ou equivalente.

4.3.4.2.4. Local de aplicação: Platibanda da cobertura do Ed. Garagem

##### 4.3.4.3. INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA

4.3.4.3.1. Características: Interruptor com uma tecla de 10A/250V de acionamento simples conforme pontos definidos pelo projeto técnico, lista de materiais e fiscalização. Deve possuir certificação pelo Inmetro. Referência: PIAL-Legrand linha PIALplus ou equivalente.

4.3.4.3.2. Execução: deverá ser instalado em caixas de sobrepor, com espelho de acabamento conforme e nas dimensões compatíveis com as caixas em que forem instalados.

#### 4.3.4.4. TOMADA 2P+T DE EMBUTIR

4.3.4.4.1. Tomada de alimentação de equipamentos elétricos de uso geral, com capacidade de condução de corrente de 10A. Deverão necessariamente atender aos requisitos do novo padrão de tomadas e plugues brasileiro conforme norma ABNT NBR 14136, estas deverão ser do tipo 2P+T (dois polos, sendo os polos Fase e Neutro, mais Terra), incluindo espelhos de acabamento. Deve possuir certificação pelo Inmetro. Referência: Pial-Legrand linha Pialplus.

4.3.4.4.2. Execução: deverá ser instalada em caixas de PVC de dimensões 4x2” com acabamento igual aos dos interruptores (após a definição do modelo junto à fiscalização, não será permitido a sua mudança), ligadas em 220V.

#### 4.3.5. SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICA (SPDA)

##### 4.3.5.1. ORIENTAÇÕES GERAIS

4.3.5.1.1. O sistema de proteção contra descargas atmosféricas do Ed. Garagem, na sua cobertura, é composto de uma proteção por gaiola de Faraday, com malha captora em cordoalha de cobre com seção de #35mm<sup>2</sup>, junto de um sistema de descidas junto aos pilares do prédio.

4.3.5.1.2. Todo o sistema existente na cobertura do edifício deverá ser retirado para realização dos serviços e posteriormente reinstalado no mesmo local.

4.3.5.1.3. Os captosres e a cordoalha de cobre nú deverão ser substituídos.

##### 4.3.5.2. MINI CAPTOR PARA SPDA

4.3.5.2.1. Serão fornecidos e instalados terminais aéreos em aço galvanizado a fogo, com bandeirinha, altura de 600 mm (3/8” de diâmetro), com os acessórios de montagem à cobertura do prédio e com conector com rabicho para fixação da cordoalha à referida bandeirinha.

#### 4.3.5.3. CORDOALHA DE COBRE NU #35mm2

4.3.5.3.1. Fornecimento e instalação de cordoalha de cobre nu, junto a isoladores fixados sobre a estrutura do telhado, recompondo o trajeto da gaiola de faraday original do telhado reformado.

4.3.5.3.2. Para execução, verifica-se o comprimento do trecho da instalação, corta-se o comprimento necessário do rolo de cabo de cobre e posiciona-se a cordoalha nos suportes isoladores previamente instalados.

#### 4.4. PASSARELA DE MANUTENÇÃO

4.4.1. Fornecimento e instalação de uma passarela de manutenção em estrutura metálica, incluindo dimensionamento e projeto executivo da estrutura de sustentação.

4.4.2. A passarela metálica será uma estrutura elevada, projetada para permitir a circulação segura de pessoas sobre a cobertura do edifício. Será composta por perfis metálicos como suportes principais, chapas xadrez para o piso e chumbadores para fixação na estrutura existente.

4.4.3. A Contratada deverá realizar um projeto detalhado da passarela, levando em consideração as especificações técnicas, dimensões, capacidade de carga e normas de segurança aplicáveis. O planejamento incluirá também a definição da localização exata da passarela e o acesso aos pontos de instalação. O projeto será apresentado à Fiscalização para aprovação.

4.4.4. Antes da instalação da passarela, será feita uma inspeção na estrutura existente para identificação dos pontos de fixação adequados para os chumbadores nas tesouras da estrutura metálica.

4.4.5. Os perfis metálicos e as chapas xadrez serão fabricados de acordo com as especificações do projeto. Serão utilizados materiais de alta qualidade e resistência para garantir a durabilidade e segurança da passarela.

4.4.6. Os suportes principais da passarela serão fixados nas treliças da estrutura existente utilizando chumbadores e técnicas de fixação adequadas. Será garantida uma conexão firme e estável para suportar o peso da passarela e das pessoas que por ela circularem.



4.4.7. As chapas xadrez serão instaladas sobre os suportes metálicos, formando o piso da passarela. Serão fixadas de forma segura e niveladas para proporcionar uma superfície estável e antiderrapante.

4.4.8. As soldas deverão ser de penetração total, todas as soldas de importância deverão ser feitas na oficina, não sendo admitida solda no campo, salvo quando se tratar da montagem. As superfícies das peças a serem soldadas deverão se apresentar limpas isenta de óleo, graxa, rebarbas, escamas de laminação e ferrugem imediatamente antes da execução das soldas.

4.4.9. Para a pintura da estrutura, toda a superfície a ser pintada deverá estar completamente limpa, isenta de gorduras, umidade, ferrugem, incrustações, produtos químicos diversos, pingos de solda, carepa de laminação, furos, etc.

4.4.10. Em toda a estrutura da passarela deverá ser aplicado 2 demãos de fundo preparador do tipo Zarcão anticorrosivo, e posteriormente 2 demãos de esmalte brilhante alquímicos com 30 micras de espessura em cada demão.

4.4.11. Deverão ser respeitados os intervalos entre as demãos conforme a especificação dos fabricantes. Para o esmalte brilhante alquímico é indicada a cor cinza.

4.4.12. Após a instalação completa da passarela, serão realizados testes de carga e inspeções finais para verificar a integridade e segurança da estrutura. Qualquer ajuste necessário será feito para garantir o pleno funcionamento da passarela.

## 5. LIMPEZA DA OBRA

### 5.1. DESMOBILIZAÇÃO E LIMPEZA

5.1.1. Os serviços dessa fase incluem a limpeza de vidros, materiais cerâmicos, pisos, paredes, metais, ferragens, a retirada de entulhos, detritos e obras provisórias.

5.1.2. Todos os pisos deverão estar limpos e, quando necessário, encerados por ocasião da entrega da obra



5.1.3. A limpeza de todas as superfícies revestidas ou pavimentadas com materiais cerâmicos deverá ser feita com água e sabão neutro ou com emprego de outros materiais recomendados pelos fabricantes.

5.1.4. A limpeza das manchas e respingos de tinta deverá ser feita com removedor apropriado e palha de aço fina sem causar danos ao vidro.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.**  
**SELIC - Serviço de Licitação**

TCDF – SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 91 de 142

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**  
**ANEXO III – Planilha Estimativas dos Preços dos Serviços.**

PLANILHA ESTIMATIVA													
Obra:		Recuperação da Cobertura do Edf. Garagem do TCDF											
Local:		SGON Quadra 1, Lote 276, Asa Norte, Brasília - DF											
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PR. UNIT. MATERIAL	PR. TOT. MATERIAL	PR. UNIT. M. O.	PR. TOT. M. O.	PR. UNIT. EQUIP., TERC., OUTROS	PR. TOT. EQUIP., TERC., OUTROS	SUBTOTAL	PREÇO TOTAL
1.00			SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS										7.155,75
1.1		CREA - DF	ART do contrato	un	1,00	262,55	262,55		-		-	262,55	
1.2	CPU 0001	COMPOSIÇÕES CRIADAS	projeto de estrutura metálica da passarela de manutenção da cobertura do edf. garagem	m	1,00	250,00	250,00	6.643,20	6.643,20	-	-	6.893,20	
2.00			SERVIÇOS PRELIMINARES										57.495,13
			CANTEIRO DE OBRAS (Construções Provisórias)										3.900,00
2.1	10775	SINAPI Fev 2024	locacao de container 2,30 x 6,00 m, alt. 2,50 m, com 1 sanitario, para escritorio, completo, sem divisorias internas (nao inclui mobilizacao/desmobilizacao)	mes	3,00		-	1.300,00	3.900,00		-	3.900,00	
			Ligações Provisórias										997,71
2.2	104116	SINAPI Fev 2024	composição paramétrica de ligação predial de água, rede dn 50 mm, ramal predial de 20 mm, l = 6,0 m, largura da vala = 0,65 m; com colar de tomada de pvc; escavação mecanizada, preparo de fundo de vala e reaterro compactado. af_06/2022	un	1,00	192,74	192,74	103,66	103,66	27,00	27,00	323,40	
2.3	104136	SINAPI Fev 2024	composição paramétrica de ligação predial de esgoto, rede dn 150 mm, coletor predial dn 100 mm, l = 6,0 m, largura da vala = 0,65 m; com selim e curva 90 graus; escavação mecanizada, preparo de fundo de vala e reaterro compactado. af_06/2022	un	1,00	476,31	476,31	160,97	160,97	37,03	37,03	674,31	
			Proteção e Sinalização										9.192,44
2.4	98459	SINAPI Fev 2024	tapume com telha metálica. af_05/2018	m2	44,00	107,68	4.737,92	15,40	677,60	-	-	5.415,52	
2.5	100758	SINAPI Fev 2024	pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) aplicada a rolo ou pincel sobre superficies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos). af_01/2020	m2	44,00	25,47	1.120,68	28,97	1.274,68	-	-	2.395,36	
2.6	97637	SINAPI Fev 2024	remoção de tapume/ chapas metálicas e de madeira, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	44,00	1,04	45,76	1,95	85,80	-	-	131,56	
2.7	4813	SINAPI Fev 2024	placa de obra (para construcao civil) em chapa galvanizada "n. 22", adesivada, de "2,4 x 1,2" m (sem postes para fixacao)	m2	5,00	250,00	1.250,00		-		-	1.250,00	
			DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES										10.117,70
2.8	97649	SINAPI Fev 2024	remoção de telhas de fibrocimento, metálica e cerâmica, de forma mecanizada, com uso de guindaste, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	1.296,00	1,42	1.840,32	2,74	3.551,04	0,61	790,56	6.181,92	
2.9	104803	SINAPI Fev 2024	remoção calhas e rufos, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m	37,40	1,62	60,59	3,34	124,92	-	-	185,50	
2.10	104791	SINAPI Fev 2024	demolição de argamassas, de forma de forma mecanizada com martelete, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	361,60	1,91	690,66	4,20	1.518,72	0,26	94,02	2.303,39	
2.11	CPU 0002	COMPOSIÇÕES CRIADAS	remoção de base e haste de pára raios gaiola de faraday	un	55,00	6,94	381,70	14,39	791,45	-	-	1.173,15	
2.12	104795	SINAPI Fev 2024	remoção de cabos elétricos, com seção de 25 mm², forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m	183,20	0,47	86,10	0,98	179,54	-	-	265,64	
2.13	97662	SINAPI Fev 2024	remoção de tubulações (tubos e conexões) de água fria, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m	15,00	0,16	2,40	0,38	5,70	-	-	8,10	

Concorrência nº 01/2024



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.**  
**SELIC - Serviço de Licitação**

TCDF – SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 92 de 142

			LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS									33.287,28
2. 14	CPU 0003	COMPOSIÇÕES CRIADAS	aluguel de container para remoção de entulho provenientes de demolições, com capacidade de 5,00 m³	un	30,00	-	-	-	-	355,00	10.650,00	10.650,00
2. 15	97064	SINAPI Fev 2024	montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre (exclusive andaime e limpeza). af_11/2017	m	48,00	6,71	322,08	13,47	646,56	-	-	968,64
2. 16	10527	SINAPI Fev 2024	locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo de torre, cada painel com largura de 1 até 1,5 m e altura de *1,00* m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapatas ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui instalação)	mxmes	288,00	20,00	5.760,00		-		-	5.760,00
2. 17	CPU 0004	COMPOSIÇÕES CRIADAS	locação de guincho elétrico de coluna, capacidade 400kg	h	2.160,00	-	-	-	-	1,21	2.613,60	2.613,60
2. 18	88295	SINAPI Fev 2024	operador de guincho com encargos complementares	h	528,00	7,55	3.986,40	17,63	9.308,64	-	-	13.295,04
3. 00			REFORÇO ESTRUTURAL DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO EDF. GARAGEM									81.887,58
			CoBERTuras									81.887,58
3. 1	04513	ORSE	Restauo - Lavagem de superfície com hidrojateamento a uma pressão mínima de 1200 lb	m2	792,00	3,84	3.041,28	11,69	9.258,48		-	12.299,76
3. 2	104467	SINAPI Fev 2024	composição paramétrica para fornecimento e montagem de estrutura metálica para cobertura de edificações com estrutura de apoio. af_11/2022	kg	966,00	29,80	28.786,80	3,69	3.564,54	4,76	4.598,16	36.949,50
3. 3	100727	SINAPI Fev 2024	pintura com tinta epoxídica de fundo pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão). af_01/2020_pe	m2	792,00	27,38	21.684,96	1,35	1.069,20	-	-	22.754,16
3. 4	100723	SINAPI Fev 2024	pintura com tinta alquídica de fundo e acabamento (esmalte sintético grafite) pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão). af_01/2020_pe	m2	792,00	11,13	8.814,96	1,35	1.069,20	-	-	9.884,16
4. 00			RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO GARAGEM									287.489,99
			CoBERTuras, Rufos e Platinbandas									62.358,98
4. 1	94213	SINAPI Fev 2024	telhamento com telha de aço/alumínio e = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. af_07/2019	m2	648,00	68,17	44.174,16	3,29	2.131,92	-	-	46.306,08
4. 2	CPU 0005	COMPOSIÇÕES CRIADAS	instalação de telha de aço zincado esp. 0,5mm	m2	648,00	3,83	2.481,84	3,51	2.274,48	-	-	4.756,32
4. 3	94223	SINAPI Fev 2024	cumeeira para telha de fibrocimento ondulada e = 6 mm, incluso acessórios de fixação e içamento. af_07/2019	m	72,90	79,36	5.785,34	2,34	170,59	-	-	5.955,93
4. 4	100327	SINAPI Fev 2024	rufo externo/interno em chapa de aço galvanizado número 26, corte de 33 cm, incluso içamento. af_07/2019	m	37,40	48,02	1.795,95	6,94	259,56	-	-	2.055,50
4. 5	99814	SINAPI Fev 2024	limpeza de superfície com jato de alta pressão. af_04/2019	m2	55,00	0,74	40,70	1,27	69,85	0,02	1,10	111,65
4. 6	6015	TCPO	Regularização de superfície para impermeabilização, com arg. de cimento e areia traço 1:3 # 2 cm	m2	55,00	2,81	154,55	5,00	275,00		-	429,55
4. 7	98554	SINAPI Fev 2024	impermeabilização de superfície com membrana à base de resina acrílica, 3 demãos. af_09/2023	m2	55,00	35,73	1.965,15	14,16	778,80	-	-	2.743,95

Concorrência nº 01/2024



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.**  
**SELIC - Serviço de Licitação**

TCDF – SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 93 de 142

Calhas													157.883,65
4. 8	99814	SINAPI Fev 2024	limpeza de superfície com jato de alta pressão. af_04/2019	m2	306,60	0,74	226,88	1,27	389,38	0,02	6,13	622,40	
4. 9	6015	TCPO	Regularização de superfície para impermeabilização, com arg. de cimento e areia traço 1:3 # 2 cm	m2	306,60	8,72	2.673,55	16,01	4.908,67		-	7.582,22	
4. 10		PESQUISA DE PREÇOS	impermeabilização com manta de pvc reforçada - e = 1,8 mm	m2	131,40	368,00	48.355,20		-		-	48.355,20	
4. 11	3107	TCPO	Geotêxtil como camada de deslizamento e separação, aplicado entre a manta/membrana e a proteção mecânica	m2	131,40	12,74	1.674,04	0,14	18,40		-	1.692,43	
4. 12	CPU 0007	COMPOSIÇÕES CRIADAS	impermeabilização com manta de pvc reforçada - e = 1,2 mm	m2	306,60	218,79	67.081,01	34,91	10.703,41	-	-	77.784,42	
4. 13	3107	TCPO	Geotêxtil como camada de deslizamento e separação, aplicado entre a manta/membrana e a proteção mecânica	m2	306,60	12,74	3.906,08	0,14	42,92		-	3.949,01	
4. 14	87755	SINAPI Fev 2024	contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), preparo mecânico com betoneira 400 l, aplicado em áreas molhadas sobre impermeabilização, acabamento não reforçado, espessura 3cm. af_07/2021	m2	306,60	34,35	10.531,71	20,48	6.279,17	0,12	36,79	16.847,67	
4. 15	ED-49961	SETOP	RALO HEMISFÉRICO, TIPO ABACAXI, DIÂMETRO DE 75MM, EXCLUSIVE CONDUCTOR DE ÁGUA PLUVIAL	un	30,00	35,01	1.050,30		-		-	1.050,30	
Instalações Elétricas e SPDA													27.238,96
Eletrodutos e Cabos													25.544,04
4. 16	91864	SINAPI Fev 2024	eletroduto rígido roscável, pvc, dn 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em forro - fornecimento e instalação. af_03/2023	m	144,00	11,57	1.666,08	5,16	743,04	-	-	2.409,12	
4. 17	91927	SINAPI Fev 2024	cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. af_03/2023	m	288,00	3,93	1.131,84	1,06	305,28	-	-	1.437,12	
4. 18	104746	SINAPI Fev 2024	mini captor para spda - fornecimento e instalação. af_08/2023	un	75,00	18,82	1.411,50	7,06	529,50	-	-	1.941,00	
4. 19	96973	SINAPI Fev 2024	cordoalha de cobre nu 35 mm², não enterrada, com isolador - fornecimento e instalação. af_08/2023	m	280,00	53,69	15.033,20	16,87	4.723,60	-	-	19.756,80	
Iluminação e Tomadas													1.694,92
4. 20	91953	SINAPI Fev 2024	interruptor simples (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_03/2023	un	2,00	19,64	39,28	13,36	26,72	-	-	66,00	
4. 21	91996	SINAPI Fev 2024	tomada média de embutir (1 módulo), 2p+tt 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_03/2023	un	2,00	22,26	44,52	16,50	33,00	-	-	77,52	
4. 22	91946	SINAPI Fev 2024	suporte parafusado com placa de encaixe 4" x 2" médio (1,30 m do piso) para ponto elétrico - fornecimento e instalação. af_03/2023	un	4,00	7,47	29,88	4,74	18,96	-	-	48,84	
4. 23	97808	SINAPI Fev 2024	luminária arandela tipo tartaruga, com grade, de sobrepor, com 1 lâmpada fluorescente de 15 w, sem reator - fornecimento e instalação. af_02/2020	un	16,00	78,34	1.253,44	15,57	249,12	-	-	1.502,56	



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.  
SELIC - Serviço de Licitação

TCDF – SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 94 de 142

Passarela de Manutenção												40.008,40
4.24	11898	ORSE	Passarela metálica, composta de perfis metálicos, chapas em xadrez e chumbadores, pintura de acordo com especificação Npb-1550 - Obra do CCS	kg	1.990,00	18,85	37.511,50		-	-	37.511,50	
4.25	445	SANEAGOCVIL	Escada de Marinheiro com Proteção	m	10,00	184,09	1.840,90	65,60	656,00	-	2.496,90	
5.00												2.519,23
LIMPEZA DA OBRA												
5.1	99814	SINAPI Fev 2024	limpeza de superfície com jato de alta pressão. af_04/2019	m2	1.241,00	0,74	918,34	1,27	1.576,07	0,02	24,82	2.519,23
6.00												73.457,94
ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA												
6.1	93565	SINAPI Fev 2024	engenheiro civil de obra junior com encargos complementares	mes	1,00	401,91	401,91	20.665,86	20.665,86	-	-	21.067,77
6.2	94295	SINAPI Fev 2024	mestre de obras com encargos complementares	mes	3,00	514,28	1.542,84	8.221,31	24.663,93	-	-	26.206,77
6.3	100321	SINAPI Fev 2024	técnico em segurança do trabalho com encargos complementares	mes	1,50	418,32	627,48	8.548,82	12.823,23	-	-	13.450,71
6.4	101460	SINAPI Fev 2024	vigia diurno com encargos complementares	mes	3,00	1.622,96	4.868,88	2.621,27	7.863,81	-	-	12.732,69
TOTAL GERAL DOS ITENS (Sem aplicação do BDI)												510.005,62
										BDI	20,52%	104.653,15
TOTAL GERAL DA OBRA COM BDI												614.658,77

**Observações:**

- 1) Eventual citação de marca de produto, constante da descrição dos itens acima, tem por objetivo apenas referenciar aspectos de qualidade e produtividade. **Entretanto, cabe ressaltar que serão aceitas cotações de produtos similares;**
- 2) Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados. A utilização efetiva do produto similar nos serviços de reforma, contudo, deverá ser precedida de análise e aprovação por parte da fiscalização do contrato.



## **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**

### **ANEXO IV – Memória de Cálculo do BDI e dos Encargos Sociais.**

#### **BDI CONVENCIONAL**

As planilhas orçamentárias fornecidas no Anexo VII (Modelo das Planilhas Orçamentárias de Discriminação dos Serviços) deverão ser preenchidas pelos licitantes com os custos unitários de cada item de serviço.

O BDI convencional, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá ser apresentado em separado pelo licitante, nos moldes do presente Anexo.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI convencional com base na fórmula apresentada adiante, levando em conta que nessa taxa deverão ser considerados, além dos tributos, as despesas indiretas, não explicitadas na planilha orçamentária, e o lucro.

A fórmula proposta para o cálculo do BDI Convencional, nos termos da Decisão TCDF nº 1.583/2014 e do Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário, é:

$$\text{BDI} = \left[ \frac{(1 + AC + S + R + G) \cdot (1 + DF) \cdot (1 + L) - 1}{(1 - I)} \cdot 100\% \right]$$

*Fonte: Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário*

Em que:

**AC** é a taxa de rateio da Administração Central;

**S** é uma taxa representativa de Seguros;

**R** é a taxa correspondente aos riscos e imprevistos;

**G** é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

**DF** é a taxa representativa das despesas financeiras;

**L** é a taxa corresponde ao lucro bruto e;

**I** é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o valor faturado.

Para empresas tributadas pelo Lucro Real ou Presumido a parcela **I** deverá incorporar as alíquotas de PIS e Cofins, além do ISS e da CPRB (quando for o caso). Já para empresas tributadas pelo Simples Nacional a parcela **I** deverá corresponder a alíquota efetiva integral de que trata o art. 18, §1º A da Lei Complementar nº 123/2006, além da CPRB (quando for o caso).

No orçamento estimado pelo TCDF para a presente licitação, foram adotados os seguintes valores percentuais, que conduziram a um BDI convencional de **20,52%**:

AC = 4,00%;

G = 0,40%;

S = 0,40%;

R = 1,27%;

DF = 1,20%;

L = 7,40%;

I = 4,34%.

As alíquotas adotadas para os tributos incidentes sobre o faturamento foram as seguintes:

a) PIS = 0,65%; COFINS = 3,00% (considerando a incidência cumulativa de apuração);

b) ISS = 0,67% (Representando a alíquota efetiva desse imposto estimada para a presente licitação, obtida aplicando-se a fórmula abaixo, fundamentada no art. 45 do





Decreto Distrital nº 25.508/2005);

<b>Tipo de Insumo</b>	<b>Preços Parciais</b>	<b>(%)</b>
Equipamentos	x	a%
Mão de Obra	y	b%
Material*	z	c%
<b>Total Geral</b>	<b>x+y+z</b>	<b>100%</b>

\*Com exceção dos itens de material sujeitos ao BDI diferenciado

Considerando a alíquota de **2%** para o ISS adotada no Distrito Federal para o objeto da presente licitação, a incidir sobre a fatura, descontados os materiais aplicados na obra, a alíquota efetiva a ser utilizada na contratação é:

$$2\% \times (1 - c\%) = \text{Alíquota Efetiva}^*$$

**\*Observação:**

- 1) Os valores utilizados na determinação da alíquota efetiva do ISS estimada na presente licitação encontram-se demonstrados na aba “bdi” das planilhas orçamentárias de estimativa de preços disponibilizadas.
- 2) No que tange ao ISS favor observar ainda os seguintes dispositivos do Decreto Distrital nº 25.508/2005: Art. 8, §11, Art. 38, inciso I, alínea “g”, Art. 44, Art. 45, Art. 72, e Anexo I – código 7.02.
- 3) A fórmula descrita para a alíquota efetiva do ISS não se aplica para as empresas tributadas pelo simples nacional. Essas empresas devem observar o disposto no item 9.3.16 do Anexo I do Edital.
- 4) No arquivo da planilha estimativa de custos encontra-se exemplo de cálculo do BDI para empresas tributadas pelo Simples Nacional sem a opção pela CPRB.

## ENCARGOS SOCIAIS

1) Nos termos do disposto no item 6.4 do Anexo I (Projeto Básico) do Edital, os encargos sociais sobre preços da mão de obra de horistas e mensalistas correspondem aos que se tornaram vigentes a partir de dezembro de 2023 para o Distrito Federal e que foram utilizados nas planilhas de preços unitários, constantes dos arquivos relativos ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, **SEM** a desoneração dada pela Lei do Plano Brasil Maior (Lei nº 12.546/2011).

Apêndice 7 – Encargos Sociais – Distrito Federal

DISTRITO FEDERAL		VIGÊNCIA A PARTIR DE 12/2023			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,73%	Não incide	17,73%	Não incide
B2	Feriados	3,40%	Não incide	3,40%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,83%	0,64%	0,83%	0,64%
B4	13º Salário	10,72%	8,33%	10,72%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,06%	0,04%	0,06%	0,04%
B6	Faltas Justificadas	0,71%	0,56%	0,71%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,27%	Não incide	1,27%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
B9	Férias Gozadas	8,44%	6,56%	8,44%	6,56%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	43,30%	16,24%	43,30%	16,24%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,16%	3,24%	4,16%	3,24%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	4,61%	3,59%	4,61%	3,59%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,08%	2,39%	3,08%	2,39%
C5	Indenização Adicional	0,35%	0,27%	0,35%	0,27%
C	Total	12,30%	9,57%	12,30%	9,57%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,71%	2,89%	16,37%	6,14%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,35%	0,27%	0,37%	0,29%
D	Total	8,06%	3,16%	16,74%	6,43%
TOTAL (A+B+C+D)		81,46%	46,77%	110,14%	70,04%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

96

Fonte: [https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro2\\_SINAPI\\_Calculos\\_e\\_Parametros\\_Edicao\\_Digital\\_Vigente.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro2_SINAPI_Calculos_e_Parametros_Edicao_Digital_Vigente.pdf)

2) A licitante deve preencher e encaminhar, juntamente à sua proposta de preços, a respectiva planilha, conforme modelo constante deste Anexo. No entanto, os itens constantes do modelo não são exaustivos, devendo a planilha, a ser apresentada, contemplar os encargos sociais efetivamente arcados pela licitante.



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**

**ANEXO V – Detalhamento dos custos unitários referentes às composições criadas.**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	COEF.	PREÇO MAT.(R\$)	PREÇO M.O. (R\$)	PREÇO OUTROS (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)	TIPO
CPU 0001	Projeto de Estrutura Metálica da Passarela de Manutenção da Cobertura do Edif. Garagem	m		250,00	6.643,20	0,00	6.893,20	SER.CG
91677	engenheiro eletricista com encargos complementares	h	40,0000000	1,93	130,58		5300,40	SINAPI Insumo: 09/2023 Comp. 09/2023
90775	desenhista projetista com encargos complementares	h	40,0000000	2,16	15,47	0,00	705,20	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
88597	desenhista detalhista com encargos complementares	h	40,0000000	2,16	20,03	0,00	887,60	SINAPI Insumo: 01/2024 Comp. 01/2024
CPU 0002	Remoção de Base e Haste de pára raios gaiola de faraday	UN		6,94	14,39	0,00	21,33	SER.CG
88264	eletricista com encargos complementares	h	0,4000	8,73	21,91	0,00	12,25	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
88316	servente com encargos complementares	h	0,4000	8,62	14,07	0,00	9,08	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
CPU 0003	Aluguel de container para remoção de entulho provenientes de demolições, com capacidade de 5,00 m³	UN		0,00	0,00	355,00	355,00	SER.CG
Disk Entulho Pontual	Aluguel de container para remoção de entulho provenientes de demolições, com capacidade de 5,00 m³	un	1,0000			355,00	355,00	LOC.EQ.
CPU 0004	Locação de guincho elétrico de coluna, capacidade 400kg	h		0,00	0,00	1,21	1,21	SER.CG
93277	guincho elétrico de coluna, capacidade 400 kg, com moto freio, motor trifásico de 1,25 cv - depreciação. af_03/2016	h	1,0000	0,00	0,00	0,30	0,30	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
93278	guincho elétrico de coluna, capacidade 400 kg, com moto freio, motor trifásico de 1,25 cv - juros. af_03/2016	h	1,0000	0,00	0,00	0,06	0,06	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
93279	guincho elétrico de coluna, capacidade 400 kg, com moto freio, motor trifásico de 1,25 cv - manutenção. af_03/2016	h	1,0000	0,00	0,00	0,28	0,28	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
93280	guincho elétrico de coluna, capacidade 400 kg, com moto freio, motor trifásico de 1,25 cv - materiais na operação. af_03/2016	h	1,0000	0,00	0,00	0,57	0,57	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
CPU 0005	Instalação de telha de aço zincado esp. 0,5mm	m2		3,83	3,51	0,00	7,34	SER.CG
88323	telhadista com encargos complementares	h	0,1000	8,60	21,03	0,00	2,96	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
88316	servente com encargos complementares	h	0,1000	8,62	14,07	0,00	2,27	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
11029	haste reta para gancho de ferro galvanizado, com rosca 1/4 " x 30 cm para fixação de telha metálica, inclui porca e arruelas de vedação	cj	1,0000000	2,11			2,11	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024

CPU 0006	Impermeabilização com Manta de PVC reforçada - E = 1,5 mm	m2		245,36	34,91	0,00	280,27	SER.CG
TCPOWeb - NOVO SICRO 10/2023	Manta de PVC reforçada com tela de poliéster - E = 1,5 mm	m2	1,0000	153,26			153,26	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
88270	impermeabilizador com encargos complementares	h	1,4000	8,74	21,52	0,00	42,36	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
88316	servente com encargos complementares	h	0,3400	8,62	14,07	0,00	7,71	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
122	adesivo plastico para pvc, frasco com *850* gr	un	1,0000	76,94			76,94	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
CPU 0007	Impermeabilização com Manta de PVC reforçada - E = 1,2 mm	m2		218,79	34,91	0,00	253,70	SER.CG
TCPOWeb - NOVO SICRO 10/2023	Manta de PVC reforçada com tela de poliéster - E = 1,2 mm	m2	1,0000	126,69			126,69	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
88270	impermeabilizador com encargos complementares	h	1,4000	8,74	21,52	0,00	42,36	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
88316	servente com encargos complementares	h	0,3400	8,62	14,07	0,00	7,71	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024
122	adesivo plastico para pvc, frasco com *850* gr	un	1,0000	76,94			76,94	SINAPI Insumo: 02/2024 Comp. 02/2024

### **Observações:**

- 1) **O presente anexo encontra-se preenchidos com os dados levantados durante a elaboração da estimativa dos preços.**
- 2) Os códigos empregados nos itens constantes desse Anexo (CPU XXXX) correspondem aos mesmos códigos dos itens constantes das planilhas do Anexo III, e detalham a memória de cálculo das composições unitárias criadas (próprias).
- 3) Eventual citação de marca de produto, constante da descrição dos itens acima, tem por objetivo apenas referenciar aspectos de qualidade e produtividade. Entretanto, cabe ressaltar que serão aceitas cotações de produtos similares;
- 4) Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados. A utilização efetiva do produto similar nos serviços de reforma, contudo, deverá ser precedida de análise e aprovação por parte da fiscalização do contrato.
- 5) Os dados dos custos unitários das composições próprias a serem preenchidas pelos licitantes em sua proposta deverão **reproduzir os dados já constantes do respectivo resumo da proposta de preços (Anexo VII), sem a inclusão de BDI.**



- 6) No preço unitário dos itens de mão de obra já deverão estar inclusos os encargos sociais correspondentes, inclusive os complementares<sup>6</sup>, quando cabível.
- 7) A(s) planilha(s) referente ao presente Anexo tem por finalidade apenas detalhar os custos unitários referentes às composições próprias (criadas), **e não será(ão) levada(s) em conta para fins de julgamento do preço referente à licitação.**

---

<sup>6</sup> Conforme o Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI – “Os Encargos Complementares são custos associados à mão de obra como alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual, ferramentas manuais, exames médicos obrigatórios, seguros de vida e cursos de capacitação, cuja obrigação de pagamento decorre das convenções coletivas de trabalho e de normas que regulamentam a prática profissional na construção civil. Os valores decorrentes dessas obrigações não variam proporcionalmente aos salários (remuneração da mão de obra)”.

Fonte: [http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro\\_SINAPI\\_Metodologias\\_e\\_Conceitos\\_Versao\\_Digital\\_2a\\_Edicao.pdf](http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro_SINAPI_Metodologias_e_Conceitos_Versao_Digital_2a_Edicao.pdf)



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.  
SELIC - Serviço de Licitação

TCDF – SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 102 de 142

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**  
**ANEXO VI – Cronograma Físico – Financeiro Provisório.**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL DA ETAPA (COM BDI)	Mês 01	Mês 02	Mês 03
01.00.000	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	8.624,11	100,00% 8.624,11		
02.00.000	SERVIÇOS PRELIMINARES	69.293,12	40,00% 27.717,25	40,00% 27.717,25	20,00% 13.858,62
03.00.000	REFORÇO ESTRUTURAL DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO EDF. GARAGEM	98.690,91	100,00% 98.690,91		
04.00.000	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO GARAGEM	346.482,94	30,00% 103.944,88	35,00% 121.269,03	35,00% 121.269,03
05.00.000	LIMPEZA DA OBRA	3.036,18			100,00% 3.036,18
06.00.000	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA	88.531,51	33,00% 29.215,40	33,00% 29.215,40	34,00% 30.100,71
	PERCENTUAL MENSAL (%)	614.658,77	43,63%	28,99%	27,38%
	VALOR MENSAL (R\$)		268.192,55	178.201,68	168.264,54
	PERCENTUAL ACUMULADO (%)		43,63%	72,62%	100,00%
	VALOR ACUMULADO (R\$)		268.192,55	446.394,23	614.658,77

**Observações:**

- 1) O presente modelo encontra-se preenchido com os valores estimados da Contratação (Anexo II), devendo a licitante, em sua proposta, adequá-lo aos valores ofertados pela empresa.
- 2) As licitantes não poderão alterar os percentuais de pagamento previstos para cada etapa.
- 3) No sítio do *comprasnet* - As planilhas constantes do presente Anexo encontram-se disponíveis (formato excel) juntamente com o presente Edital (formato doc) - em arquivo do tipo .zip.



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.  
SELIC - Serviço de Licitação

TCDF - SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 103 de 142

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024

### ANEXO VII – Modelo das Planilhas Orçamentárias de Discriminação dos Serviços para a Proposta de Preços

PLANILHA LICITANTE													
Obra:		Recuperação da Cobertura do Edf. Garagem do TCDF											
Local:		SGON Quadra 1, Lote 276, Asa Norte, Brasília - DF											
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PR. UNIT. MATERIAL	PR. TOT. MATERIAL	PR. UNIT. M. O.	PR. TOT. M. O.	PR. UNIT. EQUIP., TERC., OUTROS	PR. TOT. EQUIP., TERC., OUTROS	SUBTOTAL	PREÇO TOTAL
1.00 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS													
1.1		CREA - DF	ART do contrato	un	1,00		-		-		-	-	
1.2	CPU 0001	COMPOSIÇÕES CRIADAS	projeto de estrutura metálica da passarela de manutenção da cobertura do edf. garagem	m	1,00		-		-		-	-	
2.00 SERVIÇOS PRELIMINARES													
CANTEIRO DE OBRAS (Construções Provisórias)													
2.1	10775	SNAPI Fev 2024	locação de container 2,30 x 6,00 m, alt. 2,50 m, com 1 sanitário, para escritório, completo, sem divisórias internas (nao inclui mobilizacao/desmobilizacao)	mes	3,00		-		-		-	-	
Ligações Provisórias													
2.2	104116	SNAPI Fev 2024	composição paramétrica de ligação predial de água, rede dn 50 mm, ramal predial de 20 mm, l = 6,0 m, largura da vala = 0,65 m; com colar de tomada de pvc; escavação mecanizada, preparo de fundo de vala e reaterro compactado. af_06/2022	un	1,00		-		-		-	-	
2.3	104136	SNAPI Fev 2024	composição paramétrica de ligação predial de esgoto, rede dn 150 mm, coletor predial dn 100 mm, l = 6,0 m, largura da vala = 0,65 m, com selim e curva 90 graus; escavação mecanizada, preparo de fundo de vala e reaterro compactado. af_06/2022	un	1,00		-		-		-	-	
Proteção e Sinalização													
2.4	98459	SNAPI Fev 2024	tapume com telha metálica. af_05/2018	m2	44,00		-		-		-	-	
2.5	100758	SNAPI Fev 2024	pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (02 demãos). af_01/2020	m2	44,00		-		-		-	-	
2.6	97637	SNAPI Fev 2024	remoção de tapume/ chapas metálicas e de madeira, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	44,00		-		-		-	-	
2.7	4813	SNAPI Fev 2024	placa de obra (para construçao civil) em chapa galvanizada "n. 22", adesivada, de "2,4 x 1,2" m (sem postes para fixacao)	m2	5,00		-		-		-	-	
DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES													
2.8	97649	SNAPI Fev 2024	remoção de telhas de fibrocimento, metálica e cerâmica, de forma mecanizada, com uso de guindaste, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	1.296,00		-		-		-	-	
2.9	104803	SNAPI Fev 2024	remoção calhas e rufos, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m	37,40		-		-		-	-	
2.10	104791	SNAPI Fev 2024	demolição de argamassas, de forma de forma mecanizada com marteleto, sem reaproveitamento. af_09/2023	m2	361,60		-		-		-	-	
2.11	CPU 0002	COMPOSIÇÕES CRIADAS	remoção de base e haste de pára raios gaiola de faraday	un	55,00		-		-		-	-	
2.12	104795	SNAPI Fev 2024	remoção de cabos elétricos, com seção de 25 mm², forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m	183,20		-		-		-	-	
2.13	97662	SNAPI Fev 2024	remoção de tubulações (tubos e conexões) de água fria, de forma manual, sem reaproveitamento. af_09/2023	m	15,00		-		-		-	-	





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.**  
**SELIC - Serviço de Licitação**

TCDF – SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 104 de 142

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS												
2. 14	CPU 0003	COMPOSIÇÕES CRIADAS	aluguel de container para remoção de entulho provenientes de demolições, com capacidade de 5,00 m³	un	30,00	-	-	-	-	-	-	-
2. 15	97064	SINAPI Fev 2024	montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre (exclusive andaime e limpeza). af_11/2017	m	48,00	-	-	-	-	-	-	-
2. 16	10527	SINAPI Fev 2024	locação de andaime metálico tubular de encaixe, tipo de torre, cada painel com largura de 1 até 1,5 m e altura de *1,00* m, incluindo diagonal, barras de ligação, sapatas ou rodízios e demais itens necessários a montagem (não inclui instalação)	mxmes	288,00	-	-	-	-	-	-	-
2. 17	CPU 0004	COMPOSIÇÕES CRIADAS	locação de guincho elétrico de coluna, capacidade 400kg	h	2.160,00	-	-	-	-	-	-	-
2. 18	88295	SINAPI Fev 2024	operador de guincho com encargos complementares	h	528,00	-	-	-	-	-	-	-
3. 00	REFORÇO ESTRUTURAL DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO EDF. GARAGEM											-
	Coberturas											-
3. 1	04513	ORSE	Restauo - Lavagem de superfície com hidrojateamento a uma pressão mínima de 1200 lb	m2	792,00	-	-	-	-	-	-	-
3. 2	104467	SINAPI Fev 2024	composição paramétrica para fornecimento e montagem de estrutura metálica para cobertura de edificações com estrutura de apoio. af_11/2022	kg	966,00	-	-	-	-	-	-	-
3. 3	100727	SINAPI Fev 2024	pintura com tinta epoxídica de fundo pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão). af_01/2020_pe	m2	792,00	-	-	-	-	-	-	-
3. 4	100723	SINAPI Fev 2024	pintura com tinta alquídica de fundo e acabamento (esmalte sintético grafite) pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão). af_01/2020_pe	m2	792,00	-	-	-	-	-	-	-
4. 00	RECUPERAÇÃO DA COBERTURA DO EDIFÍCIO GARAGEM											-
	Coberturas, Rufos e Platibandas											-
4. 1	94213	SINAPI Fev 2024	telhamento com telha de aço/alumínio e = 0,5 mm, com até 2 águas, incluso içamento. af_07/2019	m2	648,00	-	-	-	-	-	-	-
4. 2	CPU 0005	COMPOSIÇÕES CRIADAS	instalação de telha de aço zincado esp. 0,5mm	m2	648,00	-	-	-	-	-	-	-
4. 3	94223	SINAPI Fev 2024	cumeeira para telha de fibrocimento ondulada e = 6 mm, incluso acessórios de fixação e içamento. af_07/2019	m	72,90	-	-	-	-	-	-	-
4. 4	100327	SINAPI Fev 2024	rufo externo/interno em chapa de aço galvanizado número 26, corte de 33 cm, incluso içamento. af_07/2019	m	37,40	-	-	-	-	-	-	-
4. 5	99814	SINAPI Fev 2024	limpeza de superfície com jato de alta pressão. af_04/2019	m2	55,00	-	-	-	-	-	-	-
4. 6	6015	TCPO	Regularização de superfície para impermeabilização, com arg. de cimento e areia traço 1:3 # 2 cm	m2	55,00	-	-	-	-	-	-	-
4. 7	98554	SINAPI Fev 2024	impermeabilização de superfície com membrana à base de resina acrílica, 3 demãos. af_09/2023	m2	55,00	-	-	-	-	-	-	-





**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.**  
**SELIC - Serviço de Licitação**

TCDF – SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 105 de 142

Calhas													-
4. 8	99814	SINAPI Fev 2024	limpeza de superfície com jato de alta pressão. af_04/2019	m2	306,60		-		-		-	-	
4. 9	6015	TCPO	Regularização de superfície para impermeabilização, com arg. de cimento e areia traço 1:3 # 2 cm	m2	306,60		-		-		-	-	
4. 10		PESQUISA DE PREÇOS	impermeabilização com manta de pvc reforçada - e = 1,8 mm	m2	131,40		-		-		-	-	
4. 11	3107	TCPO	Geotêxtil como camada de deslizamento e separação, aplicado entre a manta/membrana e a proteção mecânica	m2	131,40		-		-		-	-	
4. 12	CPU 0007	COMPOSIÇÕES CRIADAS	impermeabilização com manta de pvc reforçada - e = 1,2 mm	m2	306,60		-		-		-	-	
4. 13	3107	TCPO	Geotêxtil como camada de deslizamento e separação, aplicado entre a manta/membrana e a proteção mecânica	m2	306,60		-		-		-	-	
4. 14	87755	SINAPI Fev 2024	contrapiso em argamassa traço 1:4 (cimento e areia), preparo mecânico com betoneira 400 l, aplicado em áreas molhadas sobre impermeabilização, acabamento não reforçado, espessura 3cm. af_07/2021	m2	306,60		-		-		-	-	
4. 15	ED-49961	SETOP	RALO HEMISFÉRICO, TIPO ABACAXI, DIÂMETRO DE 75MM, EXCLUSIVE CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL	un	30,00		-		-		-	-	
Instalações Elétricas e SPDA													-
Eletrodutos e Cabos													-
4. 16	91864	SINAPI Fev 2024	eletroduto rígido roscável, pvc, dn 32 mm (1"), para circuitos terminais, instalado em forro - fornecimento e instalação. af_03/2023	m	144,00		-		-		-	-	
4. 17	91927	SINAPI Fev 2024	cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. af_03/2023	m	288,00		-		-		-	-	
4. 18	104746	SINAPI Fev 2024	mini captor para spda - fornecimento e instalação. af_08/2023	un	75,00		-		-		-	-	
4. 19	96973	SINAPI Fev 2024	cordoalha de cobre nu 35 mm², não enterrada, com isolador - fornecimento e instalação. af_08/2023	m	280,00		-		-		-	-	
Iluminação e Tomadas													-
4. 20	91953	SINAPI Fev 2024	interruptor simples (1 módulo), 10a/250v, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_03/2023	un	2,00		-		-		-	-	
4. 21	91996	SINAPI Fev 2024	tomada média de embutir (1 módulo), 2p+tt 10 a, incluindo suporte e placa - fornecimento e instalação. af_03/2023	un	2,00		-		-		-	-	
4. 22	91946	SINAPI Fev 2024	suporte parafusado com placa de encaixe 4" x 2" médio (1,30 m do piso) para ponto elétrico - fornecimento e instalação. af_03/2023	un	4,00		-		-		-	-	
4. 23	97608	SINAPI Fev 2024	luminária arandela tipo tartaruga, com grade, de sobrepor, com 1 lâmpada fluorescente de 15 w, sem reator - fornecimento e instalação. af_02/2020	un	16,00		-		-		-	-	



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.**  
**SELIC - Serviço de Licitação**

TCDF – SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 106 de 142

Passarela de Manutenção												-
4. 24	11898	ORSE	Passarela metálica, composta de perfis metálicos, chapas em xadrez e chumbadores, pintura de acordo com especificação Npb-1550 - Obra do CCS	kg	1.990,00		-		-		-	
4. 25	445	SANEAGOCVIL	Escada de Marinheiro com Proteção	m	10,00		-		-		-	
5. 00	LIMPEZA DA OBRA											-
5. 1	99814	SINAPI Fev 2024	limpeza de superfície com jato de alta pressão. af_04/2019	m2	1.241,00		-		-		-	
6. 00	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA											-
6. 1	93565	SINAPI Fev 2024	engenheiro civil de obra junior com encargos complementares	mes	1,00		-		-		-	
6. 2	94295	SINAPI Fev 2024	mestre de obras com encargos complementares	mes	3,00		-		-		-	
6. 3	100321	SINAPI Fev 2024	técnico em segurança do trabalho com encargos complementares	mes	1,50		-		-		-	
6. 4	101460	SINAPI Fev 2024	vigia diurno com encargos complementares	mes	3,00		-		-		-	
TOTAL GERAL DOS ITENS (Sem aplicação do BDI)												-
											BDI	-
TOTAL GERAL DA OBRA COM BDI												( * )

**Observação:**

- 1) No que tange às menções a eventuais marcas, constantes do presente Anexo, aplicam-se o disposto nas observações constantes do Anexo III do Edital de Concorrência eletrônica nº 90001/2024;
- 2) ( \* ) Valor que deverá ser lançado no Sistema Comprasnet.



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**

**ANEXO VIII** – Modelo de Indicação das entidades preferenciais e dos serviços a serem subcontratados compulsoriamente.

Nos termos do Capítulos XIII do Edital de Concorrência eletrônica nº 90001/2024, a licitante vem indicar a(s) entidade(s) preferencial(ais) a serem subcontratadas compulsoriamente:

Entidade nº												
Razão Social:												
CNPJ nº												
ITEM	CÓDIGO	FONTES	DESCRIÇÃO	UN	QUANT.	PR. UNIT. MAT.	TOTAL MAT.	PR. UNIT. M.O	TOTAL M.O	PR. UNIT. LOC. EQ.	TOTAL LOC. EQ.	PREÇO TOTAL
TOTAL DA OBRA A SER CONTRATADA COM ENTIDADES PREFERENCIAIS SEM BDI												
BDI:												
TOTAL DA OBRA A SER CONTRATADA COM ENTIDADES PREFERENCIAIS COM BDI												

**Observações:**

- 1) Para cada entidade preferencial a ser subcontratada compulsoriamente preencher uma planilha constante do modelo acima.
- 2) Observar o limite mínimo estabelecido para a subcontratação compulsória, estabelecido no item 13.2 do Capítulo XIII do Edital;
- 3) Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória: a) quando o licitante for entidade preferencial.
- 3) Os dados a serem preenchidos no modelo de planilha constante do presente Anexo deverão **reproduzir os dados já constantes da proposta de preços** da licitante, inclusive no que tange ao BDI.
- 4) A(s) planilha(s) referente ao presente Anexo **tem por finalidade apenas detalhar** os serviços e valores a serem executados pela(s) entidade(s) preferencial(ais), quando subcontratada(s) compulsoriamente, **e não será(ão) levada(s) em conta para fins de julgamento do preço referente à licitação.** Os dados constantes dessa planilha poderão ser inclusive solicitados em fase de saneamento das propostas apresentadas.



**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**

**ANEXO IX – Modelo de Declaração de Vistoria**

Declaro, para fins de participação na Concorrência Eletrônica nº 90001/2024, que vistoriei, minuciosamente, o ambiente e as instalações do CONTRATANTE, e que tomei conhecimento das informações necessárias e suficientes para participação no certame e para elaboração da proposta para a **execução da obra e serviços de engenharia para realização de reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF)**, com fim de execução do instrumento de ajuste. Desse modo, proclamo estar ciente da complexidade das instalações e dos bens, assim como dos termos e das condições descritos no respectivo instrumento convocatório e anexos.

Brasília (DF), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa

Nome legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Visto:

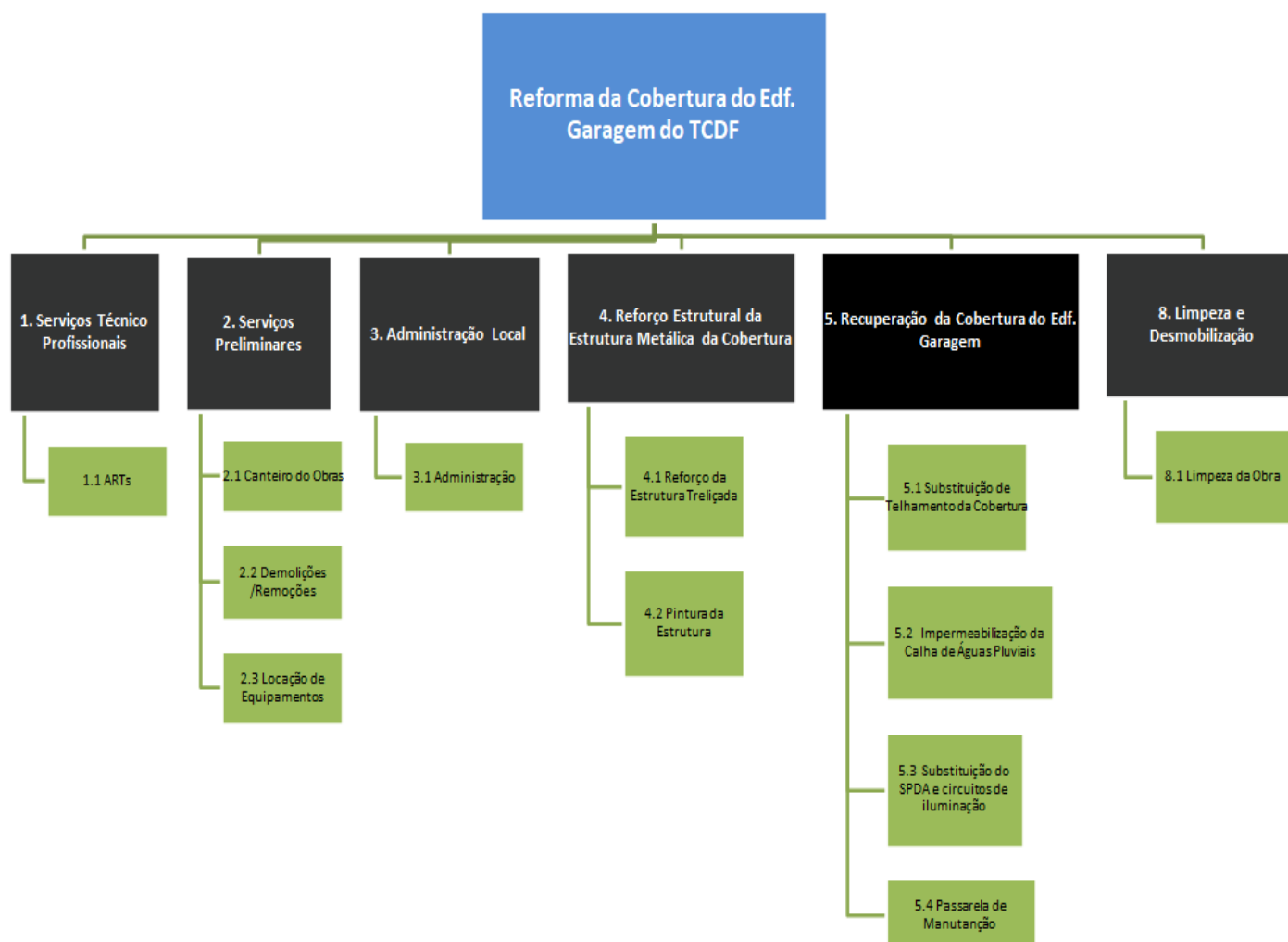
\_\_\_\_\_  
Chefe

**Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio**

**Observação** - Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria ao local do objeto da Contratação, a ausência da presente declaração não implicará a desclassificação do licitante vencedor, entretanto não poderá alegar desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes para eximir-se das obrigações assumidas.

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**

**ANEXO X – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO (EAP) PROVISÓRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DO REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO EDIFÍCIO GARAGEM**





## ANEXO X – CONTINUAÇÃO

Nome da Atividade	Descrição	Responsável	Preço	Prazo
<b>1. Projeto</b>				
1.1 Serviços Técnicos Profissionais	Elaboração e aprovação das ARTs no CREA e projeto de estrutura metálica	Contratada	8.624,11	10 dias
<b>2. Serviços Preliminares</b>				
2.1 Canteiro De Obras	Instalação do canteiro de obras, ligações provisórias e placa da obra	Contratada	16.981,45	15 dias
2.2 Demolições / Remoções	Execução de remoções e demolições nas áreas de reforma	Contratada	12.193,85	30 dias
2.3 Locação de Equipamentos	Locação de Equipamentos para Execução dos Serviços	Contratada	40.117,83	90 dias
<b>3. Administração Local</b>				
3.1 Administração	Pagamento de engenheiro, mestre de obras e vigilante do canteiro de obras	Contratada	88.531,51	90 dias
<b>4. Reforço Estrutural da Estrutura Metálica da Cobertura</b>				
4.1 Reforço da Estrutura Trelçada	Soldagem das peças de reforço indicadas em projeto	Contratada	59.355,21	25 dias
4.2 Pintura da Estrutura	Pintura de toda a estrutura de treliças	Contratada	39.335,70	5 dias
<b>5. Recuperação da cobertura do Edf. Garagem</b>				
5.1 Substituição do telhamento da cobertura	Substituição das telhas e cumeeiras da cobertura do Edf. Garagem	Contratada	75.155,04	60 dias
5.2 Impermeabilização da calha de águas pluviais	Execução de impermeabilização das calhas de águas pluviais com manta de PVC. Execução de camada de proteção sobre a manta.	Contratada	190.281,37	60 dias
5.3 Substituição do SPDA e circuito de iluminação	Reinstalação de pára raios em gaiola de faraday e de circuito de iluminação da cobertura.	Contratada	32.828,39	30 dias
5.3 Passarela de manutenção	Instalação de passarela de manutenção em estrutura metálica sobre a cobertura.	Contratada	48.218,12	30 dias
<b>6. Limpeza e Desmobilização</b>				
6.1 Limpeza da Obra	Limpeza dos locais de execução dos serviços	Contratada	3.036,18	5 dias
Total			614.658,77	



**ANEXO X – CONTINUAÇÃO**  
**REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM**

22 DE DEZEMBRO DE 2023

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**  
**REFORÇO**

SOFN Qd 01 – LOTE 226. BRASILIA/DF

ENG. IBERÊ PINHEIRO DE OLIVEIRA  
LASTRO PERÍCIAS



**ANEXO X – CONTINUAÇÃO**  
**REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM**



1	OBJETIVO .....	2
2	COMBINAÇÕES DE AÇÕES E NOVA SOBRECARGA .....	3
3	REFORÇO PROPOSTO.....	5
4	SISTEMA DE PROTEÇÃO E DURABILIDADE.....	6
5	CONCLUSÃO .....	7
5.1	ENCERRAMENTO.....	7

Devido a restrição empresarial decorrente incidência de SARS COVID-19 estamos atendendo somente nos seguintes contatos: Email: [jastropericulos@gmail.com](mailto:jastropericulos@gmail.com) Celular/Whatsapp: +5581 96402-6770  
Cópias e reproduções devem ser autorizadas conforme LEI Nº 9.510, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.



## ANEXO X – CONTINUAÇÃO REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM



### 1 OBJETIVO

Esta memória de cálculo visa complementar as informações construtivas para execução do reforço estrutural necessário para aplicação carregamento referente às placas solares.

Com dos dados fornecidos foi recomposto o modelo estrutural do pórtico com apoio de sistema para análise estrutural SAP2000.

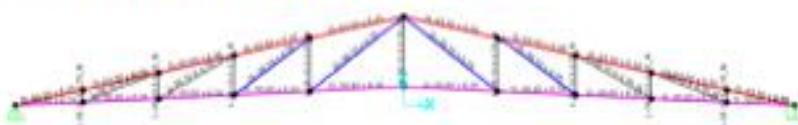


Figura 1- Modelo computacional da estrutura. Fonte: Autor

Como trata-se de análise de resistência para aplicação de novo carregamento as combinações foram sendo aplicadas do estado limite de serviço (ELS) para o estado limite último (ELU) indicando a validação de resistência do pórtico atual.

## ANEXO X – CONTINUAÇÃO

### REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM



#### 2 COMBINAÇÕES DE AÇÕES E NOVA SOBRECARGA

De acordo com a ABNT NBR 8800:2008 Projeto para estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios deve-se prever como ações tudo aquilo que prova tensões e deformações nos elementos estruturais.

No caso específico em análise, as ações foram agrupadas em:

ELU				
Permanentes		Variáveis		
Ação	Abrv	Ação	Abrv	Observação
PP- Est	FG1	SC-Cob	FQ1	Ação variável principal
CP-Est	FG2	SC-Psolar	FQ2	Ação variável principal (Acrecida)
CP-Psolar	FG3	SC-AcidUtil	FQ3	USO-Gravit
		SC-AcidEquip	FQ4	USO-Gravit
		SC_V0	FW1	USO-Longitudinal
		SC-V90	FW2	USO-Sobrecarga

ELS				
Permanentes		Variáveis		
Ação	Abrv	Ação	Abrv	Observação
PP- Est	FG1	SC-Cob	FQ1	Ação variável principal
CP-Est	FG2	SC-Psolar	FQ2	Ação variável principal (Acrecida)
		SC-AcidUtil	FQ3	USO-Gravit
		SC-AcidEquip	FQ4	USO-Gravit

Ainda quanto às combinações foram elaboradas as duas hipóteses de estado limite último e uma hipótese de estado limite de serviço, como análise inicial do pórtico com o carregamento acrescido de placas solares.

COMBINAÇÕES	
ELU1	$(1,25*FG1+1,5*FG2+1,5*FG3)+1,5*(FQ1+FQ2)+(0,75*FQ3+1,05*FQ4+0,84*FW1)$
ELU2	$(1,25*FG1+1,5*FG2+1,5*FG3)+1,5*(FQ1+FQ2)+(0,75*FQ3+1,05*FQ4+0,84*FW2)$
ELS1	$(FG1+FG2+FG3)+1,5*(FQ1+FQ2)+(0,3*FQ3+0,4*FQ4)$

Devido a reestruturação empresarial decorrente incidência de SARS COVID-19 estamos atendendo somente nos seguintes contatos: Email: [castropericias@gmail.com](mailto:castropericias@gmail.com) Celular/Whatsapp: +5561 96402-6770

Cópias e reproduções devem ser autorizadas conforme LEI Nº 9.810, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1999.



**ANEXO X – CONTINUAÇÃO**  
**REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM**

4



A estrutura será reforçada para suportar os seguintes esforços:

VENTO	V0	35 m/s2	
	S1	1	
	CAT	III	
	Classe	C	
	L	6 m	
	S2	0,82	
	S3	0,95 Grupo 3	
	Vk	27,27 m/s2	
	qv	46,46 Kgf/m2	
SOBRECARGA	SC (Q1)	150 Kgf/m2	Manutenção
	SC (Q2)	30 Kgf/m2	Placa Solar

Devido a reestruturação empresarial decorrente incidência de SARS COVID-19 estamos atendendo somente nos seguintes contatos: Email: [jantroscedine@gmail.com](mailto:jantroscedine@gmail.com) Celular/Whatsapp: +5581 98402-6770  
Cópia e reproduções devem ser autorizadas conforme LEI Nº 9.510, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

## ANEXO X – CONTINUAÇÃO

### REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM



#### 3 REFORÇO PROPOSTO

Como demonstrado no laudo de Inspeção especializado, o acréscimo de carregamento afetará principalmente o banzo superior, diagonais e banzo inferior conforme croqui da Figura 2.



Figura 2- Análise de estado limite de serviço -Estrutura existente com proposta da nova sobrecarga. Fonte: Autor

Neste contexto, estamos indicando a modificação estrutural com proposta de nova configuração da treliça já existente, alterando a configuração de acordo com o disposto na Figura 3.

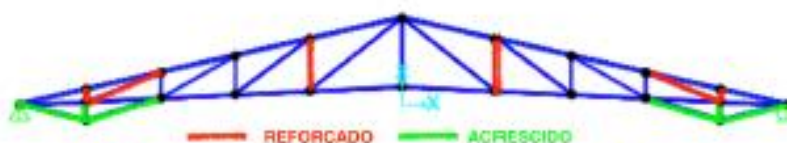


Figura 3- Reforço - Nova configuração dos elementos da treliça existente. Fonte: Autor

Nesta nova configuração, reduz-se significativamente os elementos a serem reforçados.

Devido a reestruturação empresarial decorrente incidência de SARS COVID-19 estamos atendendo somente nos seguintes contatos: Email: [jastrocaldas@gmail.com](mailto:jastrocaldas@gmail.com) Celular/Whatsapp: +5581 98402-6770  
 Cópias e reproduções devem ser autorizadas conforme Lei N° 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

## ANEXO X – CONTINUAÇÃO REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM



### 4 SISTEMA DE PROTEÇÃO E DURABILIDADE

O modelo estrutural utilizado parte do pressuposto que foram utilizados perfis laminados e chapas de ligação com ASTM a36 e/ou açominas aço a572 grau 50 soldados com eletrodos AWS.

As ligações devem ser feitas com controle tecnológico adequado das soldas por parte do fornecedor da estrutura utilizando profissionais de capacitação comprovada.

Após o reforço e instalação das peças a serem acrescentadas, sugere-se o esquema de pintura sugerido:

- Temperatura do substrato: até 60 °C
- Tipo de superfície: aço carbono
- Preparação da superfície: jateamento ao metal
  - 1ª demão de tinta epoxi poliâmica rica em zinco, com espessura de 60 micras;
  - 2ª demão de tinta alquídica brilhante, espessura de 30 micras;
  - 3ª demão de tinta alquídica brilhantes, espessura de 30 micras;
- Espessura total da película: 120 micras
- Intervalo entre demãos:
  - o 18 - 24 hs a entre 1ª e 2ª
  - o 18 - 36 hs entre a 2ª e 3ª

Desta forma a vida útil da estrutura será de 50 anos, com ciclos de manutenção periódica a cada 4 anos.

Devido a reestruturação empresarial decorrente incidência de SARS COVID-19 estaremos atendendo somente nos seguintes contatos: Email: [jastrosperias@gmail.com](mailto:jastrosperias@gmail.com) Celular/Whatsapp: +5561 96402-6770  
Cópias e reproduções devem ser autorizadas conforme LEI Nº 9.510, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.



## ANEXO X – CONTINUAÇÃO REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM



### 5 CONCLUSÃO

Esta memória é parte complementar ao projeto Impresso, mantendo como parte da análise e orientações ao gestor do edifício. É importante ratificarmos que todo o processo aqui descrito, no ato da contratação para sanar os Infortúnios, deverá ser acompanhado por um profissional devidamente habilitado no Conselho de Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo.

#### 5.1 ENCERRAMENTO

Caberá à gestão administrativa do empreendimento, de acordo com a suas determinações e disponibilidades, diligenciar as ações reforço estrutural caso seja continuado o plano de instalação de sobrecarga referente a captação de energia solar .

Este laudo técnico contém 8 páginas Impressas em um só lado, contando esta, com as fotos distribuídas no decorrer do texto.

Subscrevemos,

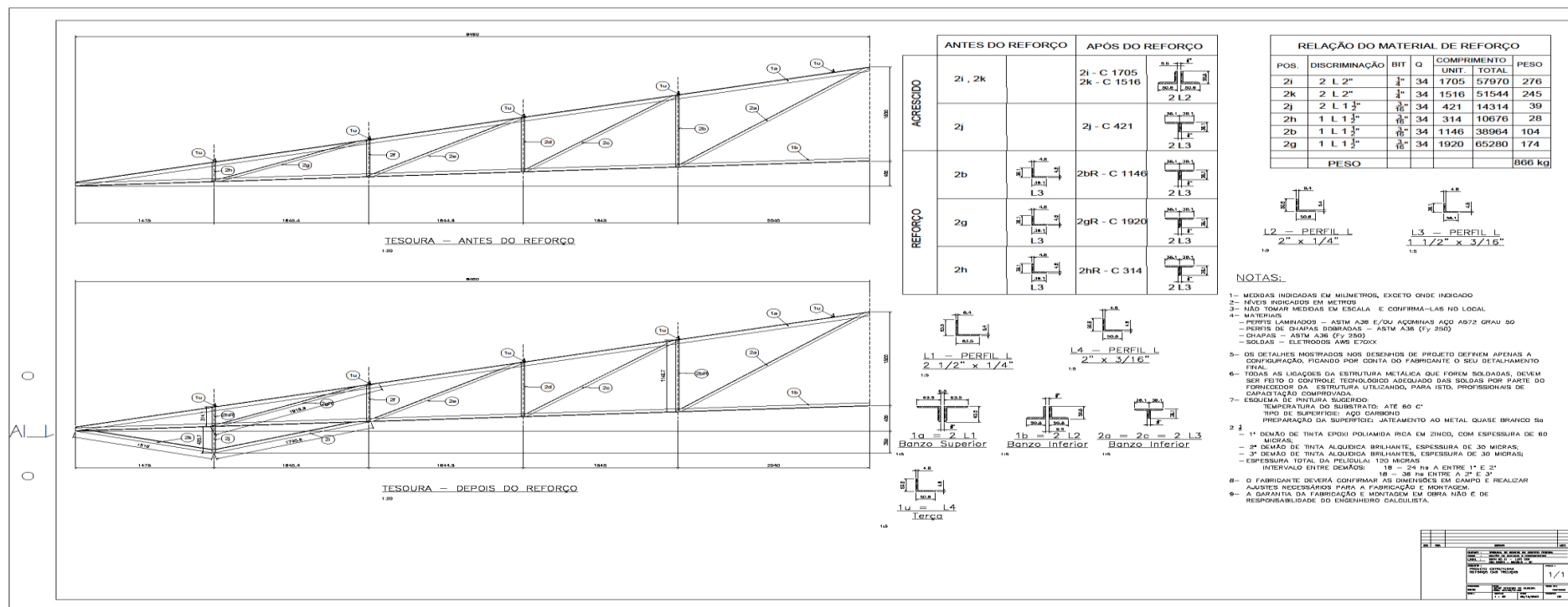
Iberê Pinheiro de Oliveira  
Eng. Civil - CREA 64430/D-MG

IBERE PINHEIRO DE  
OLIVEIRA:51279355115

Assinado de forma digital por IBERE  
PINHEIRO DE OLIVEIRA:51279355115  
Dados: 2024.01.18 12:37:24 -03'00'



## ANEXO X – CONTINUAÇÃO REFORÇO DA ESTRUTURA METÁLICA DA COBERTURA DO ED. GARAGEM







## ANEXO X – CONTINUAÇÃO

**OBSERVAÇÃO:** Planilhas orçamentárias de discriminação dos serviços, modelo do cronograma físico-financeiro provisório, no formato excel, referidas no presente Edital estão disponíveis no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), UASG 974003, bem como poderão ser solicitadas junto a Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP), localizado no 3º Andar do Edifício Anexo, telefone (61) 3314-2146.

Por fim, planilhas, plantas e projetos, nos formatos XLSX, e PDF, também poderão ser obtidas no Google Drive, por meio do seguinte link:

<https://drive.google.com/drive/folders/1r7uJTuw-OntuA5MAiiFWqICcKI7xbSTX?usp=sharing>





**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 90001/2024**

**ANEXO XI – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO N.º \_\_\_\_\_ QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR  
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
DISTRITO FEDERAL, E A EMPRESA \_\_\_\_\_  
COM VISTAS À REALIZAÇÃO DE REFORÇO  
DA ESTRUTURA METÁLICA E RECUPERAÇÃO  
DA COBERTURA DO EDIFÍCIO GARAGEM DO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO  
FEDERAL (TCDF). (PROCESSO N.º 00600-  
00002395/2024-92).**

Pelo presente instrumento, o **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado, na forma do seu Regimento Interno e Portaria - TCDF nº 15, de 06 de janeiro de 2023, artigo 1º, inciso XV, pelo seu \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **EMPRESA** \_\_\_\_\_, com sede no \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, representada por seu \_\_\_\_\_, Sr(a) \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA** celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para realização de reforço da estrutura metálica e recuperação da cobertura do edifício Garagem do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), de acordo com as especificações e condições previstas na Concorrência Eletrônica nº 90001/2024, e seus anexos.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1 Os serviços serão executados na forma de execução indireta, sob o **regime de empreitada por preço unitário**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor estimado estabelecido na proposta de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), pagos em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado e os quantitativos efetivamente executados (regime empreitada por preço unitário), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária do **CONTRATANTE**.

3.2. Todas as despesas com tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como alimentação, atendimento médico, uniformes, transporte a seus empregados, correrão por conta da **CONTRATADA**, o qual se responsabilizará, inteiramente, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, decorrentes ou relacionadas com os serviços ora contratados.

## **CLÁUSULA QUARTA – DA DESPESA**

4.1 A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do **CONTRATANTE**, enquadrando-se segundo a natureza em: \_\_\_\_\_, tendo a seguinte classificação funcional e programática: \_\_\_\_\_, fonte de recursos:\_\_\_\_\_.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA**

5.1. É permitida a subcontratação de parte dos serviços do presente objeto, mediante prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**, cujo montante a ser subcontratado pode totalizar até



30% (trinta por cento) do valor total contratado, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais da **CONTRATADA** perante o TCDF.

5.2. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a **CONTRATADA** se obriga a subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apontada(s) na Concorrência Eletrônica nº 90001/2024, para execução dos serviços e/ou fornecimentos, referentes a % ( por cento) do valor do objeto contratado.

5.3. Do percentual de que trata o item 5.1 será deduzido o percentual de subcontratação compulsória de que trata o item 5.2.

5.4. A **CONTRATADA** ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do **CONTRATANTE**, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

5.5. Serão emitidas notas de empenho em favor da **CONTRATADA** e, também, empenho(s) direto(s) em favor da(s) empresa(s) a que se refere(m) o item 5.2 deste Contrato (apenas no caso de subcontratação compulsória para entidades preferenciais), a saber: empresa 1 \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, no valor de R\$\_\_\_\_\_,00; empresa 2 \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, no valor de R\$\_\_\_\_\_,00 (...).

5.6. No pagamento de cada etapa ou parcela será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da **CONTRATADA** e da subcontratada em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

5.7. No caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s), será concedido, se necessário, o direito de saneamento a que se refere a Lei Distrital nº 4.611/2011.



5.8. A **CONTRATADA** substituirá a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrar a inviabilidade da substituição.

5.9. A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

5.10. A **CONTRATADA** responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao **CONTRATANTE**, justificadamente, suspensão ou glosa de pagamentos.

5.11. **Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando a CONTRATADA for entidade preferencial.**

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS**

6.1. Os preços unitários relativos ao presente contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimativo previsto no Projeto Básico nº 1/2024.

6.2. Ultrapassado o período citado no item 6.1, desde que inexista culpa da CONTRATADA pela extensão do prazo de execução contratual, os valores unitários, constantes da proposta da CONTRATADA, não executados dentro do prazo citado no item antecedente, em conformidade com o §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser reajustados pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data do orçamento estimativo previsto no Projeto Básico nº 1/2023 e a sua respectiva data de aniversário, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left( \frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

Em que:

R = valor unitário do reajustamento;

V = valor unitário constante do contrato;

I<sub>1</sub> = valor obtido a partir da fórmula constante do item 6.3;

I<sub>0</sub> = valor obtido a partir da fórmula constante do item 6.4;

6.3. Para cálculo de I<sub>1</sub>, será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left( \frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

Em que:

I<sub>1</sub> = nº índice do mês anterior ao reajuste;

I<sub>A</sub> = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

I<sub>B</sub> = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d<sub>1</sub> = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário do orçamento estimativo;

D<sub>1</sub> = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

6.4. Para cálculo do I<sub>0</sub>, será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left( \frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

Em que:

I<sub>0</sub> = nº índice do IPCA do mês anterior ao do orçamento estimativo;

I<sub>C</sub> = nº índice do IPCA do mês do orçamento estimativo;

I<sub>D</sub> = nº índice do IPCA do mês da entrega da proposta;

d<sub>0</sub> = nº de dias decorridos entre o início do mês e a data do orçamento estimativo;

D<sub>0</sub> = nº de dias corridos do mês do orçamento estimativo.



6.5. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à **CONTRATADA** efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com o correspondente Informativo.

6.6. A **CONTRATADA** poderá realizar a conferência da variação de preços apresentada pelo **CONTRATANTE** no respectivo termo de apostilamento ou termo aditivo.

6.7. Os reajustes dos preços dos serviços a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

6.8. Os reajustes de preços da presente contratação serão formalizados por Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizados por meio de Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

7.1. A **CONTRATADA** apresentará garantia contratual no valor de R\$ \_\_\_\_\_,\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, de acordo com o previsto no Edital de Concorrência Eletrônica nº 90001/2024.

7.2. A modalidade de Seguro Garantia deverá seguir as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em especial a Circular SUSEP nº 662, de 11 de abril de 2022.

7.3. Nos casos das modalidades “Seguro Garantia” ou “Fiança Bancária” a validade mínima da garantia deverá cobrir **03 (três) meses**, além do prazo pactuado para a vigência contratual.

7.4. A garantia prestada servirá para o fiel cumprimento do contrato e deverá, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurar o pagamento de:

7.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;



7.4.2. prejuízos diretos causados ao **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3. multas aplicadas pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**.

7.5. A garantia, ou seu saldo, será liberada após a execução do contrato e desde que integralmente cumpridas todas as obrigações assumidas. Quando prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente.

7.6. No caso de utilização da garantia a **CONTRATADA** providenciará seu reforço no montante utilizado. Da mesma forma, também deverá atualizar o prazo e/ou valor da garantia, em caso de prorrogação e/ou aditamento contratual, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento de Convocação, prorrogável a critério do **CONTRATANTE**.

7.7. No caso de a **CONTRATADA** não cumprir o disposto no item anterior, poderá ter os pagamentos retidos até a regularização da situação, podendo inclusive ter o contrato rescindido.

7.8. Por ocasião do reajuste de preços, caso previsto, a **CONTRATADA** providenciará o reforço da garantia em valor proporcional ao reajuste ocorrido.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual ou de sua parcela, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro definitivo e os quantitativos efetivamente executados (regime empreitada por preço unitário), a **CONTRATADA** protocolizará no TCDF Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**.

8.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE - descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.



8.3. Nos termos do art. 3º, § 4º da Portaria nº 403/2009 da então Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em substituição à Nota Fiscal modelo 03 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

8.4. O Microempreendedor Individual (MEI) está dispensado da emissão da NF-e.

8.5. Para que seja efetivado o pagamento, será verificada a regularidade da empresa perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF), e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

8.6. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura de Serviços devidamente discriminada para fins de pagamento dos serviços prestados.

8.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser enviada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a prestação do serviço.

8.8. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância impeditiva, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento sustado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do **CONTRATANTE**.

8.9. Quando a **CONTRATADA** não providenciar o reforço da garantia ou não revalidá-la, os pagamentos ficarão retidos até a regularização da situação.

8.10. Em caso de não cumprimento do prazo estipulado no item 8.1, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.





8.11. Se a **CONTRATADA** for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.12. Nenhum pagamento será feito à **CONTRATADA**, caso o(s) serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esses ser refeito(s) pela **CONTRATADA** de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

8.13. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

8.14. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede ou matriz econômica seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal – CF/DF.

8.15. Quando aplicável, a **CONTRATADA**, ao emitir a nota fiscal referente à medição prevista no cronograma físico-financeiro, deverá proceder à especificação detalhada do valor dos equipamentos incorporados na obra e serviços de engenharia, a fim de possibilitar o registro patrimonial dos bens pelo Serviço de Patrimônio (SEPAT) da Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio (SELIP).

#### **CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES**

9.1. O prazo de vigência do contrato é de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da celebração do ajuste, enquanto o prazo de execução dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço.

9.2. O início dos trabalhos deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.



9.3. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados a interesse da Administração nos termos do arts. 105 e 111 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), a expensas do CONTRATANTE.

9.5. Deverá ser observada, na execução do contrato, as disposições contidas no Edital de Concorrência Eletrônica nº 90001/2024 e seus anexos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO**

10.1 A extinção deste contrato poderá se dar nos termos dos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 No procedimento que visa à extinção do contrato será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.3 O esgotamento do valor contratual ou quando o valor remanescente for insuficiente para a execução do contrato acarretará a resolução contratual, sem qualquer penalidade para CONTRATANTE ou CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL**

11.1 Nos casos de extinção previstos neste contrato, a Administração poderá adotar as seguintes providências:

11.1.1 execução da garantia contratual, para ressarcimento à Administração por prejuízos decorrentes da não execução, bem como para o pagamento dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

11.1.2 retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados



à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**5.2. 12.1** A CONTRATADA, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório, poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor da contratação, a saber:

12.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 12% (doze por cento);

12.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 15% (quinze por cento);

12.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento);

12.1.4 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 11% (onze por cento);

12.1.5 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

12.1.6 - praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);

12.1.7 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: multa de 15% (quinze por cento);

12.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).

12.1.9 - Nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, no valor de 0,5% (cinco décimos por cento),



por cada dia de atraso, sobre o valor do contrato, não ultrapassando o limite de 9% (nove por cento) sobre aquele valor.

12.2. Também serão aplicadas à CONTRATADA, juntamente com as multas administrativas previstas no item 12.1, as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, exclusivamente na hipótese da infração do Item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei 14.133/2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal**, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 12.1.2 ao 12.1.4 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave (§4º do art. 156 da Lei 14.133/2021); e

12.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos**, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 12.1.5 ao 12.1.8 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 12.1.2 ao 12.1.4 também desta cláusula, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 12.2.2 (§5º do art. 156 da Lei 14.133/2021).

5.3. 12.3. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

12.4. No caso de aplicação de multa administrativa será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista nesta Cláusula.

**5.4. 12.5.** As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

5.5. 12.6. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão observadas as disposições constantes nos arts. 157 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

13.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

13.1.1. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços contratados;

13.1.2. Permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, nas dependências do Tribunal, para execução dos serviços;

13.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, qualquer ocorrência considerada irregular, bem como qualquer defeito ou imperfeição observada na execução dos serviços;

13.1.4. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA pela execução dos serviços, após o "atesto" da fiscalização do Contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

13.1.5. Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura;

13.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;

13.1.7. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não cumpra as normas do TCDF na execução dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas; e

13.1.8. Avaliar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e de reajuste contratuais no prazo de 60 (sessenta) dias.

13.1.9. Cumprir as demais obrigações estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) da Concorrência Eletrônica nº 90001/2024.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

14.1.1. prestar os serviços e fornecer os bens com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;

14.1.2. cumprir as obrigações estabelecidas no Edital da Concorrência Eletrônica nº 90001/2024 e seus anexos;

14.1.3. cumprir as orientações do fiscal/executor do Contrato;

14.1.4. ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

14.1.5. respeitar as normas, os regulamentos e os procedimentos internos do CONTRATANTE, especialmente os de segurança, disciplina e acesso às dependências do Tribunal;

14.1.6. prestar esclarecimentos ao TCDF sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados;

14.1.7. designar um preposto que será responsável pela solução de qualquer ocorrência relacionada ao fiel cumprimento do contrato, bem como pela supervisão, orientação e acompanhamento dos trabalhos, devendo se reportar à fiscalização do ajuste administrativo, como representante da CONTRATADA, de acordo com o art. 118 da Lei nº 14.133/2021;

14.2. A CONTRATADA fica compelida a manter, durante toda a execução do ajuste/contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



14.3. Quando aplicável, pela não apresentação da documentação prevista no inciso II do art. 2º da Lei Distrital nº 6.679/2020 no prazo previsto naquele artigo, a CONTRATADA se obriga a implementar, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do contrato, o plano já apresentado para adoção daquelas ações (conforme anexo ao presente instrumento), sob pena de rescisão do contrato e demais consequências legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO**

15.1. A Fiscalização e o controle da execução dos serviços contratados serão exercidos por servidor ou comissão, designado(a) para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo esta franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e às informações sobre o contrato. Esse servidor ou essa comissão anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.2. A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

15.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

15.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

15.3.2. Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado pelo fabricante dos equipamentos e/ou dos materiais utilizados na prestação do serviço, ou ainda que esteja em desacordo com as especificações do objeto ou com as disposições do contrato assinado, ou que possam atentar contra a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.



15.4. As decisões e as providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente do CONTRATANTE em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

15.5. O serviço rejeitado por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução aprovado pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

16.1. O objeto contratado será recebido pelo executor ou por comissão designada pela autoridade competente, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

16.1.1. **PROVISORIAMENTE**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, referente à parcela da obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder a cada serviço efetivamente cumprido, para efeito de posterior verificação da conformidade da qualidade e especificações; e

16.1.2. **DEFINITIVAMENTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de até 90 (noventa) dias de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observados o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021 e no Enunciado nº 11 da Súmula de Jurisprudência do TCDF.

16.2. O CONTRATANTE só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações técnicas, normas da ABNT e dos fabricantes dos materiais. Caberá à CONTRATADA todo o ônus decorrente da rejeição, incluindo prazos e despesas.

16.3. Em caso de conformidade, o servidor ou a comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite definitivo do objeto em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, também assinado por representante da CONTRATADA, que receberá uma via do referido termo.





16.4. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou pela comissão, acarretará o não recebimento. O servidor ou a comissão discriminará em termo circunstanciado as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA, após o recebimento da notificação, obrigada a adotar as providências cabíveis, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades previstas no contrato administrativo e em lei.

16.5. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo o objeto impugnado à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

16.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil relacionada ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.7. Nos termos do disposto no art. 140, §6º da Lei nº 14.133/2021, o recebimento definitivo de obra pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias

16.8. Deverá ser encaminhada ao CONTRATANTE a Nota Fiscal dos materiais e equipamentos fornecidos pela CONTRATADA, para efeito de incorporação ao patrimônio do TCDF, quando couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 14.133/2021, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.



### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO**

18.1. O teor do Edital e seus anexos, na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 90001/2024, e a proposta da CONTRATADA, são partes integrantes deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao cumprimento deste pacto.

19.2. Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, do qual se extraíram 02 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília (DF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_



## **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024**

### **ANEXO XII - Metodologia de Conferência de Dados de Empresas Tributadas pelo Lucro Real ou Lucro Presumido**

Conforme previsto no item 9.3 do Anexo I do Edital:

a) Com fundamento no art. 16 da Lei nº 9.779/1999, art. 2º do Decreto nº 6.022/2007 e art. 4º IN RFB nº 1252/2012, as empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real deverão apresentar os recibos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - EFD - Contribuições, relativos aos 12 (doze) meses correspondentes ao Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis, de que trata o inciso VI do item 12.3 do Capítulo XII do Edital, sendo que a receita bruta calculada a partir dos recibos, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 9.718/1998, deverá guardar compatibilidade com as demonstrações apresentadas. Caso não haja a compatibilidade mencionada a licitante deverá apresentar justificativas pertinentes para análise.

a.1) Para fins do disposto no item anterior considera-se compatível uma variação de até **15%** (positivo ou negativo) entre o montante da receita bruta constante das demonstrações contábeis e o valor da receita bruta apurada com base nos recibos EFD – contribuições.

a.2) As justificativas, de que trata a alínea “a”, deverão ser comprovadas por meio da apresentação de laudo exarado pelo responsável técnico pela contabilidade da licitante acompanhado da respectiva documentação pertinente.

b) As empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência **não cumulativa** de PIS e Cofins deverão comprovar que as alíquotas dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela administração pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária. A comprovação de que trata este item **poderá ser feita** pelo cálculo da média dessas contribuições dos últimos 12 (doze) meses disponíveis, mediante a apresentação dos recibos de entrega de escrituração fiscal digital (EFD / SPED), **ou**, pelo cálculo da média dos recibos de que trata o item anterior.

b.1) Caso a licitante tenha alterado o regime de tributação de incidência cumulativa de PIS e COFINS para a incidência **não cumulativa** há menos de 12 (doze) meses, a licitante poderá calcular a média das alíquotas dessas contribuições sociais considerando um período inferior, mediante a apresentação dos recibos de entrega de escrituração fiscal digital (EFD/SPED)



referente a esse respectivo lapso temporal, que possuam a tributação pelo regime não cumulativo, o que não exime do cumprimento do disposto no item a.

b.2) E para o caso de a totalidade dos recibos apresentados demonstrarem o regime de tributação **cumulativa** para o PIS e COFINS, e esse não for exceção prevista pelas Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, para a tributação pelo Lucro Real, a licitante deverá considerar as alíquotas cheias para essas contribuições sociais em seu BDI.

b.2.1) Na hipótese de cumulatividade das alíquotas de PIS e COFINS como exceção no regime de tributação pelo Lucro Real, prevista no item b.2, a licitante deverá indicar os dispositivos legais da(s) Lei(s) nº 10.637/2002 e 10.833/2003, que respaldam tais alíquotas em sua tributação.

b.3) De modo a assegurar os princípios da isonomia entre os licitantes, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), não serão aceitas retificações nos documentos de que tratam os itens 9.3.12 e 9.3.13 do Anexo I e dos itens a e b do presente Anexo do Edital com data posterior à data de abertura do certame.

## **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90001/2024**

### **ANEXO XII – Continuação:**

b.4) Estará dispensada da apresentação da documentação, citada acima, a licitante que, no exercício a que se referem esses itens, foi optante pelo regime do Simples Nacional, devendo-se comprovar tal situação, no caso de impossibilidade de consulta da informação no portal do simples nacional.

Os cálculos de que tratam os dispositivos acima serão realizados com o apoio do seguinte conjunto de planilhas.



Dados retirados do Recibo EFD - Contribuições	
Tipo de Incidência	Efetua-se cálculo Reverso para encontrar o Faturamento
Não Cumulativa	$PIS = FAT * 1,65\%$
	$FAT(A) = PIS (B) / 1,65\%$
	$COFINS = FAT * 7,60\%$
	$FAT(A) = COFINS (B) / 7,60\%$
Cumulativa	$PIS = FAT * 0,65\%$
	$FAT(A) = PIS (B) / 0,65\%$
	$COFINS = FAT * 3,0\%$
	$FAT (A) = COFINS (B) / 3,0\%$



**Tribunal de Contas do Distrito Federal**  
**SELIP - Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio.**  
**SELIC - Serviço de Licitação**

TCDF - SELIP/SELIC  
Proc. 00600-00002395/2024-92  
Leonardo

Pág. 142 de 142

Contribuição Social		PIS		C	D	E	F	G	H
Nº	Mês	A	B						
		Faturamento Mensal A	Contribuição Apurada B = A x 1,65% ou B = A x 0,65%	Crédito Descontado C	Retenções D	Contribuição a Recolher E = B - C - D	Outras Deduções (***) F	PIS - Efet. Devido G = B - C - F	Percentual Efetivo H = G / A
1		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
3		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
4		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
5		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
6		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
7		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
8		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
9		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
10		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
11		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
12		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Total (*)		R\$ -		Média Encontrada para o PIS (**)					

Obs.	
(*)	Cálculo Obrigatório para as empresas tributadas pelo Lucro Presumido ou Lucro Real
(**)	Cálculo Obrigatório para as empresas submetidas à incidência não cumulativa de PIS e COFINS
(***)	Caso a licitante deseje contemplar em seus cálculos a coluna de outras deduções, essa deverá apresentar além dos recibos do EFD - Contribuições, o relatório de "Consolidação da Contribuição para o PIS e COFINS", emitido pelo EFD-Contribuições, para o mês de competência da dedução.

Contribuição Social		COFINS		C	D	E	F	G	H
Nº	Mês	A	B						
		Faturamento Mensal A	Contribuição Apurada B = A x 7,60% ou B = A x 3,00%	Crédito Descontado C	Retenções D	Contribuição a Recolher E = B - C - D	Outras Deduções (***) F	COFINS - Efet. Devida G = B - C - F	Percentual Efetivo H = G / A
1		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
2		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
3		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
4		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
5		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
6		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
7		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
8		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
9		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
10		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
11		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
12		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
Total (*)		R\$ -		Média Encontrada para a COFINS (**)					

Obs.	
(*)	Cálculo Obrigatório para as empresas tributadas pelo Lucro Presumido ou Lucro Real
(**)	Cálculo Obrigatório para as empresas submetidas à incidência não cumulativa de PIS e COFINS
(***)	Caso a licitante deseje contemplar em seus cálculos a coluna de outras deduções, essa deverá apresentar além dos recibos do EFD - Contribuições, o relatório de "Consolidação da Contribuição para o PIS e COFINS", emitido pelo EFD-Contribuições, para o mês de competência da dedução.